



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

ALAN MARCIONILO DO NASCIMENTO

**HISTÓRIA E DIREITOS HUMANOS: a construção de representações sobre os povos indígenas na historiografia brasileira**

Recife

2019

ALAN MARCIONILO DO NASCIMENTO

**HISTÓRIA E DIREITOS HUMANOS: a construção de representações sobre os povos indígenas na historiografia brasileira**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Direitos Humanos.

**Área de concentração:** Direitos Humanos

**Orientadora:** Profa. Dra. Ana Maria de Barros

Recife

2019

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira, CRB-4/2223

N244h Nascimento, Alan Marcionilo do  
História e Direitos Humanos: a construção de representações sobre os povos indígenas na historiografia brasileira / Alan Marcionilo do Nascimento. – Recife, 2019.  
112f.

Orientadora: Ana Maria de Barros.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, 2019.

Inclui referências.

1. Direitos Humanos. 2. Representações. 3. Povos indígenas. 4. Historiografia. I. Barros, Ana Maria de (Orientadora). II. Título.

341.48 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2019-149)

ALAN MARCIONILO DO NASCIMENTO

**HISTÓRIA E DIREITOS HUMANOS: a construção de representações sobre os povos indígenas na historiografia brasileira**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Direitos Humanos.

Aprovada em: 25/02/2019

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Ana Maria de Barros (orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Profa. Dra. Maria Betânia do Nascimento Santiago (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. José Adilson Filho (Examinador Externo)  
Universidade Estadual da Paraíba

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a algumas pessoas que contribuíram para que fosse possível chegar até o momento final de conclusão dessa pesquisa.

A minha família pelo apoio dado durante todo o curso, em especial a minha mãe, Solange Maria do Nascimento, que pelo exemplo, me mostrou o mundo da leitura, abrindo portas para que o infinito pudesse ser contemplado por sobre as páginas dos livros.

Aos professores que contribuíram com importantes observações e apoio;

Minha orientadora professora Dra. Ana Maria de Barros, por toda contribuição teórica e metodológica, e a relação humanista desenvolvida no processo de orientação, fazendo com que o trabalho de pesquisa torne-se algo mais leve e prazeroso.

Ao professor Dr. José Adilson Filho, a quem tive a honra de ser aluno desde os primeiros anos da graduação em História, tornando-se além de uma referência acadêmica um amigo.

A professora Dra. Maria Bethânia do Nascimento Santiago, Por sua contribuição durante a qualificação da dissertação e na banca de defesa.

A professora Ana Maria Tavares Duarte, por sua participação e contribuição no seminário de qualificação do projeto.

A professora Aída Monteiro, pela oportunidade de participar do grupo de pesquisa, educação em Direitos Humanos, proporcionando importantes debates sobre o espaço ocupado por temáticas dos Direitos Humanos em cursos de pós graduação.

Aos colegas de turma, em especial Thayane, Iolanda e Lucília, pelo companheirismo durante os dois anos, as ajudas mútuas e sempre boas conversas.

Gostaria de agradecer também aos funcionários do PPGDH, em especial Karla e Ênio, por sua constante disponibilidade em ajudar, fazendo com que o curso possa ocorrer da melhor forma possível.

Por fim, destacar o apoio da CAPES. O financiamento das pesquisas torna-se algo de suma importância, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento científico no país, como também possibilitando que pesquisadores que não teriam condições de realizar a pesquisa. Dada as condições sociais do nosso país o incentivo a pesquisa

proporcionado pela CAPES deve ser fortalecido para que seja possível uma maior democratização dos cursos de pós graduação no Brasil.

Sonhei com Pablo Neruda, em plena praia do Futuro, escrevendo num imenso muro, la palabra libertad. Com poemas de Vinicius, en las manos eram hermanos recitava Éluard. E gente em plena tarde, poetas de todo mundo escrevendo por toda parte, la palabra libertad, voava com Castro Alves, Gregório também Gonçalves Dias e noites latinas, Cabral dançando um frevo e um cego de improviso, no imenso salão da claridade Relampejou num sorriso, la palabra libertad (RAMALHO, 1983)

## RESUMO

Nessa pesquisa buscamos compreender como autores clássicos da historiografia brasileira - *Varnhagen, Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Vianna* - contribuíram para a construção de uma determinada representação acerca dos povos indígenas do Brasil. Essas representações pensadas a partir dos documentos que trazem as principais reivindicações dos movimentos indígenas contemporâneos - *constituição brasileira de 1988, convenção 169 da OIT, declaração universal dos direitos humanos indígenas, declaração universal dos direitos humanos* - nos levam a refletir sobre as rupturas possíveis com esses textos clássicos. Pensamos a história enquanto representação, a partir de Roger Chartier, bem como essas representações terminam por serem construtoras de representações sociais, pensadas a partir de Sergi Moscovici. Por fim refletimos sobre as novas perspectivas historiográficas e a escrita da história indígena, bem como alguns aspectos do discurso de representantes do governo brasileiro, que expressam muitas das representações pejorativas presentes nas obras por nós analisadas. Utilizamos o método de pesquisa historiográfico e a análise de conteúdo. Sendo assim, a conclusão a qual chegamos é que as representações construídas por esses autores, reforçam preconceitos e estereótipos, em desacordo com as reivindicações dos movimentos indígenas contemporâneos.

**Palavras-Chaves:** Direitos Humanos. Representações. Povos indígenas. Historiografia.

## ABSTRACT

In this research we seek to understand how classic authors of Brazilian historiography - Varnhagen, Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Vianna - contributed to the construction of a certain representation about the indigenous peoples of Brazil. These representations, based on the documents that bring the main demands of contemporary indigenous movements - Brazilian Constitution of 1988, ILO Convention 169, Universal Declaration of Indigenous Human Rights, Universal Declaration of Human Rights - lead us to reflect on the possible ruptures with these classical texts. We think of history as a representation, starting with Roger Chartier, as well as these representations end up being constructors of social representations, thought from Sergi Moscovici. Finally, we reflect on the new historiographical perspectives and the writing of indigenous history, as well as some aspects of the discourse of representatives of the Brazilian government, which express many of the pejorative representations present in the works analyzed by us. We use the historiographic research method and the content analysis. Thus, the conclusion we reach is that the representations constructed by these authors reinforce prejudices and stereotypes, in disagreement with the demands of contemporary indigenous movements.

**Keywords:** Human Rights. Representations. Indian people. Historiography.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>DIREITOS HUMANOS INDÍGENAS: REIVINDICAÇÕES SECULARES EM DOCUMENTOS CONTEMPORÂNEOS .....</b>	<b>19</b>
2.1	DIREITO À TERRA.....	21
2.2	AUTODETERMINAÇÃO.....	24
2.3	VALORIZAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA.....	27
<b>3</b>	<b>HISTORIOGRAFIA CLÁSSICA BRASILEIRA E AS REPRESENTAÇÕES CONSTRUÍDAS ACERCA DOS POVOS INDÍGENAS: ENTRE A HISTÓRIA E SENSO COMUM.....</b>	<b>30</b>
3.1	O BRASIL DE VARNHAGEN: OS POVOS INDÍGENAS ENQUANTO EMPECILHO A FORMAÇÃO DE UMA LUSITÂNIA NOS TRÓPICOS.....	32
3.2	CAPISTRANO DE ABREU: UM NOVO OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DO BRASIL, UM NOVO OLHAR SOBRE OS INDÍGENAS? .....	54
3.3	GILBERTO FREYRE PARA ALÉM DA CASA GRANDE & SENZALA: OS POVOS INDÍGENAS .....	65
3.4	SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA: QUAL O LUGAR DOS POVOS INDÍGENAS NAS RAÍZES DO BRASIL?.....	76
3.5	AS TEORIAS RACISTAS DE OLIVEIRA VIANNA E OS POVOS INDÍGENAS.....	83
<b>4</b>	<b>ESPECTROS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO .....</b>	<b>92</b>
4.1	AS NOVAS VERTENTES DA HISTORIOGRAFIA INDÍGENA E OS DIREITOS HUMANOS.....	100
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>106</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>109</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A História, assim como outras áreas da ciência, não é um conhecimento amorfo no que diz respeito ao seu conteúdo político e social. O conhecimento histórico e o trabalho do historiador possuem uma relação direta com as demandas da sociedade, com as questões do nosso tempo. Portanto é preciso pensar a produção historiográfica a partir de uma perspectiva que ponha no centro do debate as consequências sociais que fazem-se presentes na elaboração e recepção do discurso histórico.

Uma das questões prementes do mundo contemporâneo, em especial da sociedade brasileira, é a temática dos Direitos Humanos. Os debates acerca de direitos tidos como universais e pertencentes a todos os indivíduos são bastante antigos, remetendo ao iluminismo. Porém apenas após a catástrofe das duas grandes guerras mundiais houve um consenso com relação a estes direitos, tendo como consequência a declaração universal dos direitos humanos, em 1948.

Apesar desse consenso entre os estados nacionais, que nos leva a superar antigos debates sobre a validade dos Direitos Humanos, (Bobbio, 2004) colocando as suas concretizações como sendo a principal ordem do dia, vemos que ainda é grande a quantidade de violação desses direitos, além de que, em algumas sociedades como a brasileira, os direitos humanos não possuem legitimidade frente uma grande parcela da população.

O historiador que tiver como preocupação as questões do seu tempo, não pode fechar os olhos para as problemáticas que emergem tendo como referência os direitos humanos, sendo imprescindível pensar a produção do conhecimento histórico a partir de uma busca por concretização desses direitos. É preciso uma visão holística da história, que sem desprezar alguns valores da modernidade, possa pôr em curso um conhecimento em prol da dignidade humana, assim escreve *Ciro Flamarion Cardoso*, ao pensar os novos caminhos a serem trilhados pela história enquanto ciência:

As transformações (tanto do social mesmo quanto das ciências sociais) acumuladas de fins do século XIX até agora são suficientemente, a meu ver, para garantir que a nova visão holística e potencialmente renovadora das sociedades humanas que vier a surgir num futuro próximo terá muitos elementos do marxismo, e mais em geral, do 'paradigma iluminista'; mas será uma teoria nova, diferente. Construí-la supõe, antes de mais nada, combater de frente certas tendências perversas da atualidade. Uma delas é a indiferença diante dos Direitos Humanos criada por um ciclo de progressiva quebra dos padrões de conduta civilizada que perduraram da revolução francesa até 1914, fenômeno estudado por *Eric Hobsbawm*. A outra é a

ofensiva neoconservadora e neoliberal de que fala Pablo González Casanova, a qual, se aproveitando da conjuntura mundial da atualidade, consegue impor um 'tabu epistemológico' a problemas como os da dominação e da exploração, declarados inexistentes como objetos legítimos de estudo e debate. (CARDOSO, 2011, p.14)

O horizonte que buscamos atingir nessa dissertação diz respeito a pensarmos a produção do conhecimento histórico, o ofício do historiador e suas consequências quanto a luta de grupos específicos na concretização de seus direitos. Em nosso caso pensaremos como obras consideradas clássicos da historiografia brasileira reproduziram e produziram uma certa imagem dos povos indígenas do Brasil, podendo essas imagens ainda estarem presentes no senso comum, na visão de vários governantes ou até mesmo nos ambientes universitários e nas pesquisas das ciências sociais e humanas.

A escrita da história dos povos indígenas brasileiros é marcada por diferentes perspectivas. Cada uma das histórias indígenas que nos são disponíveis hoje, possuem um significado simbólico no desenvolver das lutas sociais desses povos na contemporaneidade. Não existe uma historiografia neutra, como já foi salientado, sendo assim, se toda pesquisa histórica contribui para produção/reprodução de representações sobre o passado, essas representações podem no tecido social promover aos povos dos/aos quais fala enredos em defesa dos seus interesses, bem como empecilhos na concretização das suas reivindicações.

No Brasil contemporâneo, contrariando todas as previsões feitas no século passado, de que os povos indígenas estavam em processo de desaparecimento, vemos ocorrer um renascimento indígena, principalmente na região nordeste, que até então era tida como uma área onde os seus índios haviam na grande maioria deixado de existir após longo período de massacres. O fato é que; a população indígena está em crescimento, seja por comunidades que até pouco tempo se viam como não indígenas e hoje reivindicam para si essa identidade étnica, seja porque houve uma leve melhora na qualidade de vida dessas populações, levando a um movimento de crescimento demográfico, ou até mesmo pelo autoreconhecimento de indivíduos que passaram a se identificar com o seu povo. Segundo os censos do IBGE de 1991 até 2010 a população indígena no Brasil cresceu 205%. Esses dados ilustram bem o que estamos dizendo.

Nesse processo de crescimento demográfico dos povos indígenas, é de grande importância a participação de vários profissionais das ciências humanas, principalmente de historiadores, filósofos, antropólogos, arqueólogos, linguistas e

pedagogos. Cada uma dessas áreas pode contribuir para fortalecer as instâncias sócio-culturais indígenas, fortalecendo as suas agendas de lutas. A participação desses profissionais não tem como objetivo ocupar lugar de comando no movimento indígena, não tem o objetivo de tutelar esses povos, mas sim de subsidiar, auxiliando na concretização do que por eles está sendo reivindicado.

Especificamente o trabalho dos historiadores é de grande relevância por ter a possibilidade de construir uma compreensão temporal da presença desses povos em território brasileiro. O discurso histórico pode ser mais um contributo no processo de ligação das nações indígenas contemporâneas com os povos pré-colombianos, estabelecendo as continuidades e rupturas, mas além de tudo, podendo ser um conhecimento que embasa a ligação das nações indígenas com o solo ao qual habitam ou por ele lutam.

Outro ponto importante no estudo da história indígena, mais visível na produção historiográfica contemporânea, é o destaque a resistência desses povos, seja durante a colonização, como também durante o Brasil independente. Esse foco na resistência indígena, muito presente na memória desses povos sobre os eventos históricos por eles vividos, traz novas luzes a interpretação da sociedade brasileira. Sob esse olhar os indígenas não foram vítimas passivas da exploração europeia, tendo resistido em vários momentos, seja uma resistência direta, com confrontos físicos, até as resistências simbólicas, o que muitas vezes foi visto como uma aculturação, pode hoje ser analisado a partir de uma nova chave, levando-se em consideração as possibilidades de povos e indivíduos manterem dentro da nova cultura que lhes era imposta, antigas práticas e visões de mundo que compunham suas tradições.

O fato de ser dado destaque a resistência e ao protagonismo indígena na história do Brasil, não significa negar a violência física e simbólica da colonização, mas sim de demonstrar que faz parte da experiência histórica indígena resistir e negociar seus interesses, que os povos indígenas sempre souberam o que era melhor para eles, e assim buscaram construir caminhos que pudessem realizar o que reivindicavam, ou ao menos diminuir os efeitos da dominação que sofriam de acordo com as possibilidades do momento.

A construção de uma história indígena que priorize suas resistências e protagonismos na formação da sociedade brasileira, também tem sua importância para que os não índios possam desconstruir o olhar do colonizador que impera sobre as análises com relação as diferentes nações indígenas do Brasil. A desconstrução

de um olhar estereotipado que nega a dinâmica dentro dos grupos indígenas, querendo crer que ser índio é ter uma identidade parada no tempo, ou que estabelece critérios de identificação étnica apenas a partir de símbolos culturais; como vestimenta, língua, ritos, é necessário que seja superada, para que possamos olhar para estas nações na contemporaneidade levando em consideração as mudanças que são inerentes a qualquer grupo humano, sem que com isso sejam negadas as continuidades, principalmente as históricas e sociais, como a ligação com grupos pré-colombianos e a luta pelo território, sendo estes também critérios de identificação étnica.

A caracterização de ser índio ou não, é importante para que seja dada legitimidade as lutas desses povos, pois a legislação específica aos indígenas só pode ser aplicada se existir o reconhecimento das comunidades enquanto nações que se diferenciam historicamente do restante da população brasileira. Muitas vezes as falas dos que estão violando os direitos indígenas, se estrutura justamente no argumento de que as comunidades atingidas não são povos indígenas, e por isso não podem reivindicar esses direitos específicos. Essa argumentação geralmente encontra eco nos estereótipos existentes no senso comum.

Para além da história dos historiadores, construída a partir das universidades, torna-se necessário também ouvir as memórias indígenas, buscar compreender como cada povo elabora narrativas e análises da sua experiência no tempo, fazendo uma etno-história, no sentido empregado pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, como sendo uma história construída pelos próprios indígenas, tendo como estrutura suas próprias noções de tempo e modos de construção da memória. (Cunha, 2012)

Nosso objetivo geral é compreender como algumas obras consideradas clássicos da historiografia brasileira, foram responsáveis por contribuírem na construção de representações sobre os povos indígenas do Brasil. Entendemos que a escrita da história é uma representação sobre a realidade, que dialoga na construção desse real. A representação tanto opera no sentido de dar inteligibilidade a um objeto, utilizando signos que mantenham presente o objeto que está ausente, como também podem servir para dar diferentes significados a um determinado objeto. (Chartier, 1991)

A partir disso, enquanto objetivos específicos, discutiremos quais são os principais direitos reivindicados por povos indígenas atuais, a relação entre a produção historiográfica e os Direitos Humanos, algumas novas possibilidades de

escrever a história indígena, além de um breve debate sobre a situação indígena no Brasil contemporâneo.

As representações sociais são produtos de um indivíduo ou grupo, que utilizando-se de códigos culturais que são comuns a toda sociedade, procuram impor suas visões de mundo sob determinado objeto. Entretanto é necessário ressaltar que essas batalhas no campo das representações não resulta em uma única forma de apropriação, se determinados grupos ou indivíduos operam a partir de um poder impositivo das suas visões, os grupos que são receptores ou objetos dessas representações também participam do seu processo de (re)construção. (Chartier, 1991)

O papel principal das representações é tornar os objetos convencionais, capazes de serem inteligíveis por um determinado grupo, aproximando-os de outros conhecimentos já estabelecidos:

Em primeiro lugar, elas *convencionalizam* os objetos, pessoas ou conhecimentos que encontram. Elas lhe dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. Todos os novos elementos se juntam a esse modelo e se sintetizam nele. Assim, nós passamos a afirmar que a terra é redonda, associamos comunismo com a cor vermelha, inflação com o decréscimo do valor do dinheiro. Mesmo quando uma pessoa ou objeto não se adequam exatamente ao modelo, nós o forçamos a assumir determinada forma, entrar em determinada categoria, na realidade, a se tornar idêntico aos outros, sob pena de não ser compreendido, nem decodificado. (MOSCOVICI, 2003, pág.34)

Portanto, a forma como a historiografia opera, na construção das representações, é categorizando os objetos dentro de uma lógica pela qual eles possam vir a ser compreendidos. Com relação ao nosso objeto de estudo, queremos ver como textos da historiografia brasileira, construíram determinadas representações dos povos indígenas, tornando um objeto de estudo, nesse caso um grupo social desconhecido, ininteligível para os leitores dessas obras.

Nosso objetivo não é analisar as representações sociais acerca dos povos indígenas, mas sim como um determinado conhecimento científico, nesse caso a história, lançou bases para construção de determinadas representações, pois as representações sociais, mesmo sendo um conhecimento do senso comum, muitas vezes nascem do conhecimento científico:

Ciência e representações sociais são tão diferentes entre si e ao mesmo tempo tão complementares que nós temos de pensar e falar em ambos os registros. O filósofo francês Bachelard observou que o mundo em que nós vivemos e o mundo do pensamento não são um só e o mundo. De fato, não podemos continuar desejando um mundo singular e idêntico e lutando por consegui-lo. Ao contrário do que se acreditava no século passado, longe de

serem um antídoto contra as representações e as ideologias, as ciências na verdade geram, agora, tais representações. Nossos mundos reificados aumentam com a proliferação das ciências. Na medida em que as teorias, informações e acontecimentos se multiplicam, os mundos devem ser duplicados e reduzidos a um nível mais imediato e acessível, através da aquisição de uma forma e energia próprias. (MOSCOVICI, 2003, p.60)

Existe cada vez mais um diálogo entre as produções científicas e o mundo social, onde as representações vão sendo geradas e transformadas, aquilo que é produzido pelos historiadores, não fica restrito unicamente as academias ou círculos intelectuais, operando no mais das vezes como um constructo das representações sociais.

Mesmo levando em consideração esse diálogo entre os códigos culturais e as práticas sociais, nossa pesquisa foi exclusivamente focada nos códigos presentes em obras historiográficas, que produziram determinadas representações sobre os povos indígenas brasileiros. Isso ocorreu dado o nosso objetivo geral, que é identificar as construções dessas representações acerca dos povos indígenas brasileiros presentes em alguns clássicos da nossa historiografia.

Pautados nisso, acreditamos que muitas das representações presentes nos livros de história, vieram a se tornar representações coletivas, fazendo parte do imaginário do país. Mesmo sem nos debruçarmos sobre essa possível pertença das representações, enquanto senso comum, no último capítulo, ao abordamos algumas questões contemporâneas ligadas a luta por direitos dos povos indígenas, citaremos algumas falas de políticos brasileiros, que nos levam a crer que algumas das representações presentes em clássicos da historiografia brasileira, permanecem até hoje, inclusive guiando políticas públicas.

Assim sendo, construímos a presente dissertação tendo como referência a história cultural, em que mesmo sem negar a importância do social na construção das representações e dos códigos culturais, nos deteremos de forma especial a estes últimos.

Ou seja, não nos detemos em analisar a recepção dessas representações em sua época, qual a forma como a sociedade brasileira enxergava os povos indígenas, focando nossa análise na produção historiográfica, entretanto alguns indícios nos levam a pensar que essas representações também estavam presentes no senso comum, permanecendo até hoje na tessitura do imaginário brasileiro.

As obras por nós analisadas foram as seguintes: “História Geral do Brasil” (Varnhagen) “Capítulos de História Colonial” (Capistrano de Abreu) “Casa Grande &

Senzala” (Gilberto Freire) “Raízes do Brasil” (Sérgio Buarque de Holanda) “Evolução do povo brasileiro” (Oliveira Viana). Escolhemos estas obras por ser quase consenso entre os historiadores das suas importâncias na construção de uma historiografia brasileira, bem como na interpretação da formação histórica do Brasil (Reis, 2006)

Para isso realizamos uma análise de conteúdo. Construímos algumas categorias a partir da leitura de importantes documentos atuais sobre os Direitos humanos dos povos indígenas; a convenção 169 da OIT, a declaração universal dos Direitos humanos dos povos indígenas, a declaração universal dos Direitos humanos e a constituição brasileira de 1988.

As categorias por nós construídas a partir da leitura desses documentos, será comparada com as categorias elaboradas após as leituras das obras citadas anteriormente. Esse processo proporcionou ver quais foram as representações construídas sobre os povos indígenas brasileiros em obras clássicas da nossa historiografia e a relação dessas categorias com as demandas de lutas dos povos indígenas contemporâneos. Essa comparação é possível porque mesmo com novas tendências historiográficas que em muito diferem das obras clássicas por nós analisadas, estas últimas ainda são comumente citadas, seja em livros didáticos, em músicas, filmes, matérias jornalísticas, ou em outros estudos.

Como caminho metodológico, buscamos realizar uma análise a partir do método de pesquisa historiográfico, para que pudéssemos extrair dos livros e documentos analisados as principais categorias sobre os povos indígenas. Reconstruindo o discurso da historiografia clássica.

Para que possamos adentrar nos múltiplos significados do texto, nos apoiaremos em uma análise de conteúdo, que possa nos levar a compreender quais os efeitos que determinados enunciados presentes nas obras por nós pesquisadas, poderão ter nas principais reivindicações dos povos indígenas na contemporaneidade.

Sendo assim, utilizando esse método nos será possível interpretar os textos quanto ao seu conteúdo aparente, mas também quanto as suas possíveis consequências, bem como as condições de produção da sua época, com outros significados presentes de forma subjacente. Segundo Bardin:

A tentativa do analista é dupla: compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também, e principalmente, desviar o olhar para outra significação, outra mensagem entrevista por meio ou ao lado da mensagem primeira. A leitura efetuada pelo analista, do conteúdo das comunicações, não é, ou não é unicamente, uma leitura “à letra”, mas antes o realçar de um sentido que figura em segundo plano. Não se trata de

atravessar significantes, para atingir significados, à semelhança da decifração normal, mas atingir através de significantes, ou de significados (manipulados) outros “significados” de natureza psicológica, sociológica, política, histórica etc. (BARDIN, 2016, p.48)

Sabemos que um texto escrito em uma temporalidade passada, traz uma estrutura própria do seu tempo, com conceitos e organização voltadas aos leitores daquele momento. Por isso, tomamos o cuidado de não cometer anacronismo, querendo que os autores trabalhem nas suas épocas categorias que apenas hoje são discutidas, mas achamos que seja possível sim construir um diálogo entre demandas do tempo presente com obras escritas em uma temporalidade passada, pois essas obras ainda são em muitos casos citadas e reverberadas.

Como veremos no discorrer da dissertação, apesar das mudanças epistemológicas no campo da história, muito do que foi construído durante a segunda metade do século XIX, ainda encontra profundos ecos nos dias atuais, seja em parte das pesquisas historiográficas, seja no senso comum.

No primeiro capítulo, *direitos humanos indígenas: Reivindicações seculares em documentos contemporâneos*, realizamos uma discussão sobre alguns documentos de Direitos Humanos, que trazem em seu corpo direitos relacionados aos povos indígenas, buscando a partir deles construir as categorias nas quais acreditamos assentar-se as principais reivindicações dos movimentos indígenas atuais.

No segundo capítulo, *a historiografia clássica brasileira e as representações construídas acerca dos povos indígenas: Entre a História e o senso comum*, trouxemos a obra *história geral do Brasil*, escrita por Varnhagen, discutindo como o historiador da segunda metade do século XIX, em uma obra de clara defesa da monarquia brasileira e do processo de colonização português, constrói sua representação referente aos povos indígenas brasileiros.

Analisamos também a obra de Capistrano de Abreu, *capítulos de história colonial*, onde exploraremos uma obra escrita na passagem do século XIX para o século XX, já em um momento de declínio das relações sociais do império, sem que houvesse um compromisso do seu autor com uma defesa da colonização portuguesa.

Posteriormente, nos detemos a obra de Gilberto Freyre, *casa grande & senzala*, Freyre escreve essa obra já na década de 1930, a partir de novas teorias antropológicas, buscando superar o conceito de raça, até então bastante em voga no pensamento social.

Fizemos também a análise do livro *raízes do Brasil*, escrito na década de 1930, em um momento de construção do pensamento acadêmica brasileiro, com a história passando a ocupar espaço importante nas universidades e deixando de ser um conhecimento restrito aos institutos históricos.

Por fim, foi discutida a obra de Oliveira Vianna, *evolução do povo brasileiro*, escrita na década de 1920 e reeditada na década de 1930, obra bastante polêmica, na qual o autor fundamenta sua teoria do desenvolvimento da história do Brasil, a partir de várias teorias raciais, escrevendo uma obra de profundo teor racista.

No terceiro capítulo, *espectros da historiografia brasileira e os direitos humanos no Brasil contemporâneo: a luta secular dos povos indígenas*, realizamos uma rápida explanação acerca das representações por nós discutidas nos capítulos anteriores, relacionando-as com os direitos humanos, referentes aos povos indígenas brasileiros, e algumas situações políticas contemporâneas nas quais esses direitos necessitam ser garantidos.

## 2 DIREITOS HUMANOS INDÍGENAS: REIVINDICAÇÕES SECULARES EM DOCUMENTOS CONTEMPORÂNEOS

*Ninguém ouviu.  
Um soluçar de dor  
No canto do Brasil  
Um lamento triste sempre ecoou  
Desde que o índio guerreiro  
Foi pro cativo e de lá cantou  
Clara Nunes.*

A constituição de 1988 foi de grande importância para garantir legalmente direitos básicos para os povos indígenas brasileiros. A constituição cidadã foi fruto de várias batalhas sociais realizadas por grupos minoritários, que historicamente foram excluídos da vida pública na sociedade brasileira e tiveram seus direitos usurpados.

Portanto, as garantias constitucionais não foram concessões feitas pelos não indígenas aos indígenas, mas sim uma conquista que é resultado de vários séculos de lutas. Desde o início da colonização portuguesa na América, até os dias atuais, a luta dos povos indígenas não cessou, resultando em importantes conquistas.

Entretanto essas conquistas precisam ser todo o tempo defendidas, a cada momento os direitos indígenas permanecem em risco, a cada dia faz-se necessário que o que foi garantido em lei, seja também garantido na prática, não sendo apenas letra morta.

Além da constituição brasileira de 1988, documentos internacionais trazem também relevantes conquistas para os povos indígenas, como a convenção 169 da OIT, a declaração universal dos Direitos Humanos indígenas, além claro da própria declaração Universal dos Direitos Humanos.

Nesse primeiro momento após análise desses documentos citados, discutimos as principais categorias presentes nesses textos, no que diz respeito as garantias dos direitos indígenas. Com isso buscamos categorizar as principais lutas dos povos indígenas no Brasil contemporâneo.

Em um segundo momento discutimos como essas categorias estão presentes em obras clássicas da historiografia brasileira, buscando compreender como as

representações acerca dos povos indígenas presentes nesses textos podem influir na luta contemporânea desses povos.

Ao debruçarmo-nos sob esses documentos, pudemos traçar linhas gerais quanto aos principais objetivos dos movimentos indígenas contemporâneos, assim a partir de três categorias gerais; *Direito a terra, autodeterminação e respeito a cultura indígena*, foi possível construirmos o caminho a ser seguido, tanto quanto as pretensões do movimento indígena, como a análise feita por nós de alguns clássicos da historiografia brasileira.

Essas categorias, apesar de serem analisadas aqui de forma separada, não podem ser vistas como categorias e reivindicações estanques, pois elas dialogam entre si, sendo por mais das vezes necessário que sejam defendidas e garantidas em conjunto para que possam de fato serem concretizadas.

Uma das grandes lutas dos povos indígenas contemporâneos é o direito a ter uma educação específica, dado as suas diferenças culturais e sociais com relação ao restante da sociedade brasileira. Apesar de reconhecermos a grande importância dessa reivindicação, e de sua presença nos documentos por nós analisados, não iremos utilizar essa categoria enquanto referência de análise nas obras por nós estudadas, por considerarmos que essa luta por educação está implicitamente presente na defesa da autodeterminação, na luta pela terra e na valorização da cultura e das tradições indígenas no Brasil.

Um marco inicial na proteção dos direitos indígenas foi a convenção de n 107 da OIT, no ano de 1957. Porém dado o caráter integracionista dessa convenção, que tinha como fim a assimilação dos índios à sociedade não indígena, muitas críticas foram feitas ao seu conteúdo, resultando na necessidade de elaboração de um novo documento, a convenção 169 da OIT, no ano de 1989.

Portanto como podemos ver a garantia constitucional e em tratados internacionais que trazem as reivindicações atuais dos povos indígenas, são bastante recentes, tendo sido elaboradas entre o final do século XX e início do século XXI, o que deixa claro a importância da luta contemporânea de movimentos indígenas e indigenistas para fazer com que essas garantias sejam exercidas de fato.

Apesar da importância da convenção 169 da OIT, no que diz respeito a valorização da cultura indígena e da autodeterminação dos povos, apenas no ano de 2002 é que essa convenção foi ratificada pelo governo brasileiro.

A declaração universal dos Direitos Humanos dos povos Indígenas, aprovada em assembleia da ONU no ano de 2007, é de grande importância por reafirmar a igualdade entre todos os povos do mundo, reiterando que os artigos da declaração universal dos Direitos Humanos de 1948, deve ser aplicada a toda humanidade sem que haja nenhuma discriminação.

Na declaração Universal dos Direitos Humanos dos povos indígenas, podemos ver as principais reivindicações dos movimentos indígenas atuais, como; Direito à terra, defesa da autodeterminação, busca por valorização da cultura e tradição indígena, direito a uma educação específica, construída a partir dos anseios das comunidades indígenas.

Para os povos indígenas do Brasil, relevância maior tem a constituição de 1988. Primeiro por ter esta um caráter coercitivo, ou seja, poder de lei que não existe diretamente nos documentos internacionais. Segundo por ter sido criada, como já salientamos, a partir da luta dos movimentos indígenas, que participaram da constituinte buscando fazer com que as suas reivindicações fossem aceitas pelo congresso e se fizessem presentes na nova constituição.

Como fruto dessa luta a constituição brasileira que hoje estar em vigor, traz garantias importantes para os índios do Brasil, como o direito à terra por eles habitadas, a autonomia na tomada de decisões, o respeito as instituições indígenas e a valorização da cultura indígena e sua importância na formação da sociedade brasileira.

A partir daqui analisamos de forma mais específica as categorias por nós destacadas após a leitura dos documentos citados.

## 2.1 DIREITO À TERRA

Uma das principais reivindicações dos povos indígenas atuais no Brasil é o direito à terra. A luta por garantir um território onde os indígenas possam viver e desenvolver sua cultura é uma luta que está diretamente ligada a própria existência desses povos, pois os territórios por eles ocupados ou pretendidos, tanto expressa a historicidade indígena de há muito estar nesses espaços, como também um local para que no futuro as nações indígenas não sofram por não terem um território seu.

Essa luta indígena pela terra não nasceu com os movimentos contemporâneos. Ainda no período colonial os índios do Brasil já começaram a travar batalhas para manterem-se em seus territórios, estendendo-se essa luta até os dias de hoje.

O direito reservado aos indígenas de ocuparam a terra na qual estavam antes da chegada dos europeus e antes do surgimento do estado brasileiro, já se faz presente nas legislações coloniais, sendo muitas vezes citadas por índios que recorriam as cortes portuguesas para garantir os seus direitos de ocupar as terras e não serem perseguidos por colonizadores ibéricos. (Almeida, 2010)

O documento final da convenção 169 da OIT, do ano de 1989, traz a preocupação com as terras indígenas, ressaltando o direito desses povos de ocupá-las, tanto uma ocupação das terras que historicamente foram por eles habitadas, quanto as terras que por ventura sejam necessárias para sua subsistência, mesmo que esta seja dividida com outros grupos sociais.

É garantido aos povos indígenas o direito a propriedade coletiva de suas terras, tanto para fins econômicos, como também para fins religiosos:

**ARTIGO 13**

1. Na aplicação das disposições desta Parte da Convenção, os governos respeitarão a importância especial para as culturas e valores espirituais dos povos interessados, sua relação com as terras ou territórios, ou ambos, conforme o caso, que ocupam ou usam para outros fins e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação. (OIT, 1989, p.23)

O direito indígena a terra, passa também pela preservação do meio ambiente, que deve ter como horizonte tanto a preservação do território contra fatores que possam colocar em risco sua organização natural, com o auxílio do estado, bem como a valorização do saber indígena e da relação coletiva que estes povos estabelecem com a natureza, para preservação do meio ambiente tanto em reservas indígenas como não indígenas.

Os desafios ambientais presentes no mundo contemporâneo, podem encontrar respostas aos seus problemas se olharmos para o saber indígena e suas relações com a terra que ocupam, pois na forma de sociabilidade desses povos está presente o respeito a natureza e uma relação de cooperação entre humanidade e meio natural. (Cunha, 2012)

Na declaração Universal dos Direitos Humanos dos Povos indígenas, podemos encontrar embasamento para a importância dessa relação entre indígenas e território habitado, no que diz respeito ao meio ambiente:

1. Os povos indígenas têm direito à conservação e proteção do meio ambiente e da capacidade produtiva de suas terras, territórios e recursos. Os Estados deverão estabelecer e executar programas de assistência aos povos indígenas, para assegurar essa conservação e proteção, sem discriminação alguma.
2. Os Estados adotarão medidas eficazes para garantir que não se armazenem nem eliminem materiais perigosos em terras ou territórios dos povos indígenas, sem seu consentimento livre, prévio e informado.
3. Os Estados adotarão medidas eficazes para garantir, segundo seja necessário, que se apliquem devidamente programas de controle, manutenção e restabelecimento da saúde dos povos indígenas, afetados por esses materiais; programas que serão elaborados e executados por esses povos. (ONU, 2007, p.15)

Assim fica entendido a importância do saber indígena na preservação do meio ambiente, bem como na responsabilidade do estado nacional em garantir a preservação dessas terras e sua segurança contra invasões externas.

Importante ressaltar que o direito a terra está presente na constituição brasileira, reafirmando os documentos internacionais por nós analisados e garantindo no âmbito do ordenamento jurídico nacional que este direito seja de fato exercido, no artigo 231 da constituição federal de 1988, podemos ler o seguinte;

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos

lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé. (Brasil.1988, p83)

## 2.2 AUTODETERMINAÇÃO

O princípio da autodeterminação dos povos é de extrema importância para garantia dos valores sociais e culturais dos povos indígenas, bem como o respeito a existência de suas instituições.

É de suma importância a ação do estado para que a autodeterminação das nações indígenas possam existir em nosso país. O papel do estado consiste em proporcionar as condições para que haja respeito da parte dos não indígenas aos índios brasileiros e para que as instituições do estado, como a escola, possa ser um espaço para construção da autonomia indígena, da mesma forma como deve criar espaços para que os movimentos indígenas possam participar das decisões públicas tomados no país.

O reconhecimento das instituições indígenas e sua eventual valorização, possibilita que essas nações possam organizar-se tal qual as suas vontades, superando o paradigma de integração que buscava paulatinamente incorporar os índios a uma sociedade nacional, onde essas instituições, culturas e sociabilidades fossem dissolvidas dentro de um projeto homogêneo de país.

Que fique ressaltado como condição para autodeterminação e respeito aos costumes e instituições indígenas, que estas não sejam contrárias ao ordenamento jurídico nacional, nem coloque em risco direitos fundamentais. Inclusive as penalidades para os crimes ocorridas entre os povos indígenas, podem seguir seus métodos de punição, desde que estes estejam de acordo com as leis nacionais e internacionais. (OIT. Convenção 169, 1989)

O respeito a autodeterminação dos povos indígenas, fica logo claro na convenção 169 da OIT, quando é destacado a importância da autoidentidade e do autoconhecimento dos povos indígenas como tal, sendo vedado ao estado negar a identidade a povos que se autoconhecem como diferentes da comunidade nacional, por questões políticas, históricas, sociais e culturais.

Na declaração universal dos Direitos Humanos indígenas, aprovada em assembleia da ONU no ano de 2007, também faz-se presente a autonomia desses

povos para que possam se reconhecer como tal e que não venham a sofrer nenhuma discriminação referente as suas diferenças étnicas. Já na introdução do documento podemos ler o seguinte:

Afirmando que os povos indígenas são iguais a todos os demais povos e reconhecendo ao mesmo tempo o direito de todos os povos a ser diferentes, a considerar-se a si mesmos diferentes e a ser respeitados como tais; (ONU. 2007, p3)

O mesmo fica claro ao lermos o 3º artigo da declaração:

Os povos indígenas têm direito à livre determinação. Em virtude desse direito, determinam livremente a sua condição política e perseguem livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural. (ONU. 2007, p7)

Portanto as resoluções da convenção possuem como princípio básico norteador a especificidade de cada povo indígena, sendo estas colocadas em prática de acordo com os anseios dos povos que buscam nesses documentos garantias jurídicas para suas reivindicações.

Um dos objetivos da convenção 169 da OIT, do ano de 1989, tinha como principal meta, rever a convenção de número 107, do ano de 1957, que possuía um caráter estritamente assimilacionista. Portanto o principal caráter desse novo documento é promover a autodeterminação dos povos indígenas.

No artigo 6º da convenção podemos ler o seguinte:

1. Na aplicação das disposições da presente Convenção, os governos deverão:

a) consultar os povos interessados, por meio de procedimentos adequados e, em particular, de suas instituições representativas, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;

b) criar meios pelos quais esses povos possam participar livremente, ou pelo menos na mesma medida assegurada aos demais cidadãos, em todos os níveis decisórios de instituições eletivas ou órgãos administrativos responsáveis por políticas e programas que lhes afetem;

c) estabelecer meios adequados para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas próprias desses povos e, quando necessário, disponibilizar os recursos necessários para esse fim.

2. As consultas realizadas em conformidade com o previsto na presente Convenção deverão ser conduzidas de boa-fé e de uma maneira adequada às circunstâncias, no sentido de que um acordo ou consentimento em torno das medidas propostas possa ser alcançado. (OIT. 1989, p18)

Para que este princípio venha a ser posto em prática, torna-se de suma importância que exista um projeto educacional específico aos povos indígenas, onde estes exerçam protagonismo e possam ao mesmo tempo em que valorizam as suas instituições através da educação, tomar conhecimento da organização do estado nacional para que melhor exerçam suas reivindicações na luta por garantias de direitos.

Podemos destacar também a partir da autodeterminação, o direito reservado aos indígenas de desenvolverem suas próprias formas de trabalho e produção, inclusive com o direito de exercer funções de trabalho que não sejam as tradicionais indígenas, dentro das mesmas condições de outros trabalhadores, sem que sofra nenhuma discriminação por conta das suas diferenças étnicas.

Quanto a este ponto, a declaração universal dos Direitos Humanos dos povos Indígenas, traz o seguinte no artigo 17:

1. As pessoas e os povos indígenas têm direito em plenamente de todos os direitos estabelecidos no Direito Trabalhista Internacional e Nacional aplicável.
2. Os Estados em consulta e cooperação com os povos indígenas tomarão medidas específicas para proteger as crianças indígenas contra a exploração econômica e contra todo trabalho que possa ser perigoso ou interferir na educação da criança, ou que seja prejudicial para a saúde, ou desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social da criança, levando em conta sua especial vulnerabilidade e a importância da educação para a sua realização.
3. As pessoas indígenas têm direitos a não ser submetidas a condições discriminatórias de trabalho, entre outras coisas, emprego ou salário. (ONU. 2007, p11)

A autodeterminação relaciona-se diretamente com o não preconceito aos povos indígenas. Apenas o respeito as diversidades culturais e a não discriminação de nenhum indivíduo ou grupo, independente da etnia a qual pertença, possibilita a autodeterminação, pois assim fica reconhecido que todos os povos tem condições iguais de escolherem os caminhos aos quais querem seguir.

Na declaração Universal dos Direitos Humanos, artigos que tratam da não discriminação de povos e nações, trazem mais um fundamento para defesa da autodeterminação dos povos, no artigo segundo podemos ler o seguinte:

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.
2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania. (ONU. 1948, p5)

Mesmo não se referindo diretamente aos povos indígenas, a igualdade que fica explicito nesse artigo e em toda a declaração, nos deixa levar em consideração que a liberdade para exercer direitos e escolhas políticas e sociais, devem ser aplicadas a todos os povos do mundo, sendo assim, também aos povos indígenas.

A constituição de 1988, vem reafirmar os direitos indígenas presentes em documentos internacionais, como os citados anteriormente. Quanto a autodeterminação dos povos, o artigo 232 da constituição federal brasileira, destaca

os índios e suas comunidades como parte autônoma da sociedade brasileira, tendo o mesmo direito que os outros cidadãos para acionar o ministério público e os órgãos estatais, quando acharem necessário para garantia de seus direitos.

### 2.3 VALORIZAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA

O respeito a cultura indígena está relacionado com a valorização das particularidades culturais desses povos, com o reconhecimento de que as nações indígenas possuem culturas específicas, que não são nem superiores nem inferiores as culturas não indígenas, apenas diferentes.

É necessário também o reconhecimento da pluralidade cultural existente entre os povos indígenas no Brasil. Para que haja um respeito verdadeiro e uma real valorização sócio/cultural das nações indígenas, faz-se necessário uma descolonização do olhar, onde torne-se possível reconhecer a heterogeneidade presente entre os índios do Brasil.

A valorização da cultura indígena, passa também pelo reconhecimento da sua importância na formação da sociedade brasileira, não apenas na condição de costumes que foram adotados pelos colonizadores, mas sim enquanto construção do próprio caráter nacional do povo brasileiro.

Olhar para a cultura indígena com um olhar de respeito e de possíveis aprendizagens nos possibilita colher alguns ensinamentos ainda hoje com esses povos. A cosmovisão indígena e a forma pela qual se relacionam com o meio ambiente, pode ser para nós uma oportunidade de buscar saídas para a crise ambiental que assola todo o planeta.

Na convenção 169 da OIT, vem destacada a luta dos povos indígenas, principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970, para que suas raízes étnicas fossem valorizadas, ou seja, a luta para que passassem a ser vistos como povos que possuem diferenças históricas e culturais, mas que nem por isso podem ser caracterizados como inferiores.

Essa luta por valorização étnica, proporcionou que a convenção 169, trouxesse uma perspectiva de valorização da heterogeneidade cultural indígena, como uma possibilidade de enriquecimento cultural para a humanidade, contribuindo na superação do paradigma assimilacionista.

O trabalho indígena deve ser respeitado de acordo com suas características tradicionais, cabendo ao estado dar assistência para que essas atividades possam ser realizadas e o saber desses povos possam ser transmitidos para as novas gerações:

**ARTIGO 23**

1. Atividades artesanais, indústrias rurais e comunitárias e atividades tradicionais e de subsistência dos povos interessados, como a caça, a pesca, a caça com armadilhas e o extrativismo, deverão ser reconhecidas como fatores importantes para a manutenção de sua cultura e para a sua autossuficiência e desenvolvimento econômico. Com a participação desses povos e sempre que possível, os governos tomarão as medidas necessárias para garantir que essas atividades sejam incentivadas e fortalecidas.

2. Quando solicitada pelos povos interessados, deverá ser prestada assistência técnica e financeira adequada sempre que possível, levando-se em consideração as técnicas tradicionais

e as características culturais desses povos, bem como a importância do desenvolvimento sustentável e equitativo. (OIT.1989, p32)

Respeitar a cultura indígena é possibilitar que esta se desenvolva nas suas mais diferentes modalidades, bem como dar os subsídios necessários para que ela possa manter-se viva e acompanhando o desenvolvimento de toda a sociedade nacional, sempre a partir dos anseios dos próprios indígenas.

A convenção 169 da OIT traz também a importância de uma educação específica aos povos indígenas, educação essa diferenciada do restante da sociedade para satisfazer as necessidades desses povos. Através da educação torna-se possível uma maior valorização da cultura indígena, seja entre os não índios, mas também entre os próprios índios, sendo a escola um espaço de perpetuação do saber construído por outras gerações da comunidade.

Da mesma forma que cabe ao estado possibilitar as condições para o desenvolvimento, valorização e preservação da cultura indígena, também é de suas responsabilidades a contribuição para o resgate das tradições culturais que tenham se perdido no tempo, essa responsabilidade do estado fica exposta na declaração universal dos direitos humanos dos povos indígenas, onde podemos ler o seguinte no artigo 11:

1 Os povos indígenas têm direitos a praticar e revitalizar suas tradições e costumes culturais. Nele inclui o direito em manter, proteger e desenvolver as manifestações passadas, presentes e futuras de suas culturas, como lugares arqueológicos e históricos, utensílios, desenhos, cerimônias, tecnologias, artes visuais e interpretativas e literaturas.

2. Os Estados proporcionarão reparação por meio de eficazes, que poderão incluir a restituição estabelecida conjuntamente com os povos indígenas, respeito aos bens culturais, intelectuais, religiosos e espirituais, de que tenham sido privados sem seu consentimento livre e informação prévia, ou na violação de suas leis, tradições e costumes. (ONU. 2007, p9)

Na declaração universal dos Direitos Humanos, de 1948, o direito a educação possibilita aos povos indígenas independência para organizarem seus projetos educacionais de acordo com suas necessidades, podendo valorizar os seus saberes e as suas culturas, independente do projeto educacional do país e da cultura nacional na qual estejam inseridos, é o que podemos ver no artigo 26 da referida declaração:

- 1- Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos. (ONU. 1948, p14)

No artigo 231 da constituição brasileira, fica ressaltado o respeito aos costumes e tradições da sociedade indígena, bem como a liberdade para se organizarem a partir dessas tradições, além da posse da terra que habitam historicamente e dela necessitam para seu sustento.

### 3 HISTORIOGRAFIA CLÁSSICA BRASILEIRA E AS REPRESENTAÇÕES CONSTRUÍDAS ACERCA DOS POVOS INDÍGENAS: ENTRE A HISTÓRIA E O SENSO COMUM

*"Sabe, no fundo eu sou um sentimental*

*Todos nós herdamos no sangue lusitano uma boa dose de lirismo (além da sífilis, é claro)*

*Mesmo quando as minhas mãos estão ocupadas em torturar, esganar, trucidar  
Meu coração fecha os olhos e sinceramente chora..."*

Chico Buarque de Holanda.

Compreendendo a história enquanto construção de representações sobre o passado, a partir dos textos por nós selecionados e já destacados anteriormente, buscaremos analisar as representações que foram elaboradas nessas obras, no que diz respeito aos povos indígenas do Brasil.

A maneira pela qual representamos o passado, está diretamente ligada a forma como compreendemos as questões do nosso tempo (Said, 1995) Portanto essas representações acerca dos povos indígenas, por nós destacados nesse texto, diz muito também da forma como as questões indígenas são tratadas no presente, visto que, mesmo sendo livros escritos em séculos passados, ainda são em vários aspectos referências para pesquisas atuais.

Em cada uma das seguintes seções estaremos expondo o pensamento dos autores por nós selecionados em suas respectivas obras, abordando aquilo que achamos mais relevante no que diz respeito ao objetivo geral de nossa pesquisa.

Os livros por nós selecionados, vieram a tornar-se referências nas pesquisas históricas, durante longo período, sendo ainda hoje reconhecidas por suas contribuições dadas a vários historiadores, de diferentes perspectivas epistemológicas.

No século XIX temos Varnhagen como o principal historiador, ligado ao IHGB, este lançou as bases das futuras pesquisas ocorridas no Brasil. Influenciando outros historiadores do século XX, alguns por nós também analisados na presente pesquisa:

sobre o interesse da historiografia, principalmente da primeira metade do século XX, acerca das "identidades do Brasil" muito já foi discutido. A questão das mestiçagens ocupou lugar de destaque nas obras circunscritas especialmente na segunda metade do século XIX e permaneceu latente nas produções das primeiras décadas do XX. Muito discutida entre historiadores, algumas obras produzidas nesse contexto se destacam pelo interesse que despertaram ou que ainda despertam é o caso da tríade *casa grande &*

*senzala, raízes do Brasil e formação do Brasil contemporâneo*. Lidos e relidos, esses escritos tiveram e ainda tem um destaque impressionante no âmbito da nossa historiografia. As visões que esses autores construíram sobre o Brasil alimentaram e alimentam as discussões de várias gerações de historiadores. São obras que juntamente com outros autores menos conhecidos e discutidos, sobretudo nos cursos de História, mantiveram construções discursivas sobre os povos indígenas sem, no entanto, romperem com pressupostos formulados no século XIX (JESUS, 2016, p45)

Portanto, o período por nós escolhido para analisar alguns autores, recai justamente na segunda metade do século XIX; Varnhagen e Capistrano de Abreu, e as primeiras décadas do século XX; Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Oliveira Vianna.

O século XIX e início do século XX, é marcado por uma forte literatura de influência imperialista e colonialista, marcando profundamente as obras por nós analisadas, sendo possível encontrarmos os seus ecos nas representações construídas acerca dos indígenas brasileiros:

Nem o imperialismo, nem o colonialismo é um simples ato de acumulação e aquisição. Ambos são sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas que incluem a noção de certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação, bem como formas de conhecimento filiadas à dominação: o vocabulário da cultura imperial oitocentista clássica, está repleto de palavras e conceitos como “raças servis” ou “inferiores”, “povos subordinados”, “dependência”, “expansão” e “autoridade”. E as ideias sobre a cultura eram explicitadas, reforçadas, criticadas ou rejeitadas a partir das experiências imperiais. (Said, 1995, p40)

Sendo assim, a principal unidade de sentido que encontramos na leitura das obras por nós selecionadas, foi essa visão imperialista, sendo construída a partir de representações pejorativas sobre os indígenas brasileiros, na condição de povos selvagens, de uma cultura inferior, com costumes bárbaros, que deveriam ser “salvas” pela cultura europeia, e que não tiveram nenhuma força para fazer frente ao processo de colonização.

Com essa historiografia que tomava por base ideias imperialistas, muitos povos indígenas foram tratados de forma pejorativa, ou então foram invisibilizados, sendo essa última característica mais presente nos povos indígenas do nordeste, que passaram a ser vistos como comunidades camponesas e não mais como índios. (Arruti, 1995)

As representações construídas sobre os povos indígenas, tendo como base esse referencial teórico do século XIX, foram reproduzidas no imaginário popular, mantendo-se vivas até hoje e ainda permeando os livros de história. (Silva, 2016)

Essa historiografia clássica construiu um não lugar para os indígenas na história brasileira, passando a ideia de que os índios tiveram história apenas quando houve o

contato com os portugueses, deixando de fazer parte da história nacional durante o período imperial e republicano, quando foram aos poucos misturando-se a massa da população e integrando-se a sociedade dos não índios. (Jesus, 2016)

Portanto pensando o ofício do historiador enquanto criação de representações do passado, passamos a análise das obras.

Dentro da medida do possível, tomaremos as falas dos autores como nossa, para uma melhor análises de suas obras, isso seguindo o método historiográfico de pesquisa, na linha de outros historiadores como Durval Muniz de Albuquerque Júnior:

(...) Tomar estas fontes não como documento, nem como fonte de prova, mas toma-las como material de trabalho, como monumentos a serem destruídos e reconstruídos, ou seja, construímos os parágrafos com enunciados e imagens retirados dos próprios textos em análise, tomando-os para nós, utilizando-os como nossos, pelo método de bricolagem e de torção, dessacralizando estas fontes, ponde estes enunciados para funcionarem de outro modo. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p42)

### 3.1 O BRASIL DE VARNHAGEN: OS POVOS INDÍGENAS ENQUANTO EMPECILHO A FORMAÇÃO DE UMA LUSITÂNIA NOS TRÓPICOS

O “Heródoto do Brasil”, Francisco Adolfo Varnhagen, foi um dos primeiros historiadores a buscar construir uma narrativa sobre o passado brasileiro que englobasse o período colonial e os primeiros anos do império, o primeiro a fazer um uso extensivo das fontes fundamentando sua obra com amplo aparato de referências.

Varnhagen era filho de um alemão com uma portuguesa, nascido em Sorocaba no ano de 1816, recebeu posteriormente o título de Visconde do Porto Seguro. Com uma formação aristocrática fez da sua produção enquanto historiador uma defesa da monarquia brasileira, apologista do império e do imperador D. Pedro II, representou o Brasil em vários países e buscou reconstruir a história nacional destacando a formação da nação emergente como uma grande obra lusitana, elogiando as instituições ibéricas e o caráter desbravador dos portugueses no empreendimento de colonizar e alicerçar as bases de um império nos trópicos.

A obra do “Heródoto do Brasil” esteve diretamente ligada ao instituto histórico e geográfico brasileiro (IHGB), tendo importante patrocínio do imperador, que sabia a necessidade de construir uma identidade para a nova nação que legitimasse a monarquia. O projeto de poder do império do Brasil passava pela perspectiva de construir os caminhos trilhados pelos portugueses em solo americano, mantendo a caminhada

rumo a um futuro no qual o horizonte nacional fosse um país independente e governado por uma elite de ascendência portuguesa.

O IHGB havia sido criado em 1838/39. No ano de 1840 foi lançado um concurso que premiaria o melhor projeto para realização de uma pesquisa sobre a história do Brasil. O projeto premiado foi o de um alemão, Karl Philipp von Martius. Para von Martius a história do Brasil deveria ser contada a partir do que mais caracteriza o seu povo; o encontro de três raças diferentes, europeus, indígenas e africanos, que sob a regência dos portugueses em um longo processo de miscigenação fez surgir os brasileiros.

Com as luzes lançadas por Von Martius, Varnhagen buscou iluminar as trevas do passado nacional, lançar as tintas sobre o que considerava uma página em branco na nossa história, e com a sua pena compor uma ousada narrativa sobre o nosso passado. Entre 1854 e 1857, após extenso trabalho de pesquisa, o Visconde de Porto Seguro apresentava a primeira grande obra historiográfica sobre o Brasil; ***História geral do Brasil***.

Sendo fiel ao projeto de Von Martius, Varnhagen buscou destacar as características dos portugueses, indígenas e africanos, dando menos destaque a esses últimos, considerados por ele um mal para a formação do povo brasileiro, que deveria ter sido evitado. Os indígenas, mesmo sendo retratados quase sempre de forma pejorativa, receberam um maior destaque, com a descrição de alguns dos seus costumes e do contato com os europeus.

Para alguns historiadores, a obra de Varnhagen tem um forte apelo moral, uma lógica que visa passar certos ensinamentos e possibilitar o desenvolvimento da nação, uma pedagogia política. (Wehling, 1999) Isso acaba por interferir diretamente na visão que Varnhagen constrói sobre os indígenas, pois para ele, os valores morais indígenas não eram dignos de ter essa força educativa para a nação.

Classificar os indígenas como estando no estágio primeiro da humanidade, é uma das características dos objetivos morais que permeiam o texto de Varnhagen, e toda sua política integracionista, pois por meio de forças corretivas, os índios poderiam deixar de ser índios e integrar-se à comunidade nacional:

Essa moral historicamente determinada, em bom raciocínio historicista, envolvia a ideia de estágios de desenvolvimento da humanidade – Varnhagen admitia, como outros contemporâneos, a existência de povos selvagens, bárbaros e civilizados, sem que isso implicasse adesão ao evolucionismo antropológico nascente. Mas tal concepção era também tributária da velha ideia ilustrada de progresso, o que implicava supor a existência de

mecanismos aceleradores e retardadores do desenvolvimento social. Neste ponto, educação e arte cumpriram seu papel de regeneração social. (WEHLING, 1999, p68)

Essas ideias se tornaram cristalizadas no imaginário brasileiro, principalmente por ter sido Varnhagen uma importante referência para o ensino de história no país:

Uma análise dos compêndios brasileiros entre as décadas de 1930 e 1960, bem como o programa oficial para o ensino secundário de 1942, mostram a força da matriz varnhageniana. A espinha dorsal continuava a mesma. [...] Evolução praticamente semelhante ocorreu com a matriz varnhageniana de interpretação da história do Brasil nos campos da pesquisa e do ensino superior. (WEHLING, 1999, p216)

Ainda no século XXI, a estrutura da narrativa histórica no Brasil e a divisão da nossa história, colocando os índios em um lugar específico, como se fossem participantes unicamente de uma “pré-história” nacional, teve suas raízes em autores como Varnhagen.

Portanto mesmo um século após o lançamento de *história geral do Brasil*, a obra ainda era importante fundamento para o ensino e a pesquisa, sendo contributo de grande valor na educação de muitas gerações, o que mostra o quanto as representações presentes na obra, tiveram espaços para permear o imaginário nacional.

Para análise das representações construídas por Varnhagen acerca dos povos indígenas e construção das categorias, utilizaremos a segunda edição de sua obra, lançada em 1877, que teve um complemento com relação ao conteúdo da primeira edição de 1854.

Varnhagen logo no início da obra deixa claro qual sua visão com relação aos povos indígenas do Brasil; para este historiador os indígenas eram um empecilho para o desenvolvimento da nação brasileira, um obstáculo na concretização do projeto de fazer do império de D. Pedro II uma nova Lusitânia, continuando a obra dos portugueses nos trópicos. Entretanto apesar de ser um empecilho, seria possível integrar os indígenas a sociedade nacional, seja através do convencimento ou até mesmo da violência.

Em nome da objetividade científica e do fazer historiográfico, Varnhagen destaca no prefácio que não pretendia fazer uma exaltação aos povos indígenas brasileiros, pois seria uma injustiça com o restante da humanidade, já que todos pertenciam a uma única raça, portanto povos atrasados, no estágio de selvageria não poderia ser alçado ao patamar de povos civilizados, mas sim deveriam seguir os caminhos seguidos por estes para que também pudessem alcançar a civilização. Essa posição de Varnhagen quanto aos povos indígenas, é uma crítica ao indianismo, que

via esses povos como símbolo da nacionalidade brasileira, presente inclusive em outros autores do IHGB.

Após uma apresentação do território brasileiro, na seção I, onde é descrito as características geográficas, a fauna e a flora, na seção II é dado início a uma apresentação dos povos que habitavam as terras do novo continente onde se formará o Brasil, nessa seção serão descritos alguns dos costumes dos povos indígenas e a classificação deles feita por Varnhagen como povos selvagens nos primeiros estágios de desenvolvimento da humanidade.

A narrativa inicial do texto descreve os índios do Brasil como povos errantes, cabildas de povos nômades que viviam a vagar por toda extensão do território, em constantes guerras para ocupar as melhores terras, num estado de selvageria que os tornavam incapazes de desenvolverem cultura, de tornarem-se civilizados.

No dizer de Varnhagen essas gentes vagabundas que andavam a esmo pelo território, pertenciam com raras exceções a um único tronco de antepassados, mantendo entre si uma língua também única, e autodenominando-se de Tupis. Os outros nomes que eram utilizados seriam apenas alcunhas para diferenças internas, porém os povos indígenas do Brasil mantinham uma unidade cultural.

Essa generalização feita por Varnhagen é reproduzida em outras obras, estudos que tornaram-se clássicos sobre a formação da sociedade brasileira recaem nessa mesma generalização, sem levar em conta as especificidades de cada povo indígena que vivia no Brasil tanto durante a colonização como também com relação aos povos contemporâneos.

Essa visão é bastante recorrente no senso comum. A ideia geral que a população brasileira tem dos povos indígenas é a de que existe uma unidade cultural entre eles, uma uniformização de povos. Isso leva a uma dificuldade da sociedade em ver as diferenças e as lutas específicas existentes entre os indígenas, além de criar um estereótipo geral que considera ser indígena apenas os que nele se encaixam.

Varnhagen ressalta a pouca população indígena existente no Brasil quando houve a chegada dos colonizadores, para ele essa população era pequena por problemas internos, era consequência das constantes guerras existentes, da falta de uma unidade política, da falta de uma organização em bases civilizacionais que possibilitassem uma evolução dos povos, até criando um império como ocorreu em outras regiões da América. Portanto os indígenas eram povos ainda na infância, povos

selvagens que necessitavam de um povo superior para lhes mostrar os caminhos a serem trilhados até alcançar a evolução esperada.

Alguns costumes são também fortemente criticados, como habito descrito de “comer terra”, que traria uma fragilidade física as populações, além do sodomismo, que segundo o autor era algo bastante comum entre os indígenas e estava no cerne do não crescimento da população.

Em toda obra fica bastante claro o olhar europeu que Varnhagen lança sobre a história do Brasil, um olhar como já ressaltamos antes, que vem das caravelas, que estrutura-se a partir de uma visão de mundo cristã centrada na defesa dos valores ocidentais, é o olhar do colonizador com relação aos povos e as terras invadidas.

A seção de apresentação dos povos indígenas conclui-se com uma fala bastante significativa para simbolizar o que escrevemos até agora; a não valorização dos costumes indígenas e a visão de que os colonizadores europeus com sua cultura trariam as boas novas de salvação a uma terra e a um povo devastados, trazendo inúmeras possibilidades de evoluírem.

Para fazermos porem melhor idéa da mudança ocasionada pelo influxo do christianismo e da civilização, procuraremos dar uma notícia mais especificada da situação em que foram encontradas as gentes que habitavam o Brazil; isto é, uma idéa de seu estado, não podemos dizer de civilização, mas de barbárie e de atrazo. De taes povos na infância não há historia: ha só ethnographia. A infância da humanidade na ordem moral, como a do indivíduo na ordem physica, é sempre acompanhada de pequenez e de misérias. — E sirva esta prevenção para qualquer leitor estrangeiro que por si, ou pela infância de sua nação, pense de ensoberbecer-se, ao ler as pouco lisongeiras paginas que vão seguir-se. (VARNHAGEN, 1877. p. 23 e 24)

Assim Varnhagen termina a apresentação primeira dos povos indígenas que viviam no Brasil antes da chegada dos portugueses, ressaltando que estavam na infância da humanidade, portanto não teriam história ainda, não seriam povos dignos de estar em posição de destaque na construção da nação, a essa apresentação segue-se outra seção onde os costumes indígenas são descritos com maiores detalhes.

Mesmo tratando os povos indígenas a partir de uma generalização, o autor nas seções III e IV da obra, destaca que existiam “raças” diferentes, mas que a maior parte do litoral brasileiro era habitada por uma única “raça”, pelos tupis, e que esse povo mantinha algumas distinções com relação aos da Amazônia ou de outras regiões como o Paraguai.

Na divisão do trabalho entre os Tupis, destaca a inferioridade da mulher indígena, dizendo que muitas vezes ao nascer as mães as afogavam para livrar-lhes

do infortúnio. Nesse ponto compara com a Europa pré-cristã, onde existiam práticas semelhantes, mas que foram superadas graças ao cristianismo. Fica evidente que a todo tempo busca mostrar como os valores cristãos eram essenciais para o desenvolvimento dos povos indígenas do Brasil.

Os laços e as estruturas familiares tão caras para a civilização ovacionada por Varnhagen, segundo ele não existiam entre os índios brasileiros. Além das práticas homoafetivas que para ele impossibilitavam o crescimento das populações, ainda existia uma permissividade de costumes e a ausência da família enquanto instituição. Os filhos respeitavam apenas os pais e os tios, por não considerarem a descendência materna, fazendo com que não existisse as benesses de uma vida familiar.

Na falta desses valores tão caros a civilização europeia, restava aos primeiros habitantes do Brasil o ódio. Varnhagen diz ser esse sentimento o que mais motivava os povos, guerras e rituais giravam em torno da vingança e do prazer em perpetrar crueldades aos prisioneiros. Qualquer motivo por mais vão que fosse poderia desembocar em um sangrento conflito, com os grupos se enfrentando e aprisionando inimigos para praticar a antropofagia.

É a antropofagia um dos rituais que mais recebe destaque de Varnhagen, essa prática se configura como uma ação geral a maior parte das pessoas que viviam no continente antes da chegada dos europeus, servindo como um atestado para mostrar o nível de barbárie desses povos e a esperança de a eles levar a civilização a partir do contato com o cristianismo.

Sobre a antropofagia escreve Varnhagen:

A anthropophagia não era pois motivada pela gula, senão algumas vezes por aberração; era-o pelo prazer que sentiam na desaffronta, cujos effeitos faziam extensivos a todas as gerações. O instinto de se vingarem era tão excessivo que se julgavam obrigados a trincar todo o animal que antes os molestara, ainda que fosse sevandija. E se não o podiam conseguir ás claras, o obteriam por meio da traição e dos venenos. (VARNHAGEN, 1877, p. 39)

Portanto o olhar de Varnhagen que busca ver nos indígenas um elemento de constituição de empecilho para tornar-se o Brasil uma grande nação no mundo, encontra no ritual de antropofagia um exemplo do quão perigosos e selvagens eram os povos encontrados pelos portugueses quando chegaram em terras desconhecidas.

Mesmo com esse olhar estereotipado acerca dos indígenas brasileiros, Varnhagen ainda os faz alguns elogios, como por exemplo o cuidado que eles tinham com os mortos, que segundo o historiador aparentava-se com alguns hábitos cristãos, talvez essa busca por determinados elementos que confluíssem ao cristianismo, fosse

uma tentativa de defender a possível conversão dos indígenas, deixando de ser povos selvagens e passando a fazer parte da civilização.

A partir dessa obra do século XIX, a representação que nos fica é a de que os povos indígenas eram animais selvagens, como diz o próprio Varnhagen, apresentando bons dotes físicos e um instinto bem desenvolvido para viver na natureza, porém sem possuírem os valores espirituais evoluídos, eram apenas animais, mas que poderiam ser civilizados e graças a providência divina o seriam, pois aqui havia chegado os portugueses.

O texto continua com a busca por justificar a possibilidade dos selvagens da América, como nos diz o autor, tornarem-se civilizados. Para ilustrar isso são citados os fenícios, gregos e romanos, que conseguiram em tempos remotos levar a civilização para os povos mais bárbaros da Europa, inclusive na península ibérica, chegando a vez dos portugueses serem os benfeitores que estariam a levar a civilização aos indígenas selvagens do Brasil.

Para concluir a defesa na possibilidade de civilizar os indígenas, é citada uma bula do papa Paulo III, alegando serem os povos da América também descendentes de Adão, portanto assim estariam eles destinados a tornarem-se cristãos.

É interessante a genealogia que Varnhagen constrói para os indígenas brasileiros, os colocando como descendentes dos Carios, povo antigo que vivia no Egito e teriam combatido na guerra de Troia. Com o fim da guerra e a derrota dos troianos, os Carios se lançaram ao mar na tentativa de fugir das consequências negativas da queda de Troia, com isso acabaram por aportar na América e no Brasil.

Para justificar a sua tese, são citados vários exemplos de congruências entre os costumes e a língua dos egípcios com os Tupis. Algumas palavras fazem crer que os primeiros habitantes da América vieram do velho continente e eram aparentados com os egípcios, introduzindo também nomes que haviam aprendido com os gregos.

Para nossos fins de pensar uma representação dos povos indígenas do Brasil a partir de Varnhagen, é imprescindível nos atermos a forma como se dar o primeiro contato entre os primeiros habitantes da terra que se tornará o Brasil com os portugueses. O autor narra o encontro como sendo amistoso da parte dos europeus, que buscam construir elos com o povo desconhecido, mas que logo ocorre uma ruptura, já que nesse primitivo contato alguns portugueses são aprisionados pelos índios, dando início a um confronto no qual os portugueses tiveram que utilizar da força física para defenderem-se dos agressores.

A maneira pela qual Varnhagen narra esse encontro entre os dois mundos desconhecidos, caminha para uma justificação da ação europeia no novo continente. Se por um lado vieram os europeus com o objetivo de civilizar povos bárbaros, os salvando da vida animalésca e selvagem na quão viviam, por outro lado encontraram uma população que devido ao seu nível de evolução não reconheciam esses valores redentores, além de estarem fechados a eles, sendo portanto justificada toda a ação violenta por parte dos portugueses, pois essa era a única forma viável de conduzir os bárbaros a um novo patamar de evolução histórica.

Prosseguindo na *história geral do Brasil*, são citados trechos de recomendações aos navegantes portugueses durante o século XVI, para que os habitantes da nova terra fossem bem tratados, e que por acaso aqueles que estivessem em cativeiro por guerras com outros índios, não fossem levados a Europa, como era comum acontecer, pois segundo Varnhagen apesar dos povos indígenas não estarem aptos a ter uma vida civilizada, muitos indivíduos viam no novo povo uma possibilidade de libertação, fazendo com que fosse comum a fuga destes nas embarcações dos portugueses.

Paralelo a representação dos povos indígenas como bárbaros e selvagens, povos sem civilização, sem história e portanto na infância da humanidade, Varnhagen faz surgir nas suas páginas também a ideia dos indígenas como povos traiçoeiros, com os quais não se podia contar totalmente, eram povos que não transmitiam confiança, levando os portugueses a ter que ficar em constante vigilância.

Essa propensão dos indígenas a não cumprir com os acordos, a realizar ataques de forma covarde, a traírem constantemente os seus aliados, era consequência da animalidade que traziam na alma, os tornando incapazes de desenvolver valores maiores, pois eram povos que antes de seguir os desígnios da razão, tinham como orientação apenas os instintos.

A não existência de uma família nos moldes tradicionais da época, era visto como uma incapacidade de desenvolver laços afetivos, de desenvolver respeito as hierarquias, de construir-se marcos civilizatórios que pusessem a sociedade dentro de uma ordem estável que a fizesse caminhar para níveis mais honrosos de organização.

Porém o que Varnhagen não consegue esconder de todo é a importância dos povos indígenas no processo de colonização do Brasil, mesmo que ele não deixe explícito e nem reconheça em momento algum o protagonismo desses povos, ao ler

sua versão sobre a história do Brasil, vemos como diferentes nações indígenas se envolveram com os caminhos da instauração de uma colônia portuguesa na América.

As regiões que irão prosperar na colônia, serão justamente aquelas onde os portugueses conseguiram aliar-se aos povos nativos, onde os europeus criaram redes de cooperação com os habitantes locais e se beneficiaram do conhecimento que já possuíam estes povos, neutralizando o ímpeto de resistência violenta contrária a colonização.

Os sucessos da capitania de Pernambuco foram resultados das habilidades do seu donatário para atrair o apoio de índios da região no novo empreendimento, assim nos fala Varnhagen:

Os mesmos índios trabalhavam pois de mistura com os Colonos, e os nomes dos chefes delles Itabira, Itagibe<sup>2</sup> e principalmente o de Uirâ-uby, que traduzido se disse Arco-verde, ficaram memoráveis nos annaes pernambucanos, pelos serviços que prestaram, não só nesta occasião, como ao depois contra seus próprios companheiros, quando se alevantavam e vinham por vezes dar guerra á nascente colônia: e foram sempre repellidos, chegando a perder um olho o cunhado do donatário B a ficar prisioneiro, escapando (diz-se) pela intervenção de ama filha do dito Arco-Verde. (Varnhagen, 1877, p. 175)

Por esse trecho podemos inferir que o papel de grupos indígenas na colonização foram de suma importância, e se por um lado Varnhagen ver esses fatos como uma possibilidade de ilustrar a ação civilizatória dos portugueses ao transformar populações arredias em aliadas, podemos pensar hoje a partir de novas lentes, como os índios do Brasil se reorganizaram a partir da nova lógica social trazida pelos colonizadores, e como também souberam tirar proveitos dessas alianças, talvez numa tentativa de amortizar o caráter negativo da colonização, bem como ter novas possibilidade de lutar contra antigos aliados.

Na historiografia tradicional a importância das nações indígenas na formação do Brasil é sempre colocada em segundo plano, em *história geral do Brasil*, isso fica bastante visível, quando esses povos não aparecem como um empecilho ao desenvolvimento, eles aparecem como povos que foram pacificados por outro de cultura superior, absorveram seus valores e agora fazem uso de suas forças para defenderem um projeto civilizatório, que se a princípio não era o seu, veio a tornar-se devido o caráter superior que este tinha. Entretanto os indígenas sempre são descritos como figurantes na empreitada civilizatória lusitana.

O mesmo sucedera-se em Igarassu, onde a ação dos colonos contou com a presença de “índios amigos” defendendo a vila do ataque dos “bárbaros”. Relevante

é como são apresentados os indígenas, sendo estabelecida uma linha divisória entre os “amigos” e os “bárbaros”. Ser índio amigo não era necessariamente ser civilizado, mas configurava-se em estar num processo de evolução e aproximação dos valores cristãos, ao contrário dos índios bárbaros inimigos, que não se deixavam civilizar e era preciso agir violentamente contra estes.

Se era sinal dos bons feitos portugueses ver indígenas passando a ter costumes lusos, era reprovável o inverso, ou seja, colonos que se afeiçoassem dos hábitos dos habitantes da terra foram pejorativamente descritos por Varnhagen, pois estes negavam a cultura lusa e colocavam em risco o projeto de colonização.

A capitania do Espírito Santo, que teve como donatário Vasco Fernandes Coutinho, foi um desses exemplos negativos narrados por Varnhagen, pois segundo ele Vasco Fernandes não tinha tino para governar, se afeiçoando bastante aos índios e levando a capitania a ruína, assim é descrito o donatário da capitania do Espírito Santo:

Era de caracter dócil e jocoso, mas de nenhuma severidade para com os delinqüentes e criminosos. Sem pureza de costumes, não podia ser modelo de uns, nem terror de outros. Acabou por dedicar-se com excesso a bebidas espirituosas, e até, se acostumou com os índios a fumar, ou a beber fumo; como então se chamava a esse habito, que naquelle tempo serviu de compendiar até onde tinha levado sua devassidão. (VARNHAGEN, 1877, p. 181)

É emblemático o caso do donatário da Capitania do Espírito Santo, pois este ao invés de fazer valer o poder de autoridade do colonizador e civilizar os indígenas, acabou por seguir alguns costumes destes, principalmente os seus “vícios”. Para Varnhagen essa postura de Vasco Fernandes Coutinho foi bastante negativa, no sentido de um representante da cultura superior deixar-se levar por uma cultura bárbara.

Seguindo a sua narrativa quanto a capitania do Espírito Santo, lamenta Varnhagen o fato de que apesar da qualidade das terras essa capitania não obteve êxito se desenvolvendo, tendo sido atacada diversas vezes por povos indígenas e sendo até o período no qual *história geral do Brasil* é escrita, segundo seu autor, uma província atrasada e de miúda população, que pela postura do seu donatário perdeu a oportunidade de fazer-se uma província jubilosa.

Os dois exemplos do processo de colonização das capitanias de Pernambuco e do Espírito Santo, com a trajetória próspera da primeira e o fracasso da segunda, servem como ilustração para o que é defendido em toda a obra – os povos indígenas

eram um empecilho ao desenvolvimento e deveriam ser tratados com força e severidade caso não aceitassem de bom grado o projeto de colonização.

O uso da força enquanto caráter corretivo é bastante defendido durante todo o texto, inclusive sendo essa uma das críticas feitas por Varnhagen aos índios do Brasil, pois antes da chegada dos portugueses eles não possuíam uma educação que tivesse o castigo como ferramenta de modelação do espírito de cada um dos membros da comunidade a qual fazem parte.

Relevante é a constatação que mesmo colocando os indígenas em segundo plano no empreendimento de colonizar e os descrevendo quase sempre de uma maneira pejorativa, Varnhagen sempre ao tratar do início da colonização das capitanias, destaca a presença dos povos nativos e sua ação durante o momento em que os portugueses tentam se instalar na terra, o que nos leva a refletir hoje sobre a importância das nações indígenas na formação do país, inclusive na definição das fronteiras e na concretização do projeto colonizador nas capitanias e posteriormente províncias.

A ação dos indígenas no Maranhão também é descrita como tendo se tornado um malogro aos portugueses, pois estes foram expulsos da povoação de Nazareth, retornando a Portugal ou indo até as Antilhas e a África, inclusive levando uma grande quantidade de indígenas nos navios, segundo Varnhagen alguns como prisioneiros mas também muitos indígenas livres, o que nos leva a crer que durante os conflitos entre portugueses e indígenas haviam divisões entre os habitantes locais, muitas vezes pertencentes ao mesmo povo e que além da força física era necessário a persuasão portuguesa para ter um tão importante apoio de grupos indígenas, pois sem esses a colonização teria sido impossível. Ou seja, com os dois séculos que nos separam de Varnhagen podemos dizer que não eram os indígenas um empecilho para a colonização, mas sim a única possibilidade de dar certo o projeto colonizador português, que onde não teve o apoio dos povos locais foi fracassado decisivamente.

É reconhecido no texto de Varnhagen que muitos dos costumes indígenas foram absorvidos pelos portugueses, que ao se verem em terra desconhecida terminaram por incorporar as suas rotinas hábitos de outros povos. Entretanto fica nas entrelinhas que eram costumes da vida prática, como cuidar da roça, tomar banho todos os dias e até mesmo fumar, incorporação esta aceitável quando vinha para dar maiores possibilidades de domínio aos colonizadores, diferente do que fez o donatário da capitania do Espírito Santo, tão criticado no livro.

Esse processo de contato entre diferentes culturas se dava principalmente a partir da mulher indígena, que segundo Varnhagen tinha uma forte atração pelo português, tanto por questões físicas como para fugir da dominação que estas sofriam dos homens de seu povo.

A partir desse encontro entre portugueses e mulheres indígenas, resultando muitas vezes até em relações poligâmicas, que são inclusive aceitas na interpretação varnhagiana da história do Brasil, surgiu o sentimento de nacionalidade entre os filhos das indígenas com os portugueses, fazendo com que estes se identificassem com algo que mais tarde será o brasileiro.

Um dos maiores lamentos do historiador do IHGB em sua obra, é o fato dos portugueses não terem sujeitado de todo os indígenas ao trabalho em prol da metrópole. A não concretização de fazer do índio um trabalhador dos portugueses, fez com que fosse necessário importar mão de obra africana, o que se configurou um grande desastre na opinião de Varnhagen, pois veio ao Brasil outra raça inferior e além do mais na condição de escravo, condição essa responsável por destruir qualquer valor civilizacional.

A força deveria ter sido utilizada quando necessário fosse pelos colonos, principalmente com os adultos, pois as crianças eram convertidas ao cristianismo mais rápido, fascinando-se pelos rituais católicos, as músicas e os postos que essas crianças podiam ocupar, como acólitos nas missas. Já aos adultos que não mais se encantavam com as virtudes do espírito presente nos rituais, deveria ser empregada a força quando preciso fosse, pois o terror era a única forma pela qual os gentios poderiam obedecer a uma hierarquia.

Uma tese fortemente defendida em várias passagens do livro é a de que os indígenas não foram exterminados pelos europeus, muito pelo contrário, os índios haviam sido salvos de ter como destino uma vida fundada no erro e no atraso devido ao estágio de evolução no qual encontravam-se, o que explica a diminuição dos índios no passar da história do Brasil, é que estes foram integrando-se a civilização e aos poucos foram deixando de ser índios:

a gente de origem europeia posta em contacto com a da terra não a exterminou, absorveu-a: — amalgamou-se com ella. Tal é a verdadeira razão porque de nossas provincias desapareceu quasi absolutamente o typo índio. (VARNHAGEN, 1877, p. 247)

A partir desse trecho podemos pensar que a visão defendida por Varnhagen quanto aos indígenas brasileiros, era uma visão de integração, que fizesse com que

o povo da terra fosse aos poucos tornando-se europeus, através do processo de miscigenação.

Fica explícito a ideia de que o Português é superior aos índios do Brasil, pois através do contato a cultura superior sairia vencedora, sem utilizar-se da força a raça mais desenvolvida tenderia a impor-se, tendo como consequência o desaparecimento das mais atrasadas, como tenta atestar Varnhagen ao dizer que os índios estavam por desaparecer do Brasil.

Essa ideia de gradual desaparecimento dos povos indígenas, irá prevalecer durante muito tempo no senso comum do brasileiro, mas também entre as obras de diversos intelectuais. Respalhando-se em uma visão idealizada dos indígenas, acreditou-se que por não manter mais a mesma configuração social da chegada dos europeus ao Brasil, estes povos haviam desaparecido. A historiografia tradicional partindo de Varnhagen anulou o protagonismo indígena na história do Brasil e suas resistências e continuidades, fundamentando-se numa perspectiva integracionista.

O século XIX, momento em que é escrito *história geral do Brasil*, caracteriza-se pela chegada das teorias racistas no Brasil, por pesquisas e técnicas que buscavam catalogar as diferenças entre as raças humanas, a partir de critérios que fariam dos europeus um povo superior, não apenas por ter uma cultura que representava os maiores avanços civilizacionais, mas sim por que também era um povo geneticamente superior.

Essas ideias racistas irão encontrar terreno fértil no Brasil, inclusive dentro do instituto histórico e geográfico, do qual fazia parte Varnhagen, vindo este a tornar-se um dos principais expoentes do IHGB. Acreditou-se piamente na possibilidade de branquear a população brasileira, superando o atraso civilizacional que representavam negros, índios e mestiços. A mestiçagem no Brasil teria um caráter sanatório, que transformaria o tipo comum brasileiro em branco. (schwarcz, 1993)

Portanto a obra Vanrhageana situa-se nesse contexto de importação das teorias racistas, ficando nas entrelinhas que o autor defende uma ideia de evolução das raças, onde é possível civilizar os povos que estão na infância da humanidade, seja através do contato cultural ou do cruzamento genético.

Em determinadas partes da obra é ressaltado fatos em que indígenas do passado foram aliados dos portugueses. Esses índios são vistos como aqueles que souberam identificar a superioridade dos valores europeus, converteram-se ao

cristianismo e colocaram seus conhecimentos a disposição do projeto colonizador da metrópole. São os bons exemplos sempre exaltados na obra.

Por outro lado a narração de acontecimentos que para Varnhagen são exemplos da selvageria dos indígenas, ocorre com forte carga de sentimentalismo em defesa dos portugueses que doaram a vida para construir uma nação cristã e civilizar uma terra de povos bárbaros:

E, por fim, para que as calamidades se fizessem também sensíveis na capital, esteve esta ameaçada pelo gentio, que lhe bateu ás próprias portas; e depois chegou e enlutar-se com a notícia de que o - seu primeiro prelado, acompanhado de alguns ecclesiasticos e de muitos principaes da terra, e famílias que iam para Portugal, na náó Nossa Senhora dAjuda<sup>2</sup>, haviam naufragado, não longe, sendo logo devorados pelo gentio. „Ali acabaram, diz Nobrega, clérigos e leigos, casados e solteiros, mulheres e meninos. Ainda escrevendo isto, se me renova a dor que tive quando vi que não havia casa em que não houvesse prantos e muitas viuvas e órfãos." Lamentemos sua tristíssima morte, e console-nos ao menos, além da idéa de que Deus os terá em sua presença no número dos martyres, a justa esperança de que dia virá em que algum digno successor do primeiro prelado do Brazil se illustre, dedicando á memória deste e dos seus companheiros no martyrio, um monumento de piedade; — uma capellinha gothica nessa paragem em que morreram tantas victimas dos arbitrios de um governador, e do canibalismo das gentes que o christianismo veiu a converter e a reduzir O§ grêmio da civilização. Já é tempo de abandonarmos nossa apathia pelo passado; e o melhor modo de fazermos que o povo não seja indifferente é o de lhe despertar e avivar, por meio de monumentos d'arte, os factos mais notáveis. Os monumentos são as pegadas da civilização em qualquer território: são as barreiras que devem extremar os tempos históricos desses de barbaridade, de cujas rixas cannibaes se não levantavam, e ainda bem, nem sequer provisórios trofeos. (VARNHAGEN, 1877, p 267)

Mesmo querendo ser imparcial, e falando na introdução da obra que deixará a verdade dos fatos falar por si mesma, o texto de Varnhagen é perpassado por uma profunda defesa dos portugueses, por um sentimentalismo exacerbado quanto aos feitos lusitanos, sendo os indígenas sempre o oposto da metrópole, o exemplo a não ser seguido, o povo que deveria seguir os caminhos da civilização cristã, abandonar hábitos selvagens como o canibalismo e tornarem-se um outro português nos trópicos.

A obra *história geral do Brasil*, situa-se nessa construção de um monumento para relembrar a memória portuguesa na nação que emergia. A coroa brasileira buscava construir um país que confundisse-se com Portugal, a história do Brasil deveria ser contada, Varnhagen fará isso, de tal monta que fosse possível delinear o antes e o depois da chegada europeia no Brasil. O antes seria o tempo da barbárie, da selvageria, da terra sem leis, fadada a guerra constante e ao fracasso. Apenas com o brado redentor do português a terra do Brasil seria salva, sendo construída uma nova nação, a Lusitânia nos trópicos.

Mas para que tal ação se concretizasse era necessário o agir forte dos portugueses, sem que tivessem uma disciplina branda para com os indígenas, pois estes apenas poderiam civilizar-se caso fossem “amansados” pelos portugueses. Varnhagen nesse ponto faz críticas aos jesuítas, pois segundo ele muitas vezes os padres mimavam os índios, contribuindo em várias situações de rebeldia por parte dos povos locais.

A desunião é uma das principais imagens criadas por Varnhagen quando este se refere aos indígenas, mesmo defendendo o autor que existia uma certa unidade cultural entre a maior parte dos indígenas brasileiros, as desavenças entre os povos ocorria pelos motivos mais fúteis. Essa falta de união era resultado da barbárie na qual viviam os nativos, fazendo com que estes não possuíssem elementos capazes de promover uma unidade entre os grupos. Para Varnhagen essa desunião era benéfica aos interesses portugueses, que sabendo aproveitar-se poderiam obter vários benefícios para melhor os sujeitar.

Nessa busca por dominar os indígenas brasileiros e fazer deles trabalhadores a serviço dos colonos portugueses, Varnhagen destaca a presença dos bandeirantes, responsabilizando eles por terem conseguido contribuir decisivamente na obtenção de mão de obra para realizar as tarefas essenciais. No início do século XVII em regiões como São Paulo a principal questão debatida era a política acerca dos índios. Os jesuítas tinham o controle sob os indígenas, utilizando-os inclusive como mão de obra na produção de mercadorias que iriam concorrer com a dos colonos, obrigando estes a importarem escravos africanos.

As bandeiras teriam surgido justamente dessa necessidade dos colonos em ter trabalhadores. Varnhagen diz que não cabe julgar a ação dos bandeirantes em ir até o interior do país atrás de índios para serem escravizados, mas que a situação por mais das vezes exige que sejam tomadas decisões radicais como a organização das bandeiras.

O primeiro século da colonização teve os povos indígenas como o cerne dos principais debates ocorridos na colônia e na metrópole. Por um lado os padres jesuítas com seus objetivos específicos e por outro lado os colonos portugueses. Esses embates entre colonos e padres são sempre retratados por Varnhagen, ficando sempre a impressão de que o lugar a ser ocupado pelos indígenas na colonização do Brasil deveria ter sido o de servos, trabalhando junto aos portugueses para

desenvolvimento e enriquecimento da colônia, integrando-se a nova sociedade que estava por surgir, deixando de ser índio e tornando-se brasileiro.

Entretanto mesmo os índios que estão ao lado dos portugueses não escapam da alcunha de ainda pertencerem a povos selvagens, e aqueles que por seus feitos conseguem algum destaque são negados enquanto índios por Varnhagen. Um caso emblemático disso é o índio Camarão.

Ao narrar a expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro é destaca a figura do índio Camarão como um dos principais líderes, a frente de uma tropa de indígenas. Mas em raros momentos ele é chamado de índios, sua condição é reduzida aos títulos que havia ganho da coroa portuguesa.

A impressão geral que nos fica é a de que a condição de índio é sempre uma condição pejorativa, uma identidade que liga-se a selvageria e não confiabilidade, pois as nações indígenas sempre mudavam de lado durante os confrontos, buscando aliar-se aos que estivessem mais próximos da vitória. Portanto Camarão representa para Varnhagen um indígena que deixou de ser índio, despiu-se da sua identidade primeira e agora tornou-se um português, alguém que luta junto as tropas da metrópole e que é quase um lusitano.

A figura de Camarão pelo que podemos inferir da leitura de *história geral do Brasil*, representa os ideias do seu autor, os ideias de integração, é o maior exemplo de que os povos indígenas poderiam ter sido civilizados, poderiam ter se tornado na sua grande maioria agentes da colonização ao lado dos portugueses.

Por outro lado os indígenas que estavam lutando juntos com os holandeses permaneceram sendo chamados de povos bárbaros, o que nos confirma a ideia de que antes de fazer uma defesa dos europeus na América, Varnhagen é um defensor da colonização lusitana e conseqüentemente da monarquia brasileira com sua origem portuguesa.

Em meios aos elogios ao índio Camarão, tratado como comendador e não apenas como um indígena, Varnhagen tece suas críticas aos índios bárbaros que lutaram ao lado dos holandeses, sendo estes também comparados a povos bárbaros:

o bravo commendador D. Antônio Filippe Camarão, que depois de fazer pagar caro aos invasores e seus índios as passadas atrocidades, teve por falta de munições que retirar-se á Parahiba; onde veio a reforçal-o com os pretos o próprio André Vidal, o qual batendo ahi os inimigos, logo regressou aonde era mais necessário ; ordenando ao Camarão que fosse proseguir novas hostilidades no Rio-Grande, e vingar, nessa parte do Brazil, tantas crueldades, não só dos Bárbaros, como dos próprios Hollandezes, que, se

bem que christãos de nome, mais bárbaros se haviam mostrado que os ignorantes índios. (VARNHAGEN, 1877, p. 638)

A expulsão dos holandeses é um acontecimento que merece grande destaque da parte de Varnhagen, como sendo o momento em que começou a nascer um sentimento de brasilidade e de cooperação entre as províncias do Brasil, sendo a gênese da nossa nacionalidade.

Mesmo sem assumir diretamente, fica bastante claro ao lermos *história geral do Brasil*, como a atuação indígena foi importante para os caminhos que a colonização estava seguindo. O apoio dado pelos mais diferentes povos, seja a holandeses ou portugueses foi decisivo para o desenrolar dos confrontos e para a vitória de Portugal. Por isso o reconhecimento do protagonismo de Camarão, mesmo que este seja descrito como um indígena integrado, como o líder de um povo que soube guiar-se pelo caminho correto e adaptar-se a nova realidade da civilização trazida nas naus ibéricas.

A figura de Camarão torna-se tão importante na narrativa de Varnhagen que ele merece o mesmo destaque de outros portugueses considerados heróis pelo autor. Como já destacamos antes, é Camarão o maior exemplo de que é possível fazer com que um índio deixe a sua primeira condição de ser selvagem para ser um defensor e propagador da civilização portuguesa. Após narrar os bons feitos de Camarão, é com bastante pesar e reverencia que também é descrito a morte desse indígena, sendo reforçado o seu caso como um marco para a civilização e integração dos povos nativos do Brasil ao projeto de colonização portuguesa:

Associado á causa da civilização, desde antes da fundação da capitania do Rio-Grande (do Norte), o célebre varão indic não deixara de prestar de contínuo aos nossos mui importantes serviços, já contra os selvagens, já contra os Holandezes eu todas as capitánias do norte. Consta que este chefe era mui bem inclinado, comedido e cortez, e no fallar mui grave e formal; e não falta quem acrescente que não só lia e escrevia bem, mas que nem era estranho ao latim. Ao vel-o tão bom christão, e tão differente de seus antepassados, não ha que argumentar entre os homens com superioridades de geração; sim deve abysmar-nos a magia da educação que, ministrada embora á força, opera taes transformações, que de um bárbaro prejudicial á ordem social, pode conseguir um cidadão útil a si e á pátria. (VARNHAGEN, 1877, p. 659)

A subjetividade indígena é constantemente negada por Varnhagen, os índios só seriam úteis e verdadeiros cidadãos a medida que fossem distanciando-se da sua cultura e aproximando-se da cultura do colonizador. Para isso era necessário um processo educativo que se preciso fosse utilizar-se-ia até da força, pois como já foi dito em outro momento, para o autor de *história geral do Brasil*, os povos selvagens

em muitos casos só poderiam ser civilizados a partir da força corretora da violência, força esta que sempre fez bem aos povos na história da humanidade.

Junto aos inimigos externos, franceses e holandeses principalmente, que contribuíram para a união entre capitânicas e para civilizar alguns povos indígenas na guerra contra os adversários portugueses, aqueles indígenas arredios da colônia, foram para Varnhagen um inimigo interno, capaz de unir os portugueses tanto quanto os outros europeus que buscaram se beneficiar da exploração do novo continente.

Os indígenas ainda não submissos, criaram a necessidade de serem o tempo todo combatidos. Para tal feito quanto maior fosse a união entre as capitânicas, maior seria a probabilidade do inimigo interno ser derrotado. Desse fato surgiria a unidade territorial brasileira, a partir da cooperação e sentimento de identidade única entre os colonos que vivam nas diferentes regiões.

Nessa perspectiva é a guerra um forte elemento para proporcionar unidade entre os povos, seja contra inimigos externos ou internos. Tanto em um como em outros conflitos surgiu uma afinidade entre as capitânicas, bem como grupos indígenas foram cooptados para lutar ao lado dos colonos, pois mesmo nos conflitos internos as rivalidades existentes entre os primeiros habitantes do Brasil foram ressignificadas em benefício da nova ordem social que buscava-se instaurar.

Aos conflitos internos acrescenta-se os embates nos quais participaram indígenas e escravos africanos. Os negros estão menos presentes na narrativa de Varnhagen se comparados aos índios, aparecem na maior parte das vezes apenas como lamento do autor por terem vindo ao Brasil, pois seria mais uma raça atrasada a compor nossa nação. Entretanto são descritos momentos em que tropas de escravos foram utilizadas contra povos indígenas, bem como quando índios foram utilizados contra escravos fugitivos, como ocorreu na destruição do quilombo dos Palmares.

A reflexão que fica pela forma em que são narrados esses acontecimentos referentes aos negros e aos índios, é que os indígenas sem a presença dos negros teriam causado um mal menor na formação do povo brasileiro, pois se nos momentos em que os índios estavam ao lado dos portugueses existe uma certa complacência e otimismo por sua integração futura, o mesmo não ocorre com os negros, que são sempre retratados de forma negativa, mesmo quando chegaram a combater ao lado dos colonos.

A utilização da mão de obra negra é em vários trechos da obra criticada, pois significou o fracasso português em utilizar os índios para o trabalho na colônia. Já o espírito empreendedor dos bandeirantes, termo utilizado por Varnhagen, foi de suma importância para o desenvolvimento paulista e para o conhecimento das regiões interioranas do país.

É destacado em alguns momentos que os bandeirantes por mais das vezes agiam brutalmente, de forma injusta para com os índios colocados em cativeiro, mas mesmo assim Varnhagen diz que não podemos os julgar por suas crueldades, pois isso ocorre em todas as guerras, e que apesar de todo isso foram estes bandeirantes menos nocivos ao país do que os traficantes de escravos africanos:

Os Paulistas sentindo demasiado a falta de braços, desde que do Rio, Bahia e Pernambuco não lhes podiam ser levados os escravos trazidos pelos negreiros d'África, se lançaram de novo aos sertões, a fim de buscar nelles outros braços para os ajudar em seus trabalhos. Segundo nossas idéas, menos mal faziam ao Brazil do que os traficantes negreiros, que estavam ja começando a entulhar de negreria algumas cidades do littoral. (VARNHAGEN, 1877, p.791)

Na visão de Varnhagen os índios não eram incapazes de realizar qualquer outra atividade que não fosse as suas tradicionais, apesar da animalidade que traziam os seus atos e gestos, era possível transformar estes povos em nações civilizadas, desde que fosse empregada a educação e a força necessárias para isso. Os bandeirantes mesmo com seus exageros de força era mais um exemplo da possibilidade de fazer dos indígenas um povo integrado e partícipe positivo do projeto colonial português.

Mesmo com a presença dos africanos enquanto mão de obra escrava, ainda foram os indígenas bastante utilizados em várias regiões do país, não apenas em São Paulo, mas também em outras capitanias. Os conflitos entre os colonos e os padres jesuítas foram constantes, com estes sendo acusados por não deixarem os índios trabalhar em outros empreendimentos que não fossem as aldeias jesuítas, muitas vezes sendo fabricadas nessas aldeias produtos que iriam concorrer no mercado com o dos colonos portugueses.

Esses dados interpretados a luz das pesquisas mais recentes, colabora para a tese que defende o protagonismo indígena na colonização do Brasil, e que os índios não eram selvagens e inocentes como nos faz querer acreditar Varnhagen, mas sim que sabiam fazer alianças de acordo com seus interesses próprios, distinguindo qual o momento melhor para estar ao lado dos padres, franceses, portugueses, holandeses e outros grupos que na América chegassem.

A colonização do país, as regiões que prosperaram, as nações europeias que conseguiram se impor na América, construindo uma grande máquina colonizadora - aqui no Brasil os portugueses - foi possível apenas na medida em que recebiam apoio de grupos indígenas locais, mesmo quando os conflitos desembocaram em guerras físicas, os europeus precisaram do apoio de determinados povos para vencer aqueles que se colocavam como uma ameaça maior.

Já no século XVIII em outra fase da colonização, com a descoberta de metais preciosos no Brasil, também foram os indígenas responsáveis por grande resistência a exploração dessas terras, sendo narrados os fatos no livro dentro da lógica de ver nos povos locais um empecilho ao progresso e desenvolvimento que a metrópole poderia conseguir e conseqüentemente a colônia.

Outro acontecimento que tem bastante atenção pela parte de Varnhagen é a expulsão dos padres jesuítas do Brasil. A expulsão ocorreu no século XVIII e está diretamente ligada a forma como a companhia de Jesus se colocou com relação aos indígenas brasileiros.

Os Jesuítas sempre foram contrários a escravização indígena e sua utilização como mão de obra pelos colonos, para os padres caberia aos índios apenas serem convertidos ao cristianismo, superando os antigos mitos e costumes pagãos e aceitando os valores católicos como os únicos corretos e que trariam a salvação das almas para povos que viviam até então sem conhecer a verdade cristã.

Portanto por mais de dois séculos foram os padres da companhia de Jesus os responsáveis por catequizar e educar os índios. Em *história geral do Brasil*, é reconhecida a importância desse empreendimento católico, tanto no que diz respeito a catequização sem utilização da violência física - mesmo não sendo negada a violência enquanto uma possibilidade de educar - Varnhagen defende o seu uso apenas em últimos casos. A educação dos jovens não índios também é elogiada como tendo sido uma boa ação dos jesuítas, além da construção dos primeiros edifícios públicos no Brasil, realizadas pelos indígenas a serviço dos padres.

Mas mesmo com todos esses reconhecimentos por parte de Varnhagen das contribuições jesuíticas a colônia brasileira e a metrópole, a expulsão dos padres do território brasileiro é vista com bons olhos, pois estes mesmos padres haviam se corrompido e construído um projeto paralelo de colonização que em muito já concorria com o projeto da monarquia lusitana.

No dizer de Varnhagen os jesuítas estavam construindo um estado dentro de outro estado. Se por um lado estes eram contrários a escravização indígena, por outro utilizavam a mão de obra desses povos para enriquecimento próprio, sem contar que em muitas sublevações indígenas foram os jesuítas os responsáveis por atizar o espírito desses povos, incentivando-os com a ideia de que seriam eles os originais habitantes da terra, e que por isso deveriam ter primazia sobre elas. Para o historiador por nós analisado, essa “conscientização” dos direitos indígenas servia apenas aos interesses dos padres, que tendo controle com relação as aldeias, podiam explorar suas riquezas, retirando para a companhia os possíveis lucros da coroa.

A narração da expulsão dos jesuítas mostra claramente qual o objetivo da obra de Varnhagen e seu engajamento em defesa dos portugueses. *História geral do Brasil*, é uma obra a serviço da monarquia brasileira, que por sua origem portuguesa é uma continuidade da ação lusitana no Brasil, portanto qualquer possibilidade de atrapalhar essa história de glória que estava sendo engendrada pelos portugueses foi visto como um episódio que refreou e tirou possibilidades de um maior desenvolvimento para a colônia e a metrópole, devendo os empreendimentos serem regidos pelo monarca e os outros grupos apenas contribuindo para os projetos dos reis.

Já no final da obra, ao falar da situação dos indígenas no início do século XIX, é traçado um cenário desanimador dentro de uma visão eurocêntrica defendida por Varnhagen. Estão os índios na sua maioria ainda em aldeias, separados do resto da sociedade, sem trabalhar em benefícios do império. O sistema de aldeamento é criticado por ter dado a possibilidade da integração dos indígenas a vida em sociedade, sociedade esta que girava em torno dos valores europeus.

Um momento positivo quanto a submissão dos indígenas, foi para Varnhagen a chegada da família real em 1808. Das várias resoluções de D. João, uma delas fazia com que o controle dos índios passassem para as mãos de particulares, o que segundo o autor havia dado resultados positivos nas colônias espanholas. Mais uma vez são realizadas críticas aos jesuítas, que não conseguiram sujeitar de todo os índios, integrando eles ao projeto colonial.

A obra *história geral do Brasil*, termina com uma descrição do interesse de naturalistas e pesquisadores europeus pelo Brasil do século XIX. Um desses interesses recai sobre os povos indígenas, enquanto uma espécie exótica a ser estudada e exposta na Europa. Podemos a partir daí pensar que o projeto de integração defendido por Varnhagen ainda estava longe de se concretizar no século

XIX, sendo muitos povos constituintes de sociedades que em muito diferiam dos ideias eurocêntricos.

A partir da leitura de Varnhagen, mais precisamente da *história geral do Brasil*, podemos construir uma reflexão no que diz respeito a representação dos povos indígenas presentes nessa obra, e como consequência qual o futuro que pode ser reservado a esses povos, bem como o espaço por eles ocupados na formação do Brasil enquanto uma nação.

Fica claro que a maior representação construída acerca dos indígenas brasileiros é a de um povo selvagem, em um estado de atraso na evolução da humanidade e que pouco puderam contribuir para a construção de um país. Pelo contrário, a chegada dos portugueses representou uma redenção, a possibilidade de evolução para estes povos, que devido o seu nível de desenvolvimento não souberam aproveitar essa oportunidade e lançaram-se na sua maioria a guerras contra os seus salvadores.

O projeto de Varnhagen para os indígenas é um projeto de integração, que possa fazer com que esses povos tornem-se algo novo, assumam uma identidade próxima da identidade europeia. Essa integração ela pode se dar por várias formas, seja através da educação, da polidez do espírito, a forma mais difícil de os integrar, ou através da força, método elogiado em várias passagens como a forma mais segura de obter os resultados quando os índios se recusassem de bom grado a se converterem a nova cultura.

Paralelo a isso temos uma defesa da integração através da miscigenação, relatada em alguns momentos para justificar a diminuição da população indígena, que não teria ocorrido por conflitos e massacres, mais sim por que eram os Europeus uma raça superior, então a miscigenação das raças faria com que a genética superior prevalecesse com relação a genética indígena.

Essa discussão racial merece destaque, pois foi justamente na segunda metade do século XIX, momento que Varnhagen escreve sua principal obra, que as ideias raciais de teóricos europeus chegavam ao Brasil. Estas ideias não eram homogêneas, alguns teóricos defendiam a tese de que as raças não poderiam evoluir, estando sujeitas as suas condições naturais, enquanto outros defendiam a possibilidade de evolução das raças, até atingirem a civilização, ou seja, o padrão de vida estruturado em valores europeus.

Quanto a Varnhagen, dentro desse debate, podemos situa-lo em perspectiva que via a possibilidade de evolução das raças, que acreditava que os indígenas brasileiros poderiam superar a sua condição de povos selvagens e tornarem-se um povo civilizado. O que não poderia acontecer era o Brasil querer vir a ser uma grande nação, mas manter em seu território uma população na infância da humanidade com hábitos rústicos.

Não podemos deixar de fazer uma ressalva, quanto o caráter incipiente do debate racial no tempo em que foi escrita a obra, o que não deixa tão explícito os posicionamentos de Varnhagen, apesar de algumas referências que nos levam a situa-lo em uma perspectiva de que existia uma hierarquia entre as raças, bem como a possibilidade de raças inferiores evoluírem. Entretanto, historiadores como Arno Wehling, citado por nós no início dessa seção, o coloca mais em uma perspectiva historicista (Escola historiográfica alemã) do que de filiação a um evolucionismo biológico.

É também no final século XIX o momento em que os projetos de branqueamento da população irão começar a ganhar força. A imigração de pessoas brancas, representantes de uma raça superior, será bastante difundida no Brasil, com o objetivo de aos poucos eliminarmos a presença negra e indígena da história do Brasil.

### 3.2 CAPISTRANO DE ABREU: UM NOVO OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DO BRASIL, UM NOVO OLHAR SOBRE OS INDÍGENAS?

João Capistrano de Abreu, nascido em Maranguape-CE, no ano de 1853, tem uma trajetória de vida e intelectual que difere do seu contemporâneo Varnhagen. Ao contrário deste, Capistrano não pertencia as elites do país, produziu a sua obra e interpretação da história do Brasil sendo um migrante nordestino no Rio de Janeiro entre as últimas décadas do século XIX e início do século XX.

Enquanto Varnhagen escreve a primeira edição de *história geral do Brasil*, durante o período de legitimação da monarquia brasileira, no segundo reinado com D. Pedro II, Capistrano tem sua obra pensada e publicada quando a monarquia já está em crise, na passagem de um governo monárquico para um regime republicano.

**Capítulos de História colonial**, teve sua primeira edição publicada no ano de 1907, trazendo a luz uma nova perspectiva para olhar a história nacional. Rompendo

em alguns aspectos com a interpretação Varnhegeniana da história brasileira, a história de Capistrano busca traçar as linhas da construção de uma nação, não apenas através da ação do estado ou de homens pertencentes a nobreza, mas sobretudo a partir do povo; trabalhadores livres do interior da colônia, escravos e indígenas. A forma como aparecem esses povos indígenas é um dos fatores que o diferencia de Varnhagen, nos levando a pensar sobre novas representações acerca dos primeiros habitantes brasileiros:

Capistrano de Abreu procurou explicar a formação da nacionalidade brasileira por meio das fontes oriundas de uma cultura popular identificada com um espaço específico – o sertão – e com um legado: o das tradições indígenas. Considerando a literatura como “fato social”, o autor chegou a afirmar que os contos populares – que têm como “herói eterno o caboclo e o marinheiro” – são “os documentos mais importantes para a nossa história”. (GONTIJO, 2010, p22)

Capistrano traça as linhas de uma história social, pensada a partir das camadas intermediárias do povo brasileiro, das quais ele fazia parte, numa linguagem inteligível não apenas aos intelectuais e membros da elite.

Enquanto a história de Varnhagen era uma conversa entre eruditos, Capistrano divulgou com simplicidade o conhecimento da história do Brasil, mais econômico-social do que político, liberta de datas, nomes e eventos sociais. (REIS, 2006, p96)

Portanto a importância da obra de Capistrano, por isso por nós escolhida para análise, repousa no fato de ser uma obra entre dois tempos historiográficos, por situar-se na linha fronteira de uma história escrita por institutos históricos para uma história acadêmica, que viria a ser escrita nas universidades brasileiras.

Capistrano de Abreu, ao ser comparado com Varnhagen, tem um olhar menos europeizado com relação aos índios brasileiros, um olhar que mesmo perpassado pelos estereótipos da época, busca vislumbrar o processo de colonização brasileiro não apenas pelo olhar que vinha de além mar, mas também por um olhar autóctone.

Enquanto Varnhagen coloca o estado nacional como o maior protagonista da sua história, Capistrano elege o povo brasileiro enquanto esse ator que exerce protagonismo. Um dos fatores que pode explicar essa diferença é o momento em que as obras são produzidas, ao contrário de Varnhagen, Capistrano escreve quando o estado brasileiro já está consolidado, na passagem da monarquia para a república, enquanto o primeiro escreve em um período conturbado da história nacional, com o estado monárquico buscando legitimidade. (Barros, 2010)

As contradições do Brasil também estavam mais visíveis na passagem do século XIX para o XX; o fim da escravidão, necessidade de contato com regiões mais distantes, a busca por uma mão de obra que suprisse o braço escravo. Tudo isso fazia

com que o povo brasileiro com suas idiossincrasias, passassem a fazer parte de um grande itinerário de investigações.

O livro *capítulos de história colonial*, começa com uma descrição do território brasileiro, com uma apresentação do cenário onde irá se desenrolar a trama histórico da colonização e construção de um país. O capítulo primeiro da obra é reservado a natureza e as características geográficas das terras que os portugueses estavam colonizando.

Junto a apresentação do cenário, Capistrano insere os indígenas, como se fossem mais um acidente geográfico, mas um rio que cortasse a terra desconhecida, uma montanha, uma floresta. Mesmo com o olhar mais “gentil” aos povos indígenas brasileiros, a primeira impressão que fica é a de que esses povos fazem parte da paisagem, são tão desconhecidos como a fauna e a flora que deixavam o europeu perplexo, ao mesmo tempo que estão tão inseridos no meio em que vivem, mais parecendo seres exclusivamente naturais do que culturais.

Capistrano destaca logo na primeira apresentação que faz dos índios, sua relação com a natureza e a explicação que davam ao mundo a partir da observação que faziam do meio natural em qual viviam. Capistrano destaca que a mulher para a maior parte dos povos era nula no processo de reprodução, servindo apenas como receptáculo, do mesmo modo como a terra para os indígenas era o receptáculo da semente que gerava vida.

Ao encerrar o primeiro capítulo, o ato inicial da história narrada por Capistrano, o prelúdio com os primeiros personagens em seus respectivos lugares, nosso historiador escreve as seguintes palavras:

Se agora examinarmos a influência do meio sobre esses povos naturais, não se afigura a indolência o seu principal característico. Indolente o indígena era sem dúvida, mas também capaz de grandes esforços, podia dar e deu muito de si. O principal efeito dos fatores antropogeográficos foi dispensar a cooperação

Que medidas conjuntas e preventivas se podem tomar contra o calor? Qual o incentivo para condensar as associações? Como progredir com a comunidade reduzida a meia dúzia de famílias?

A mesma ausência de cooperação, a mesma incapacidade de ação incorporada e inteligente, limitada apenas pela divisão do trabalho e suas consequências, parecem terem os indígenas legado aos seus sucessores. (ABREU, 1907, p54)

Portanto mesmo capazes de grandes feitos, os primeiros habitantes do Brasil não deixavam de ser indolentes, indolentes por conta do meio natural que viviam, incapazes de superarem essa condição natural dado o nível evolutivo que se

encontravam. Com isso suas relações sociais e instituições eram frouxas, e esse foi um dos legados que deixaram aos seus sucessores.

Mas ao falar do Português Capistrano não é menos “duro”, o que nos faz pensar que sua obra não vem a calhar necessariamente como uma defesa do trabalho português no continente americano, para Capistrano o Português também tinha um caráter rude, capaz de infligir grandes castigos, inclusive a pena de morte da forma mais cruel possível, para pessoas que cometessem pequenos crimes.

Para Capistrano dos três grupos que formaram a sociedade brasileira nós tínhamos um português rude, com uma certa crueldade e indelicadeza nos seus atos, ao lado de um indígena sorumbático, inapto ao trabalho sistemático, acompanhado de um terceiro elemento; alienígena assim como o português, porém diferente dos indígenas, estes eram aptos ao trabalho nas lavouras e com uma nota de alegria que faltava aos europeus, esse terceiro elemento eram os negros que vieram da África na condição de escravos.

Portanto, mesmo ressaltando que foi da miscigenação do indígena com o europeu, principalmente no interior do Brasil, que nasceu um novo povo, esse elemento indígena era incompatível com os valores civilizacionais, eram um povo totalmente inserido na dinâmica natural do meio em que estavam habitando, e assim tiveram dificuldades para incorporar as novas sociabilidades trazidas pelo europeu.

Em alguns trechos quando fala da impressão que os portugueses tiveram dos indígenas brasileiros, Capistrano reproduz com certa naturalidade as visões pejorativas, como no excerto que transcrevemos a seguir:

Esta exploração mais demorada confirmou em quase tudo as palavras de Caminha. Apenas os naturais apareceram à nova luz, selvagens, rancorosos, sanguinários e antropófagos, material mais próprio para escravatura do que para a conversão. (ABREU. 1907, p67)

Assim eram os indígenas aos olhos dos portugueses, e ainda aos olhos da sociedade brasileira quando foi publicada esta obra em 1907, povos selvagens, distantes dos valores da civilização, e que poderiam ser explorados para que assim pudesses incorporar algum valor que os salvasse da condição na qual se encontravam.

Capistrano é um dos que reproduz a imagem de que as mulheres indígenas sentiam uma atração maior pelos portugueses, segundo Capistrano por conta da superioridade da raça branca, pois a descendência era considerada apenas pelo lado

do pai e não da mãe, com isso para as mulheres indígenas seus filhos seriam pertencentes a raça europeia.

A forma como é narrado traz como sendo uma verdade absoluta que a raça branca era superior a raça indígena, superior ao ponto de provocar ambições entre os índios para pertencerem a essa nova raça.

Mas o inverso também foi narrado por Capistrano, Portugueses que se incorporaram a vida na colônia, principalmente desertores, e que absorveram os hábitos indígenas, inclusive furando lábios, orelhas e pintando-se tal qual os povos que aqui encontraram. Relevante destacar que ao contrário de Varnhagen que tem uma visão extremamente pejorativa quanto a esses portugueses, Capistrano não faz nenhum juízo de valor.

Capistrano narra os primeiros conflitos entre europeus com os indígenas como sendo momento importante para o futuro da colônia, será que as terras pertenceriam aos Peró (Portugueses) ou aos Maïr (Franceses)? Os primeiros anos de colonização portuguesa foram marcados por dúvidas e alianças com determinados povos, ao passo que outros se aliaram aos franceses. Para que as terras fossem de fato portuguesas foram necessários acordos e guerras, e para isso foi importante ações como as de Cristóvão Jaques, (navegador português) que agindo muitas vezes com extrema crueldade, conseguiu controlar parte dos habitantes do Brasil e construir os caminhos para o projeto de colonização lusitano.

O que Capistrano não consegue superar é a polarização entre povos naturais e povos civilizados, uma marca do tempo em que foi escrita sua obra, deixando nas entrelinhas que os nativos do Brasil eram inferiores aos conquistadores, e que teve como consequência o desaparecimento dos primeiros, mesmo que tenha sido um desaparecimento misterioso e inexplicável:

Começada em 58, a obra das missões tomou um desenvolvimento rápido nos anos seguintes, principalmente no provincialato de Luís Grã. Com a mesma rapidez decaiu, sobretudo em consequência do fato, misterioso e até agora inexplicável, que condena ao desaparecimento os povos naturais postos em contacto com os povos civilizados. Nem por isso foi abandonada a empresa que com vários sucessos aturou até meados do século XVIII. (ABREU, 1907,p96)

Ou seja, as missões jesuíticas contribuíram para o extermínio de uma parcela da população indígena, porém em *capítulos de história colonial*, Capistrano naturaliza esse fato, ao descrever como um mistério para a ciência, o por quê desses povos desaparecerem ao entrar em contato com povos civilizados, e se civilizados, com uma cultura superior.

A escravização dos indígenas também é relatada por Capistrano, escravização esta que foi a lógica da colonização desde o seu princípio, antes mesmo de por aqui chegarem os negros vindos da África. Os primeiros portugueses logo ao aportarem em terras americanas buscam conquistar escravos para que estes realizassem para eles os trabalhos necessários a sobrevivência.

Ao ler Capistrano de Abreu, fica a mesma impressão que nos deixam os outros clássicos da historiografia brasileira, sem os indígenas teria sido impossível a colonização dar certo, ao invés de empecilho ao desenvolvimento, foram os indígenas a possibilidade de implantação do projeto português.

Um exemplo disso é a figura de Jerônimo de Albuquerque, destacada por Capistrano como sendo um homem com sangue indígena correndo nas veias, por parte da mãe, índia petiguar, e que foi de grande importância para os acordos entre os potiguaras e os portugueses, por uma lado, por Jerônimo de Albuquerque ter sangue indígena, e por outro lado por conta das mulheres índias que não queriam ver seus maridos guerreando e por isso influíram para os acordos.

Outro nome importante nesse processo foi do índio Camarão. Capistrano destaca sua luta contra a invasão holandesa, como um elemento agregador de força entre portugueses e indígenas, mas ao contrário de Varnhagen não o faz tantos elogios.

Talvez o menor elogio feito a Camarão por parte de Capistrano, esteja ligado ao seu modelo de História do Brasil. Enquanto Varnhagen queria fazer um elogio do português, e para isso era necessário ressaltar o quanto selvagens eram os indígenas e como alguns conseguiram tornar-se civilizados pela ação do colonizador, como o índio Camarão, a ponto de tornar-se exemplo a ser seguido, Capistrano estava desprovido dessa necessidade de justificar e elogiar a ação colonizadora portuguesa.

A alcunha de índios selvagens também faz parte do vocabulário de Capistrano, seguindo uma tendência da historiografia do século XIX, principalmente ao referir-se a grupos indígenas que não estavam ao lado dos portugueses:

Dos franceses escreve este, morreram a espada e a arcabuzos noventa e tantos, que logo ali ficaram, além dos que se afogaram fugindo para as embarcações, ao todo cento e sessenta; foram capturados nove; queimaram-se-lhes quarenta e seis canoas; tomaram-se ao todo duzentas armas de fogo, mosquete e arcabuzes; dos selvagens averiguou-se depois que faltavam quatrocentos, a maior parte mortos afogados. De parte dos portugueses as perdas foram insignificantes. (ABREU. 1907,p109)

Portanto mesmo não sendo explicitamente um defensor da colonização portuguesa, os estereótipos de índios selvagens, principalmente quando estes são

contrários aos lusitanos, é reproduzido na obra, caindo em uma dicotomia de índios amigos e índios inimigos, como bem reproduziu Varnhagen em sua obra analisada anteriormente.

Ao falar da expulsão dos Holandeses de Pernambuco, mais uma vez isso fica implícito, para Capistrano foi nesse momento que nasceu o espírito nacional, nacionalidade esta como resultado da congregação de índios amigos, pois também existiam indígenas lutando ao lado dos holandeses, com os portugueses e os negros:

Venceu o espírito nacional. Reinós como Francisco Barreto, ilhéus como Vieira, mazombos como André Vidal, índios como Camarão, negros como Henrique Dias, mamelucos, mulatos caribocas, mestiços de todos os matizes combateram unânimes pela liberdade divina. (ABREU. 1907,p139)

Sendo assim a nacionalidade nasceu da união das raças no Brasil, mas união essa sob a regência do português e em defesa do projeto colonizador de Portugal. Tudo em nome de uma liberdade divina, reiterando os valores cristãos dos colonizadores ibéricos, quase como uma providência divina como defende abertamente Varnhagen.

Essa narrativa de nascimento da nacionalidade brasileira, se por um lado valoriza certos povos indígenas, tidos como amigos, por outro esconde o massacre que esses povos passaram, inclusive na luta por expulsão dos holandeses, já que do lado flamengo também haviam indígenas, tão pertencentes a terra quanto os que estavam do lado dos vencedores, porém não partícipes da construção do espírito nacional que estava sendo moldado naquele momento.

O olhar de compaixão de Capistrano para com os indígenas fica mais nítido quando este analisa o movimento dos bandeirantes. Capistrano relata a ação bandeirante como sendo uma aventura cruel, onde muitos povos foram exterminados pelos colonos, ou então tornaram-se escravos. Do mesmo modo muitos bandeirantes também morreram em conflitos com os primeiros habitantes do Brasil.

Capistrano se pergunta se de fato valeu a pena toda a empresa montada pelos bandeirantes, se o custo das mortes e dos extermínios compensou com a escravização de alguns indígenas e o aprisionamento de escravos fugidos, ou se por acaso foi uma força desperdiçada, uma aventura que poderia ter sido evitada e ter salvo várias vidas. Nesse ponto mais uma vez Capistrano diferencia-se de Varnhagen, que elogiou o caráter empreendedor dos bandeirantes.

Ao mesmo tempo em que deixa em dúvida necessidade da ação dos bandeirantes, Capistrano termina sua análise das bandeiras com a citação de um

escritor anônimo do século XVII, que fez um elogio ao caráter conquistador dos bandeirantes e sua importância no domínio de grupos arredios e na expansão das fronteiras portuguesas:

Também se lhes não pode negar que foram os conquistadores dos palmares de Pernambuco, e também se podem enganar que sem os paulistas com o seu gentio nunca se há de conquistar o gentio bravo que se tem levantado no Ceará, no Rio Grande e no sertão da Paraíba e Pernambuco, porque o gentio bravo por serras, por penhas, por matos, por catinga só com o gentio manso se há de conquistar e não com algum outro poder, e dos paulistas se deve valer sua majestade para a conquista de suas terras. (ABREU, 1907,p 152)

Ou seja, do mesmo modo que é reproduzida a imagem de índios mansos versus índios bravos, mesmo problematizando a importância das bandeiras, do modo como a narrativa é construída, fica uma representação final de que foram elas importantes para conquista do território brasileiro e para “domar” os selvagens.

Mais uma vez nas entrelinhas fica uma interpretação mais atual do protagonismo indígena na história do Brasil, seja na condição de índios aliados dos portugueses, contribuindo para a colonização, ou de índios rebeldes impossibilitando essa mesma colonização. Fica para nós a partir das pesquisas mais atuais, a ideia de que sem os índios a colonização e a construção da nação brasileira não teria ocorrido tal qual ocorreu.

Essa interpretação da importância indígena para os portugueses fica mais uma vez evidente quando nas palavras seguintes Capistrano ressalta o medo dos colonos de perder o apoio dos índios que estavam sujeitos apenas pelo pavor, e poderiam ver em inimigos externos uma possibilidade de libertação para o cativo no qual se encontravam.

Quando Fala da ação dos jesuítas, o historiador cearense destaca sua defesa dos indígenas contra a escravidão e os massacres perpetuados pelos colonos, porém ao citar o Padre Antônio Vieira, é reproduzido o estereótipo de um indígena indolente e pouco afeito ao trabalho, por isso eram incapazes de desenvolver uma atividade mais sistemática e capaz de produzir riquezas para a metrópole:

Finalmente os índios, por sua natural fraqueza e pelo ócio, descanso e liberdade em que se criam, não são capazes de aturar por muito tempo o trabalho em que os portugueses os fazem servir, principalmente das canas, engenhos e tabacos, sendo muitos os que por esta causa continuamente estão morrendo; e como nas suas vidas consiste a riqueza e remédio dos moradores, é mui ordinário virem a cair em pouco tempo em grande pobreza os que se tinham por mais ricos e afazendados, porque a fazenda não consiste nas terras que são comuns se não nos frutos da indústria com que cada um as fabrica e de são os únicos instrumentos os braços dos índios – Até aqui Antônio Vieira, com esta vívida descrição da economia naturalista. (ABREU. 1907,p160 e 161)

Sendo assim, nessa vívida descrição, como a define Capistrano, eram os índios fracos, ociosos e responsáveis pela não concretude da riqueza dos fazendeiros, pois ao fracassarem impossibilitavam a produção nas fazendas. Fica claro o quanto eram importantes os indígenas, e como os portugueses os viam como seres incapazes de produzir dentro de uma economia mercantilista.

Esses trechos da obra colaboram diretamente para uma visão preconceituosa do índio preguiçoso, visão esta que se reproduziu na historiografia brasileira durante muito tempo, por ser textos como o por nós discutidos aqui, referência para muitos historiadores vindouros. Essa visão ainda pode ser encontrada sem muito esforço no imaginário social brasileiro, bem como em produções atuais, principalmente na mídia e em algumas manifestações artísticas.

Ao falar da ocupação do sertão, ponto importante na obra de Capistrano, por este ver nesse movimento uma das bases do nascimento do povo brasileiro através da miscigenação, é descrito uma relação menos agressiva entre os criadores de gado – principal atividade da região – e os índios. Os conflitos apenas ocorriam quando esses índios não queriam ceder as terras pacificamente, porém pelo fato de terem muitas terras logo o problema vinha a ser resolvido.

Portanto, mesmo dando ênfase ao elemento étnico indígena na formação das sociedades do sertão, fica a ideia de que apenas os índios mansos ou os que foram amansados foram os que deram sua contribuição nesse surgimento de um sentimento de nacionalidade brasileira no interior da colônia.

Ao tratar da descoberta das minas, mais uma vez a presença indígena se faz com protagonismo, mais uma vez os conflitos ficam evidentes entre os primeiros habitantes do Brasil e os que vinham em busca de riquezas, da mesma forma que fica implícito que os índios não eram simplesmente selvagens que atacavam comboios de colonos, mas sim que estavam a par dos acontecimentos da colônia e buscavam estratégias que fossem as melhores para seus projetos específicos:

Outra ligação se estabelecera antes com S. Paulo por via terrestre para evitar os índios brabos. Desde a barra de São Lourenço começaram os Paiaguás e Guaicurus a perseguir as pessoas que iam para Cuiabá ou de lá tornavam. Apareciam de súbito em inúmeras canoas, e conhecendo os mínimos acidentes dos pantanais escolhiam os pontos de ataque e sabiam furtar-se aos que os perseguiam. Dizem-se que obravam incitados pelos castelhanos de assunción e é muito possível, porque mineiros e bandeirantes não eram vizinhos para se desejar. Em todo o caso o ouro que tomavam encontrava saída no Paraguai e tanto bastava para estimulá-los em seus salteios. (ABREU, 1907,p 184)

Mais uma vez a representação que fica é a de que os índios brabos sempre eram aqueles que estavam contra os portugueses, muitas vezes a serviço de outros projetos de colonização, no caso da citação anterior esses índios estavam a serviço dos espanhóis no Paraguai, para onde ia o ouro por eles tomado.

Problematizando essa fala de Capistrano, podemos pensar o quanto os indígenas estavam a par do jogo de interesses coloniais, posicionando a favor daqueles que melhor servisse aos seus interesses, nesse caso os índios no Brasil buscavam ter acesso ao ouro e depois o levavam até os colonizadores do Paraguai.

Se para uma historiografia de fins do século XIX e início do século XX, a análise era limitada na dicotomia de índios selvagens e mansos, um olhar mais atento e contemporâneo, pode ver nesses conflitos não uma simples barbaridade indígena em querer atacar os portugueses, mas sim um posicionamento desses povos diante dos caminhos tomados pela colonização, na busca por alianças que para eles fossem mais proveitosas.

Mesmo com uma interpretação da história do Brasil menos europeizante se comparada com outros historiadores contemporâneos a Capistrano, e sem grandes glórias para indivíduos isolados, o índio por ele exaltado continua sendo aquele que soube incorporar os valores ocidentais e cristãos, o que assimilou os símbolos do colonizador e os reproduziu, sendo artífice da colonização:

No mesmo loureto Couto, beneditino pernambucano que escrevia por 1757, encontramos manifestação ainda mais característica: o exalçamento, a glorificação do indígena, em confronto com a antiga gente de Portugal e até com povos mais adiantados do velho mundo.

Para provar suas virtudes morais, cita o nome de índios notáveis pelo valor e pela fidelidade, um Tabira, os Camarões e tantos outros auxiliares nas guerras flamengas e na conquista do país. (ABREU. 1907,p 205)

Mesmo não sendo a fala direta de Capistrano, essas citações passam uma ideia clara de que o modelo de índio exaltado na historiográfica clássica é o “índio europeu”, esse indígena que soube ser fiel aos portugueses e soube incorporar seus valores e os deixar mais fortes na colônia.

A utilização da força e das armas para domar os índios, se não foi defendida veementemente, como fez Varnhagen, também não o foi totalmente excluída do horizonte de Capistrano de Abreu. Quando fala da ocupação da região sul, é dado destaque as ordens do governo de utilizar as armas contra os indígenas, e dito que *felizmente*, os jesuítas já haviam reconhecido que nada poderiam fazer, assumido sua impotência e aberto caminho para que esses selvagens fossem civilizados através da violência.

Na parte final do livro, onde é feita uma análise da sociedade brasileira já no século XIX e suas características, ao relatar o paulista, é reproduzido uma citação de Eschwege:

Sua coragem, sua impavidez no perigo, sua agilidade e espírito de iniciativa, sua repugnância a canseiras, sua sede de vingança, pertenciam a procedência selvagem pelo lado materno, assim como sua finura e a vivacidade de seu espírito denunciam a ascendência portuguesa pelo lado paterno. (ABREU. 1907,p 242)

Portanto eram os brasileiros descendentes de indígenas e portugueses, o ethos do índio permanecia vivo na sociedade brasileira, mas não um ethos civilizado, e sim as características rudes e selvagens, que se foram importantes para o processo de colonização, foram apenas por terem sido entrelaçadas com os valores e as características portuguesas.

Na conclusão da obra, a visão que fica é a de que os índios estavam desaparecendo nas cidades brasileiras, principalmente no litoral. Esta tese final irá guiar as produções não apenas historiográfica, mas também de outras áreas das ciências humanas, reservando aos indígenas brasileiros um lugar específico em nossa história, um lugar exclusivo no tempo da colonização, mas que na nação independente já não estavam mais presentes, já eram um elemento que se desmanchava na sociedade, que ficava apenas enquanto memória ou em alguns costumes.

A obra de Capistrano, segundo alguns dos seus analistas, (Reis, 2007) é uma obra diferente das do seu tempo, por não fazer um elogio direto aos portugueses, por ver um Brasil que surgia no interior em detrimento do litoral, por ver nas lutas sociais, nos negros e indígenas, um forte elemento de construção do povo brasileiro.

Entretanto uma análise como a nossa, que busca ver as representações feitas acerca dos povos indígenas, mostra que mesmo com essa perspectiva revolucionária para a época, se considerarmos essas representações presente na obra *capítulos de história colonial*, veremos que muitos estereótipos do período são reproduzidos.

Ao tomarmos estes textos como referência para muitas outras pesquisas, e principalmente como obras que contribuíram para construção do imaginário e da memória do povo brasileiro, chegamos a conclusão de que as representações elaboradas por Capistrano são na sua maioria contrárias ao que os indígenas do Brasil buscam para si no século XXI, são representações que em pouco contribuem para suas lutas e para fundamentar a defesa da cultura e dos valores indígenas, da forma como estes povos lutam na contemporaneidade.

### 3.3 GILBERTO FREYRE: PARA ALÉM DA CASA GRANDE & SENZALA, OS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Gilberto Freyre era filho das elites coloniais e imperiais do Brasil, escreveu casa grande & senzala na década de 1930, quando estas elites a qual fazia parte, estavam em um momento de maior perda dos seus antigos privilégios de classe, não tendo mais o poderio de outrora.

Casa Grande & Senzala, livro que por nós será analisado, é considerado por muitos dos seus analistas como sendo um elogio a colonização portuguesa na América, com um olhar saudosista para o passado colonial, do mundo patriarcal brasileiro, comandado pelos lusitanos. É um elogio de uma suposta democracia racial, onde índios, negros e brancos confraternizaram a formação de um novo povo, sem racismo, com uma cultura plural.

Entre as principais obras de História do Brasil está Casa Grande & Senzala, sendo um dos textos mais traduzidos no mundo, rendendo muitos prêmios ao seu autor e tornando-se referência de vários outros estudos, tanto no Brasil como no exterior.

Casa Grande & Senzala foi publicado em 1933, momento histórico brasileiro bastante diferente do momento em que foram publicados os livros por nós analisados anteriormente. A sociedade brasileira, principalmente suas elites, buscavam novas bases para sedimentar a nacionalidade, e ainda eram assombradas pelo fantasma da miscigenação, que aparentava condenar o Brasil a um futuro apocalíptico, por conta da degeneração proporcionada por supostas raças inferiores.

Nesse ponto é de grande importância a obra Freyriana e em especial Casa Grande & Senzala, pois sob a influência de Franz Boas, Gilberto Freyre procurará fazer uma defesa destas raças tidas como inferiores, principalmente dos negros, concluindo que o problema do Brasil não era a miscigenação, pelo contrário, essa característica da sociedade brasileira havia enriquecido em muito nossa cultura, principalmente porque os portugueses também eram um povo miscigenado, que relacionaram-se com outras etnias e apreenderam o que nelas havia de melhor.

Em um cenário dominado por teorias raciais e um determinismo biológico para explicações históricas e sociais, Freyre conseguiu trazer uma nova perspectiva:

Questionado por muitos, corretamente, devido ao fato de inaugurar uma visão adocicada da escravidão, responsável pelo encobrimento da sua natureza cruel e violenta, a tese de Freyre não pode ser minimizada, porém, em seu

aspecto crítico, na medida em que confrontou a noção eugênica prevalecente no período em questão, que afirmava ser o Brasileiro uma sub-raça exatamente em função do seu caráter impuro, o que nos legou uma visão positiva frente ao fenômeno da miscigenação. (MONDAINI, 2017, p20)

Freyre não deixa de ser um defensor da colonização portuguesa, e muito menos coloca os povos indígenas em posição de grande destaque nesse processo de colonização, entretanto a crítica aos modelos raciais de explicação da formação do povo brasileiro é algo de grande contribuição, mesmo sendo a obra *Casa Grande & Senzala* também um elogio ao caráter empreendedor do povo lusitano, para conquistar e colonizar terras totalmente desconhecidas até então.

Portanto, para Freyre, apenas o português seria capaz de fazer uma colonização como a que foi feita no Brasil, de reger raças diferentes e construir uma nação que nem de longe apresentava o racismo como em outras sociedades, a norte americana por exemplo.

*Casa Grande & Senzala* é uma obra sobre o período colonial brasileiro, a história do patriarcalismo no Brasil e da formação da nossa sociedade. A ênfase maior, como o título da obra já sugere, é na relação entre senhores de engenho e escravos, engenhos que foram o palco da formação da sociedade brasileira. Porém, como não poderia ser negado, outros atores também estavam presentes nesse palco, como os povos indígenas.

A ênfase menor dada por Freyre aos povos indígenas, pode resultar do fato dos índios não terem participado diretamente do complexo açucareiro, sendo bem maior a presença de escravos africanos, o que levou Freyre a considerar a influência indígena menor do que a influência dos povos africanos na formação do Brasil.

Ao construir sua história do Brasil, Gilberto Freyre também elaborará uma representação dos índios que aqui estavam quando da chegada de portugueses e posteriormente de africanos. Nas páginas de *Casa Grande & Senzala*, podemos identificar várias representações acerca desses povos indígenas, algumas já presentes em outras obras e reproduzidas por Gilberto Freyre, ajudando a cristalizar um tipo de imagem dos povos indígenas no imaginário social brasileiro. Dado a repercussão da obra, também fora do Brasil.

A metodologia e as fontes utilizadas por Gilberto Freyre, trazem grandes transformações nas pesquisas em ciências humanas no Brasil. A crítica ao conceito de raça utilizado até então, como um fator determinante na caracterização do brasileiro, e sua substituição por um conceito antropológico de cultura, nos possibilita

novas formas de enxergar o cotidiano e vida dos grupos étnicos na colônia, principalmente também pela utilização de fontes até então negligenciadas por outros historiadores, como receitas de bolos, anedotas, brincadeiras infantis, histórias populares.

Ao contrário de Varnhagen e de Capistrano, o primeiro capítulo de Casa Grande & Senzala não é reservado aos povos indígenas, mas sim a uma apresentação geral da sociedade híbrida formada pelos portugueses nos trópicos, apenas no segundo capítulo Gilberto Freyre se debruçará de forma mais incisiva sobre os povos indígenas do Brasil.

Nas páginas de casa grande & senzala, o foco maior do autor é sobre as relações entre senhores de engenho e escravos, deixando a impressão de que os povos indígenas são estrelas de pouco brilho a compor uma constelação com outras estrelas mais brilhantes.

No prefácio a 51ª edição de Casa Grande e Senzala, no ano de 2006, Fernando Henrique Cardoso escreve que para Gilberto Freyre eram os indígenas apenas um povo rude e tosco, tendo como única atividade a coleta de frutos. (Cardoso, 2006)

Portanto por mais que se busque entrar no cotidiano indígena no período pré e colonial, por mais que Freyre tenha inovado na utilização de novas fontes, muitos dos preconceitos referentes aos indígenas brasileiros ainda são reproduzidos em Casa Grande & Senzala.

No prefácio a primeira edição da obra, Freyre destaca sua influência teórica advinda de Franz Boas, onde a diferenciação entre raça e cultura é feita. O ensaio Casa Grande & Senzala, é uma obra que segundo o seu próprio autor busca superar uma interpretação racial do Brasil para construir uma interpretação cultural.

Nessa perspectiva culturalista, muito do caráter do brasileiro será explicado a partir da influência da cultura portuguesa, negra e indígena. Do encontro dessas três matizes étnicas diferentes nascerá o povo brasileiro.

O engenho era o típico espaço da sociedade colonial, e não por acaso eram os engenhos comandados por portugueses e seus descendentes. Comparando a vida nos engenhos, característicos da região nordeste, com os bandeirantes mais ao sul, Gilberto Freyre escreve o seguinte:

Em contraste com o nomadismo aventureiro dos bandeirantes – em sua maioria mestiços de brancos com índios – os senhores das casas-grandes representaram na formação brasileira a tendência mais caracteristicamente portuguesa, isto é, pé de boi, no sentido de estabilidade patriarcal. Estabilidade apoiada no açúcar (engenho) e no negro (senzala). Não que

estejamos a sugerir uma interpretação étnica da formação brasileira ao lado da econômica. Apenas acrescentando a um sentido puramente material, marxista, dos fatos, ou antes, das tendências, um sentido psicológico. (FREYRE.2006,p 42)

Mesmo com a ressalva de não escrever uma história racial do Brasil, Freyre termina por sedimentar uma influência psicológica para cada uma das raças que foram protagonistas no período colonial. O Nordeste açucareiro tornou-se a região de uma civilização sedentária, comandado pelo português, assentada em valores ocidentais. Já na região sudeste, caracterizada pelos bandeirantes, reinou um espírito aventureiro e nômade, onde Freyre destaca a forte presença indígena, em um núcleo de povoação mais distante dos valores da civilização ocidental.

Portanto a primeira representação que surge do índio brasileiro é a de uma influência psicológica aventureira e nômade, para formação do povo brasileiro, ao contrário dos senhores de engenhos e dos negros que puderam construir uma sociedade mais estável.

Utilizando cartas de padres jesuítas, o que para Freyre era uma fonte importante pois possibilitava adentrar no cotidiano da colônia, os índios aparecem como afeitos as festas e ao lazer, sem predisposição para realizarem grandes atividades, logo por eles consideradas enfadonhas.

Nesse caminho através da psicologia dos povos que estavam ou vieram ao Brasil durante o período colonial, Freyre desenha uma representação sexualizada da mulher indígena, traço marcante dessa obra, onde ao mesmo tempo essa mulher satisfaz suas fantasias e as fantasias dos portugueses:

O longo contato com os sarracenos deixara idealizada entre os portugueses a figura da moura-encantada, tipo delicioso de mulher morena e de olhos pretos, envolta em misticismo sexual – sempre de encarnado, sempre penteando os cabelos ou banhando-se nos rios ou nas águas das fontes mal-assombradas – que os colonizadores vieram encontrar parecido, quase igual, entre as índias nuas e de cabelos soltos do Brasil. Que estas tinham também os olhos e os cabelos pretos, o corpo pardo pintado de vermelho, e, tanto quanto as nereides mouriscas, eram doidas por um banho de rio onde se refrescasse sua ardente nudez e por um pente para pentear o cabelo. Além do que, eram gordas como as mouras. Apenas menos ariscas: por qualquer buginganga ou caco de espelho estavam se entregando, de pernas abertas, aos “caraíbas” gulosos de mulher. (FREYRE, 2006, p71)

Eram essas índias atraídas pelos portugueses, indo se esfregar nas pernas dos portugueses quando estes aqui chegavam, quase atolando os pés em carne de mulheres indígenas.

Segundo Freyre, a mulher indígena não era de todo estranha ao imaginário português, pelo contrário, comparada com as mouras eram o tipo ideal para serem amantes. Junto a isso tinha a facilidade dessas mulheres também sentirem-se

atraídas pelos portugueses, sejam por presentes, seja por serem mais fortes, ou por atração sexual, já que nas páginas de casa grande & senzala os indígenas masculinos são descritos como tendo uma sexualidade inibida, o que fazia com que a mulher sentisse maior atração pelos lusitanos de sexualidade aflorada.

Esse estereótipo do corpo feminino indígena sexualizado, é algo muito presente na sociedade brasileira, principalmente nas manifestações culturais, relegando a mulher indígena papéis de sensualidade e um corpo visto apenas pelo olhar do sexo.

Essa amabilidade portuguesa, essa capacidade de se acimatar aos trópicos e aos grupos humanos que encontravam, era sua grande virtude. Através do sexo com a indígena idealizada e quase uma moura, os portugueses deram início a miscigenação no Brasil.

A democracia racial que para Freyre era a grande marca brasileira e o que deveria ser ensinado ao mundo, teve início aqui nas relações entre o homem branco e a mulher índia. Nos primeiros anos da colonização na falta de mulher portuguesa, era a indígena quem satisfazia os desejos sexuais dos colonos, e mesmo depois da chegada de mulheres vindas da metrópole, ainda era a indígena a escolhida, se não para casar, ao menos para ser amante.

Essa relação pautada no sexo, entre portugueses e indígenas, resultou segundo o autor de Casa Grande & Senzala, em uma sífilização dos povos nativos, antes de uma civilização, o que teria contribuído para fazer do brasileiro um povo fisicamente fraco, se comparado com outros do mundo.

Mas não apenas a sífilis deixaria as suas marcas na sociedade brasileira, na psicologia do brasileiro, haveria para uma predisposição a gostar de líderes viris e autoritários, um certo prazer do brasileiro em ser explorado, em sofrer, desde que tivesse a imagem de um senhor como seu protetor, mesmo que fosse esse senhor o que lhe infringia sofrimento, ou seja, a sociedade brasileira ficou marcada por um sadismo da parte dos donos do poder e um masoquismo da população comum, e isso teria explicação na forma como os primeiros colonos se relacionavam sexualmente com as índias:

O intercurso sexual entre o conquistador europeu e a mulher índia não foi apenas perturbado pela sífilis e por doenças europeias de fácil contágio venéreo: Verificou-se – o que depois se tornaria extensivo as relações dos senhores com as escravas negras – em circunstâncias desfavoráveis à mulher. Uma espécie de sadismo do branco e de masoquismo da índia ou da negra terá predominado nas relações sexuais como nas sociais do europeu com as mulheres das raças submetidas ao seu domínio. (FREYRE. 2006, p113)

A explicação sexual da formação da sociedade brasileira, é bastante presente na obra de Gilberto Freyre, fator que o diferencia dos outros clássicos da nossa historiografia, porém o aproxima das outras obras, quando o indígena, e nesse caso específico a mulher, também é descrita de forma inferior ao português colonizador.

Na prosa Freyriana, o Português sempre aparece como sendo o grande responsável por ter realizado tão grande obra de colonização no Brasil, homens fortes, com iniciativa, dispostos a transpassar qualquer barreira. Nesse ponto Freyre se aproxima bastante de Varnhagen, ao fazer elogios ao colonizador português. Já o indígena é retratado como incapaz de ter sido protagonista na colonização, distante dos valores que deveriam ser valorizados na construção de uma nação:

No Brasil, como nas colônias inglesas de tabaco, de algodão e de arroz da América do Norte, as grandes plantações foram obra não do estado colonizador, sempre somítico em Portugal, mais de uma corajosa iniciativa particular. Esta é a que nos trouxe pela mão de um Martim Afonso, ao sul, e principalmente de um Duarte Coelho, ao Norte, os primeiros colonos sólidos, as primeiras mães de família, as primeiras sementes, o primeiro gado, os primeiros animais de transporte, plantas alimentares, instrumentos agrícolas, mecânicos judeus para as fábricas de açúcar, escravos africanos para o trabalho do eito e da bagaceira (de que logo se mostrariam incapazes os indígenas molengos e inconstantes.) (FREYRE, 2006, p 80)

Enquanto as mulheres indígenas eram apenas reservadas aos prazeres sexuais dos colonos, a mulher portuguesa era mãe de família, elemento importante na sociedade dos engenhos. Enquanto o português era dotado de um caráter empreendedor, e o negro disposto ao trabalho, eram os indígenas molengos e inconstantes, não aptos a participarem ativamente da construção de uma nação.

Os povos indígenas para Gilberto Freyre eram povos de uma cultura rude, ainda na idade da pedra, com hábitos atrasados e sem nenhuma possibilidade de riquezas para os portugueses. Comparado com os povos do oriente com quem Portugal já mantinha contato, eram os indígenas desprezíveis; sem tecidos de valor, joias ou metais preciosos, sem nenhuma mercadoria a ser comercializada.

Restou ao português uma única saída, transformar as imensas terras que eram suas a partir de 1500, em uma grande colônia agrícola, mas nem para isso serviu o índio, pois não conseguiu se adaptar ao trabalho nas lavouras de cana de açúcar, sendo necessário a vinda de escravos africanos. O índio falhou, por isso a introdução do negro no Brasil, o que para Freyre acabou até tornando-se algo positivo, pois os africanos enriqueceram a cultura nacional que vinha a se formar na América portuguesa.

As guerras em Casa Grande & Senzala aparecem também como importante elemento de unificação nacional, sejam conflitos com inimigos externos, como os holandeses, ou inimigos interno, os índios arredios. A mesma dicotomia presente nos outros autores por nós analisados se faz em Gilberto Freyre, quando nessas guerras são divididos os índios entre amigos e inimigos.

A influência dos índios nos primeiros anos de colonização faz-se presente na culinária. O português soube aproveitar dos hábitos indígenas para se alimentar na terra desconhecida, com o seu caráter flexível, não teve preconceitos em assimilar hábitos dos povos nativos.

Entretanto o modelo de colonização estruturado na monocultura, fez com que os brasileiros se alimentassem muito mal. Ao falhar enquanto trabalhadores nas lavouras de açúcar, teria ficado reservado aos índios plantarem os gêneros reservados para o consumo interno, principalmente a mandioca, mas estes também falharam, por segundo Freyre serem agricultores irregulares.

Seguindo essa lógica, o povo brasileiro se formou fraco fisicamente, devido seus péssimos hábitos alimentares, sendo a parte da população mais forte, justamente os descendentes de africanos e não os que tinham sangue indígena. Freyre defende a tese de que o escravo em muitos momentos se alimentava melhor do que os homens livres, muitos desses homens livres mestiço de brancos com índios. Por isso que até o início do século XX, seriam os negros os melhores exemplares do povo brasileiro.

O segundo capítulo de Casa Grande & Senzala é reservado aos povos indígenas, com o título de: *o indígena na formação da família brasileira*, Freyre escreverá sobre a organização dos povos indígenas quando da chegada dos europeus ao Brasil, e sua influência na formação da família patriarcal brasileira.

O capítulo começa com uma comparação entre os povos da América, onde os índios são apresentados como sendo a população mais rasteira dentre os povos existentes no continente americano. Aqui os portugueses não encontraram nenhuma riqueza e nenhuma suntuosidade como as que foram encontradas por espanhóis, os índios brasileiros eram uma raça atrasada, até mais atrasada do que outras que habitavam o continente.

Entretanto souberam os portugueses, com seus valores de colonizador, aproveitar o máximo desse povo atrasado, souberam utilizar do que aqui encontraram para metamorfosear em valores compatíveis com os das mais altas civilizações:

Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto as relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura adventícia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado. (FREYRE, 2006, p160)

Nessa transmissão da cultura indígena aos colonizadores, para Freyre terá importante papel as mulheres. Essas mulheres indígenas que foram protagonistas a princípio, na condição de reprodutoras, o foram também ao ensinar aos colonos costumes e principalmente hábitos culinários aos portugueses.

O papel do homem indígena ficou restrito as guerras, em que muitos povos apoiaram os portugueses, e na expansão das fronteiras, já que eles conheciam muito bem o território. Além disso pouco influenciou o homem indígena na formação do Brasil, já que falhou quando dele foi exigido uma atividade mais organizada e sistemática.

A organização social indígena entrou em confronto com o modelo de colonização português, por isso para Gilberto Freyre a insignificância em muitos momentos da cultura nativa atrasada em promover a construção do país e gerar riquezas.

Povos seminômades, quando praticavam agricultura, esta era tarefa das mulheres, o que fazia com que os homens não tivessem habilidades para realiza-las. Por outro lado quando os portugueses precisaram de mulheres para fazer os serviços nas casas grandes, as índias não conseguiram desempenhar essa tarefa, então se o homem índio falhou na colonização do Brasil, também falharam as mulheres indígenas, por também não estarem aptas as novas exigências. Nesse ponto Freyre reitera sua tese de que a cultura africana era superior a cultura indígena.

Eram estes indígenas seminômades, povos que se confundiam com a natureza, que para Freyre muitas vezes não faziam distinções entre seres humanos e animais. Ou seja, a linha que separava esses povos da cultura e da natureza era bastante tênue, o que impossibilitava qualquer projeto de uma civilização avançada, como a portuguesa, de utilizar estes povos a curto prazo para realizar seus projetos.

O objetivo de Gilberto Freyre ao tratar dos indígenas é simplesmente identificar como os elementos de suas culturas puderam se manter presentes na família e na civilização futura a se desenvolver no Brasil. Portanto não existe uma preocupação primeira de pensar estes povos por si mesmo, mas sim, orbitando ao redor do colonizador português, portador de uma cultura mais avançada.

Entretanto ao falar dos costumes sexuais indígenas, Freyre critica as visões da época que as reduziam a meros impulsos instintivos, sem nenhuma moral. Neste ponto o olhar lançado aos hábitos dos povos indígenas, é um olhar menos eurocêntrico, que ver na organização social destes povos uma organização diferente, que chocava o colonizador, mas que não deveria ser tomada como sinônimo de amoralidade.

As relações incestuosas presentes entre os povos indígenas do Brasil, são justificadas por terem uma lógica social diferente, onde o parentesco era apenas considerado pelo lado paterno, o que fazia com que tios e sobrinhas maternos, ou irmãos apenas pelo lado da mãe, mantivessem relações sexuais entre si.

Esse olhar mais cuidadoso, reflete uma preocupação de traçar os caracteres psicológicos dos indígenas brasileiros, se utilizando de novas teorias, da própria psicanálise, como é citada no início da obra. Se por um lado inúmeros estereótipos são reproduzidos, alguns dos preconceitos contra os povos indígenas, existentes até então, podem ser vistos por um outro ângulo, a partir de uma leitura crítica de casa grande & senzala.

Ainda nessa busca por uma análise dos costumes indígenas, será defendida a tese de que o homem afeminado, o homossexual, era comum entre os povos indígenas do Brasil, o que também gerou desconforto a um colonizador fortemente marcado por valores cristãos.

Para Freyre isso ocorria pelo fato das atividades femininas serem valorizadas entre os indígenas, então os homens que apresentassem tais características, tendiam a ocupar espaços de destaque na comunidade. Os pajés por exemplo, principais líderes mágicos, eram na sua maioria homossexuais ou bissexuais.

Apesar disso não era a mulher valorizada entre os indígenas do sexo masculino, mesmo sendo reconhecida a importância das atividades por elas desenvolvidas. A não valorização da mulher, levava a existência de espaços de educação exclusivo para os meninos, onde estes aprenderiam a dominar as mulheres, nesses espaços também eram comuns as práticas homossexuais.

Esse posicionamento de Gilberto Freyre, difere totalmente da forma como Varnhagen analisa a homossexualidade entre os indígenas, Freyre tem um olhar bem mais complacente, e até a compara com o desenvolvimento da ciência e das artes no ocidente, que segundo ele também são atividades feitas por homens afeminados.

Porém não podemos negar certa ambiguidade existente na obra freyreana, que em determinados momentos coloca as atividades femininas como sendo valorizadas e em outros relega a mulher papel inferior, bem como compara a existência de homossexuais entre os povos indígenas com o desenvolvimento da ciência e das artes no ocidente, mas também ressalta que muitos autores exageraram nessa valorização dos homossexuais dentro do desenvolvimento cultural europeu.

Entretanto essa cultura indígena tende a desaparecer, ponto comum entre os autores por nós analisados até o presente momento, por considerarem que uma cultura atrasada não consegue se manter ao entrar em contato com uma cultura mais desenvolvida, é isso que escreve Freyre:

Sob a pressão moral e técnica da cultura adiantada, esparrama-se a do povo atrasado. Perde o indígena a capacidade de desenvolver-se autonomamente tanto quanto a de elevar-se de repente, por imitação natural ou forçada, aos padrões que lhe propõe o imperialismo colonizador. Mesmo que se salvem *formas* ou *acessórios* de cultura, perde-se o que Pitt-Rivers considera o *potencial*, isto é, a capacidade construtora da cultura, o seu elã, o seu ritmo. (FREYRE, 2006, p 177)

Sendo assim o que ficou dos povos indígenas para a posteridade, foi apenas uma sinal do que foram no passado, acessórios culturais, que em determinados momentos foram utilizados por povos de cultura superior, mas que tendiam a desaparecer com o desenvolvimento da sociedade e a cada vez mais progressiva inserção do Brasil no mundo da civilização.

O misticismo e a superstição presentes na sociedade brasileira também tem suas origens na cultura indígena, em um animismo e totemismo presente no imaginário brasileiro após o fim da colonização:

Do indígena de cultura totêmica e animista, ficaria no brasileiro, especialmente quando menino, uma atitude insensivelmente totêmica e animista em face das plantas e dos animais (ainda tão numerosos nesta parte do mundo); tantos deles investidos pela imaginação da gente do povo, tanto quanto pela infantil, de uma malícia verdadeiramente humana, de qualidades quase humanas e às vezes de inteligência ou poder superior ao do homem. É o folclore, são os contos populares, as superstições, as tradições que o indicam. São as muitas histórias, de sabor tão brasileiro, de casamento de gente com animais, de compadrismo ou amor entre homens e bichos, no gosto das que Hartland filia às culturas totêmicas. Histórias que correspondem, na vida real, a uma atitude de tolerância, quando não de nenhuma repugnância, pela união sexual do homem com besta; atitude generalizadíssima entre os meninos brasileiros do interior. No sertanejo mais do que no de engenho; neste, porém, bastante comum para poder ser destacada como complexo – nesse caso tanto sociológico como freudiano – da cultura brasileira. (FREYRE. 2006, p211)

Portanto, a influência indígena para Gilberto Freyre não foi exclusiva da culinária, presente até hoje, nem do auxílio ao português em um território totalmente desconhecido. A influência indígena está no imaginário do brasileiro, nas lendas, no

folclore, na relação dos meninos com as plantas e os animais. Inclusive na relação sexual entre meninos e bestas, no DNA do brasileiro, seguindo esta interpretação, mantinha-se traços animais, traços esses de origem indígena.

Os jesuítas por mais que tenham tentado educar os índios não conseguiram de todo, para Freyre o que muito contribuiu para isso foi a forma de organização da catequização jesuítica. Bastante intelectualizada, com ensinamentos que tinham como estrutura a memorização de conteúdos, leitura e escrita, os catecúmenos não sentiam-se atraídos por este tipo de educação. Para Freyre se a catequização tivesse sido realizada por franciscanos, poderia ter rendido melhores frutos, por serem os franciscanos mais práticos, assim como o eram os indígenas.

Mesmo assim os Jesuítas foram importantes, principalmente com relação as crianças indígenas, que absorviam os ensinamentos e ficavam responsáveis por transmiti-los aos restante de seu povo. Ao mesmo tempo que através dos meninos indígenas os padres aprendiam a cultura dos nativos. A partir disso Freyre destaca a importância dessas crianças na formação da sociedade brasileira, por terem servido como um elo de ligação entre dois mundos totalmente diferentes.

Defendendo a sua teoria de democracia racial, Freyre elogia os colégios jesuítas por terem contribuído na confraternização das raças no Brasil, pois tanto estudavam nessas escolas os índios, como os filhos dos portugueses, sem que houvesse diferença de tratamento entre eles, contribuindo para uma relação fraterna entre os povos de culturas diferentes.

Os jesuítas são criticados quando passam a segregar os índios em aldeias, pois para o autor de Casa Grande & Senzala, o projeto de harmonia entre as raças poderia ter entrado em crise, quando da separação das crianças portuguesas com as crianças indígenas.

Através da colonização, seja econômica ou religiosa, foram os índios perdendo elementos importantes da sua cultura, foram aos poucos tornando-se algo que não mais os mesmos selvagens de antes.

Expressando mais uma vez toda a sua ambiguidade, Freyre termina sua análise sobre os índios brasileiros ressaltando sua força física, o trabalho vigoroso que fizeram nos primeiros anos da colonização, contrastando com o que disse no início da obra ao descrever os índios como molengas que falharam no trabalho pesado.

Mas esse índio vigoroso é um índio do passado, como deixa claro em toda obra, as culturas atrasadas tendem a desaparecer em contato com culturas mais avançadas. Se por acaso ainda resta algo da cultura indígena no Brasil, se muitos dos seus costumes ainda podem ter alguma serventia, foi pelo caráter generoso do português, seu espírito flexível, que ao contrário dos colonizadores norte-americanos, não teve a intenção de destruir totalmente a cultura dos povos que por eles haviam sido vencidos.

### 3.4 SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA: QUAL O LUGAR DOS POVOS INDÍGENAS NAS RAÍZES DO BRASIL?

Para José Carlos Reis, Sérgio Buarque é um daqueles historiadores que se enquadra como um redescobridor do Brasil. A obra buarqueana é marcada por uma ruptura na historiografia brasileira, ruptura esta com relação as tradições ibéricas presentes em nosso país.

*Raízes do Brasil*, sua obra prima, por nós analisada nessa dissertação, traz um estudo das consequências da colonização ibérica na construção do Brasil enquanto nação. Características marcantes da nossa personalidade enquanto povo vem do processo de colonização aqui empreendido por portugueses.

Duas teses são centrais no livro *raízes do Brasil*, fazendo com que a visão de elogio ao caráter colonizador dos portugueses fosse colocada em xeque, questionada pelo resultado final da obra e por toda influência do espírito lusitano na organização da nova nação:

A primeira a de que o “homem cordial” é o traço definidor do caráter brasileiro, em função da indistinção existente na nossa sociedade entre público e privado, impessoal e pessoal – sendo tal indistinção o resultado da falta de percepção de que o estado é a superação do círculo familiar, e não a sua continuidade, fato que constitui o ponto nodal do estado tipo patrimonialista. A segunda, a de que “a democracia no brasil foi sempre um lamentável mal-entendido”, em virtude do fato de os movimentos reformadores terem sido implementados entre nós quase sempre de cima para baixo. (MONDAINI, 2017, p26)

Essa proposta buarqueana, terminou por ver nos povos indígenas um elo mais fraco durante a colonização, ou seja, a cultura indígena não foi capaz de fazer um contraponto a cultura lusitana, agindo de forma contrária, e dando uma maior força aos processos de socialização portuguesa, como veremos adiante.

Os portugueses, possuem características próprias se comparados com os outros povos europeus, inclusive se comparados com os seus vizinhos espanhóis,

isso se dá devido sua localização geográfica e o constante contato com povos africanos e de culturas não europeias, imprimindo no caráter do português uma personalidade *sui generis*.

São esses portugueses mais maleáveis, com plasticidade na relação que estabelecem durante a colonização. As instituições políticas do Brasil passam a ser instituições marcadas por esse ethos lusitano, sem uma profunda rigidez na sua forma e ação, revestidas por um grande personalismo, onde o público e o privado se confundem, onde as famílias possuem primazia em relação ao estado, onde os antigos títulos nobiliárquicos da coroa portuguesa, transformam-se na supervalorização do título de bacharel, onde as aparências valem mais do que as essências.

Em *raízes do Brasil*, o negro e o índio aparecem apenas como espectros, leves pinceladas de tinta que não possuem brilho suficiente para modificar o quadro lusitano, são os portugueses os grandes artífices da colonização do Brasil, é aos portugueses que devemos as nossas instituições e suas formas de funcionamento, foram em terras desconhecidas esses portugueses os pais construtores de um novo povo, sob a batuta e o lirismo lusitano, a orquestra de diferentes raças e culturas executou uma sinfonia ibérica nos trópicos.

A especificidade buarqueana, vem do fato de que ao constatar o caráter ibérolusitano do Brasil, ao invés de deitar sua pena em profundos elogios, como assim o fez outros historiadores, Sérgio Buarque diz que é necessário romper com essas tradições lusitanas.

A obra de Sérgio Buarque configura-se em uma defesa de um modelo de estado liberal, o único para ele que possibilitaria a inserção do Brasil no mundo moderno. O estado liberal, a formação de uma burocracia, e o rompimento com os modelos tradicionais, era a revolução possível e necessária para o país na primeira metade do século XX.

O espírito português em terras americanas, resultou em um povo que foge dos trabalhos manuais, que supervaloriza atividades que exijam esforço intelectual, resultou em tipo por ele chamado de *homem cordial*, escondendo por trás de um sentimentalismo exacerbado, o constante desejo de conquistas individuais e o desprezo por regras e modelos de organização coletivas, o que caracterizaria o estado moderno.

Portanto é nesse contexto que buscaremos ver a forma pela qual os indígenas são representados na obra *raízes do Brasil*, mesmo levando em consideração que ao contrário dos outros textos por nós analisados, esse é justamente o que menos o autor fala desses povos, o que de antemão já demonstra que para Sérgio Buarque, a influência cultural por eles exercida, não foi capaz de fazer freio ao modelo de organização social implantado pelos portugueses durante os séculos de colonização.

Outra importante característica da obra de Sérgio Buarque, é que talvez seja ele o mais acadêmico dos historiadores por nós estudados. Escrevendo na década de 1930, na condição de professor universitário, *raízes do Brasil* possui um recorte teórico melhor definido, além de um distanciamento dos institutos históricos, como era a produção até fins do século XIX, ou de um caráter mais ensaístico, que marca a obra de Gilberto Freyre analisada anteriormente por nós.

A principal fundamentação da obra de Sérgio Buarque é o pensamento de Max Weber:

*Raízes do Brasil* é quase integralmente weberiano. Até o sentido da revolução brasileira seria weberiano: uma racionalização progressiva da sociedade tradicional, dominada por valores afetivos, familiares; uma modernização baseada na separação entre o afetivo/privado e o racional/público. A modernização representaria uma mudança de mentalidade e estabelecimento de regras universais que atingissem a todos, independentemente da sua origem familiar e de suas relações sociais e políticas. (REIS, 2007, p120)

É portanto nesse contexto de uma análise weberiana da sociedade brasileira, buscando compreender a construção psicológica do seu povo, que buscaremos identificar as possíveis representação acerca dos povos indígenas.

Ao contrário dos outros clássicos da historiografia, que começaram suas obras fazendo uma descrição do território no qual os portugueses faziam a colonização, inserindo aí os povos indígenas como um componente da paisagem exótica, *raízes do Brasil* tem início com uma descrição psicológica dos povos ibéricos, e durante a obra não teremos nenhum capítulo específico para analisar a presença indígena em território brasileiro.

Essa ausência nos diz muito, pois se esses povos não aparecem com destaque nas páginas da história, é pelo fato de pouco terem importância nos desdobramentos de construção da nação. A cultura dominante portuguesa conseguiu sufocar o que existia da cultura dos povos americanos no país que viria a surgir.

O término do primeiro capítulo, bem descreve esse sentimento de superioridade da cultura lusitana, frente a povos que não conseguem se impor aquilo que é trazido pelos colonizadores:

A experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora em geral os traços de outras culturas, quando estas encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida. Neste particular cumpre lembrar o que se deu com as culturas europeias transportadas ao novo mundo. Nem o contato e a mistura com raças indígenas ou adventícias fizeram-nos tão diferentes dos nossos avós de além-mar como as vezes gostaríamos de sê-lo. (HOLANDA, 1995,p 40)

Portanto a cultura indígena, na visão de Sérgio Buarque foi uma cultura passiva, uma cultura sem vitalidade suficiente, ou elementos necessários para modificar a lógica de colonização portuguesa e o funcionamento das instituições que estava por ser criadas no Brasil.

Ao contrário do que se poderia esperar do choque cultural, eram os indígenas mais próximos dos portugueses no que diz respeito ao seu espírito, um espírito de *aventureiro* em detrimento do espírito do *trabalhador*.

Esses dois conceitos são essenciais para entendermos o pensamento buarqueano, o *trabalhador* é aquele que age de forma metódica, que busca através dos melhores meios obter os seus resultados esperados, já o *aventureiro* está preocupado apenas com os objetivos finais, o resultado, independente do meio. Pois bem, os indígenas na condição de povos coletores, estavam muito mais próximos desse espírito *aventureiro*, característico dos portugueses. Se os lusitanos não importavam-se com os meios, mas apenas com os fins, assim também eram os indígenas, que viviam da exploração direta da natureza. Portanto no encontro dessas culturas, pouco poderia contribuir a cultura nativa para construção da civilização no Brasil.

A cultura indígena foi, portanto, pega de empréstimo pelos portugueses para que aqui fossem recriadas as condições necessárias para reproduzir da melhor forma possível a vida da metrópole. Alimentos, ferramentas, costumes, tudo aquilo que fazia parte do cotidiano indígena foi adaptado ao melhor gosto dos colonizadores.

Para o trabalho, os indígenas não possuíam a capacidade que os portugueses necessitavam, ponto comum esse entre Sérgio Buarque e os outros historiadores por nós analisados, diferindo pelo fato dos portugueses também não possuírem essa capacidade, daí a vinda dos escravos africanos para resolverem o problema da mão de obra. Se os portugueses não tinham a quantidade de braços que as lavouras

requeriam, encontraram um povo tão inapto ao trabalho rotineiro e metódico, que a única saída era transportar do outro lado do atlântico a mão de obra.

Os portugueses não conseguiram fazer dos índios trabalhadores, muito por conta da sua índole de colonizadores, que os diferiam inclusive dos espanhóis, também povos ibéricos:

Entre nós, o domínio europeu foi, em geral, brando e mole, menos obediente a regras e dispositivos do que à lei da natureza. A vida parece ter sido aqui incomparavelmente mais suave, mais acolhedora das dissonâncias sociais, raciais e morais. Nossos colonizadores eram, antes de tudo, homens que sabiam repetir o que estava feito ou o que lhes ensinara a rotina. Bem assentes no solo, não tinham exigências mentais muito grandes e o céu parecia-lhes uma realidade excessivamente espiritual, remota, póstuma, para interferir em seus negócios de cada dia.

A isso cumpre acrescentar outra face bem típica de sua extraordinária plasticidade social: a ausência completa, ou praticamente completa, entre eles, de qualquer orgulho de raça. (HOLANDA. 1955, p.52 e 53)

Sérgio Buarque, reproduz em *raízes do Brasil*, uma ideia central da historiografia clássica brasileira; o caráter do português desprovido de orgulho de raça, que nessa interpretação acarreta em pouca interferência no modo de vida indígena e em uma capacidade plástica de utilizar-se daquilo que já existia na terra, para manter ou aproximar-se da vida que era vivida na península ibérica.

A liberdade dada aos indígenas, mesmo que tutelada, e uma futura idealização do índio como símbolo nacional, repousa no fato dos costumes desses povos em alguns pontos assemelhar-se com uma vida de fidalguia, tão valorizada pelos portugueses. A ociosidade, resultando em não aptidão para trabalhos prolongados, era também uma característica portuguesa, daí essa não imposição do trabalho escravo aos habitantes aqui encontrados.

Tornaram-se os costumes indígenas, um complemento ao estilo de vida português:

Outros costumes, como o do muxirão ou mutirão, em que os roceiros se socorrem uns aos outros nas derrubadas de mato, nos plantios, nas colheitas, na construção de casas, na fiação do algodão, teriam sido tomados de preferência ao gentio da terra e fundam-se, ao que parece, na expectativa de auxílio recíproco, tanto quanto na excitação proporcionada pelas ceias, as danças, os descantes e os desafios que acompanham obrigatoriamente tais serviços. Se os homens se ajudam uns aos outros, notou um observador setecentista, fazem-no 'mais animados do espírito da caninha do que do amor ao trabalho. (HOLANDA. 1995,p.60)

Até o catolicismo possibilitou um diálogo com o imaginário indígena, criando uma espécie de transição entre as duas culturas, onde as superstições medievais, a variedade de santos, se encaixava perfeitamente às religiões dos povos locais, diferentemente oposto ao que representaria o protestantismo.

Sérgio Buarque reforça a tese de unidade cultural entre os indígenas que viviam nas regiões litorâneas, reproduzindo a visão de que os povos tupis haviam habitado essas terras pouco tempo antes da chegada dos portugueses, expulsando outros indígenas para o litoral.

Essa unidade cultural do povo tupi, facilitou a colonização, inclusive as áreas por eles pouco habitadas, como onde viria a ser o Espírito Santo, foram os locais de mais difícil colonização, pois os portugueses acabaram por herdar também as rivalidades que esses povos tupis mantinham com outros povos.

Com isso podemos ler nas entrelinhas que o processo de colonização só foi possível a partir do “auxílio” de determinados grupos indígenas, o que também fica implícito na obra dos outros historiadores, na divisão entre índios amigos/inimigos bravos/domesticados.

Entretanto, em muitos momentos da obra, Sérgio Buarque diminui essa relevância indígena, seguindo a sua lógica de colocar os portugueses como os principais maestros da colonização. Até mesmo a forma pela qual o território foi recebendo nome, inclusive os nomes indígenas, Sérgio Buarque coloca como uma obra realizada com a primazia lusitana:

Admite-se, em geral, sobretudo depois dos estudos de Teodoro Sampaio, que o bandeirante, mais talvez do que o indígena, se deve nossa extraordinária riqueza de topônimos de procedência tupi. Mas admite-se sem convicção arraigada, pois parece evidente que uma população ‘primitiva’, ainda quando numerosa, tende inevitavelmente a aceitar os padrões de seus dominadores mais eficazes. (HOLANDA. 1955,p122)

Ou seja, os indígenas, população mesmo que numerosa, “primitiva”, ao passo que via suas palavras servirem para nomear a região, a viam provavelmente sob o controle dos portugueses, povo de padrões culturais mais desenvolvidos e portanto com maior capacidade para impor sua vontade a uma cultura em estágios iniciais de desenvolvimento.

Com o passar do tempo e o aumento da população portuguesa, principalmente a partir do ciclo da mineração, com a chegada de muitos imigrantes, a língua geral e os vocábulos em tupi, passaram a definir. Os nomes portugueses e a utilização da língua portuguesa vai se tornando uma regra, confirmando a tese inicial de que uma cultura mais avançada se sobrepõe a culturas mais primitivas.

Uma das preocupações de Sérgio Buarque é saber em qual momento o português passou a ter maior importância do que a língua tupi. Isso talvez para compreender em que período da colonização a cultura portuguesa já menos

necessitada dos conhecimentos dos povos locais, passou a ser predominante e impor o modo de vida lusitano a toda a colônia.

Mesmo com o objetivo da obra em romper com a tradição ibérica, as bases nas quais Varnhagen apoia-se na historiografia brasileira de elogio ao caráter empreendedor dos portugueses, também se faz fortemente presente em Sérgio Buarque:

Acredito mesmo que, na capacidade para amoldar-se a todos os meios, em prejuízo, muitas vezes, de suas próprias características raciais e culturais, revelou o português melhores aptidões de colonizador do que os demais povos, por ventura mais inflexivelmente aferrados às peculiaridades formadas no velho mundo. E não hesitaria mesmo em subscrever pontos de vista como o recentemente sustentado pelo sr. Júlio de Mesquita Filho, de que o movimento das bandeiras se enquadra, em substância, na obra realizada pelos filhos de Portugal na África, na Ásia, e na América, desde os tempos do infante. D. Henrique Sagres. Mas eu subscreveria com esta reserva importante: a de que os portugueses precisaram-se anular-se durante longo tempo para afinal vencerem. Como o grão de trigo dos evangelhos, o que há de primeiramente morrer para poder crescer e dar muitos frutos. (HOLANDA. 1955, p132 e133)

Aquilo que os portugueses absorveram da cultura indígena, seguindo a parábola bíblica invocada por Sérgio Buarque, foi como um adubo, um fertilizante para que a cultura lusitana pudesse sobreviver e prosperar nas novas terras. Essa interpretação no que diz respeito aos povos indígenas, segue uma mesma lógica desde a obra de Varnhagen, de que a cultura portuguesa era superior. Até a metáfora bíblica, assemelhasse com a teoria da providência divina que trouxe os europeus para salvar os índios, defendida pelo historiador do século XIX.

*Raízes do Brasil*, não é uma obra que dedica capítulos específicos aos povos indígenas, muito menos os descreve como protagonistas da história do Brasil, pelo contrário, a história indígena apenas aparece como sombras da história portuguesa, como coadjuvantes na construção de um império lusitano nos trópicos.

Se por um lado Sérgio Buarque é inovador ao terminar sua obra dizendo que a revolução brasileira deveria ser uma revolução de rompimento com a organização social e do estado impetrado pelos portugueses, por outro lado ele reproduz as visões estereotipadas quanto aos indígenas brasileiros, e diferente dos historiadores vistos anteriormente, o destaque dado aos costumes desses povos na construção do Brasil é quase nulo, pois sendo eles de uma cultura inferior, pouco ou nada fizeram para modificar os alicerces da civilização europeia transplantada para o Brasil.

### 3.5 AS TEORIAS RACISTAS DE OLIVEIRA VIANNA E OS POVOS INDÍGENAS

Oliveira Vianna foi um dos principais teóricos do conservadorismo brasileiro, nascido em Palmital de Saquarema (RJ), local de onde saíram os principais políticos conservadores do império, sendo também Oliveira Vianna um dos saudosistas do período imperial.

A importância de Oliveira Vianna não resume-se unicamente as suas obras, bastante polêmicas diga-se de passagem, mas também a sua ação política, principalmente junto ao governo de Getúlio Vargas, o que também não o deixa livre das polêmicas, já que foi ele um dos principais criadores da CLT e do ministério do trabalho, e acusado por muitos de ter uma forte inspiração em princípios fascistas.

Oliveira Vianna foi o grande teórico do Estado novo de Vargas, e mesmo depois da sua morte suas ideias referentes ao Estado nacional brasileiro e seu processo de centralização e construção de estado autoritário, foram também uma das fundamentações da ditadura militar estabelecida no Brasil a partir de 1964.

As polêmicas presentes na obra de Oliveira Vianna, resultam das visões racistas e elitistas da formação social do Brasil. Antes mesmo da ascensão do nazismo na Europa, Oliveira Vianna já era aqui no Brasil um grande defensor da raça ariana, buscando criar as condições necessárias para que o Brasil se arianizasse.

Durante o início do século XX as teorias raciais partiam de duas referências; monogênica e poligênica. A primeira defendia a tese de que toda a humanidade teve uma única origem, o que acarretaria na possibilidade de um desenvolvimento uno para todos, sendo os graus de diferenças reversíveis. A segunda teoria partia da ideia de que a humanidade teve vários pontos diferentes de origem, o que explicaria as diferenças raciais e a impossibilidade de todas as raças trilharem o mesmo caminho da evolução. (Schwarcz, 1993)

A partir da nossa leitura de Oliveira Vianna, vemos uma grande aproximação da sua obra com as teorias poligenistas, ao considerar as diferenças entre as raças que formaram o Brasil e a impossibilidade dessas raças seguirem um mesmo caminho, ou seja, o caminho da civilização seguido pelos povos brancos.

O livro por nós escolhido para essa análise, foi *evolução do povo brasileiro*, escrito no ano de 1923 e reeditado em 1933. Essa obra possui uma especificidade, ela foi produzida por encomenda do governo para prefacionar os documentos do recenseamento de 1920.

Portanto, *evolução do povo brasileiro*, além da sua importância teórica, por ser obra de um dos principais cientistas sociais do Brasil, tem o significado de servir como um espelho das ideias oficiais existentes no Brasil entre as décadas de 1920 e 1930, as ideias oficiais de uma elite dominante que estava no poder.

A edição por nós analisada será a de 1933, relançada dez anos após sua primeira edição e já tendo sido bastante atacada por vários críticos. O principal ponto de ataque a essa obra, foram as ideias racistas do seu autor. Ideias que deixavam explícito como Oliveira Vianna via a construção do Brasil, para ele negros e índios pertenciam a uma raça inferior, a uma raça incapaz de tornar-se civilizada, mas que sob o comando de brancos arianos, deixariam de existir, com a população brasileira se branqueando.

É Oliveira Vianna um dos principais, se não o principal, pensador brasileiro que defenderá o branqueamento da população, que lançará bases “científicas” para dizer que em algumas décadas os genes arianos iriam sobrepujar-se aos negros e aos indígenas, o Brasil tornar-se-ia uma nação europeia nos trópicos, livre do que para Vianna era um pesadelo; as raças inferiores.

Na edição de 1933, após dez anos de críticas, Oliveira Vianna justifica que a parte da obra na qual fala sobre as questões racistas, é apenas uma “inocente hipótese”, que deveria ter sido a parte mais irrelevante de sua obra, mesmo assim, essa “inocente hipótese” permanece na segunda edição.

O projeto de Oliveira Vianna para o Brasil, era um projeto de extermínio de negros e indígenas, um projeto anterior ao projeto nazista, e que com maior sutileza do que os campos de extermínio alemães, seriam exterminados através de um “cruzamento genético”, onde os brancos superiores prevaleceriam. (Reis, 2006)

Assim como Sérgio Buarque de Holanda, a obra de Oliveira Vianna, *evolução do povo brasileiro*, não traz um capítulo específico sobre os povos indígenas, sendo escrita uma história mais conceitual e teórica, do que com narrativas de fatos e acontecimentos como são as obras de Varnhagen e Capistrano de Abreu.

A obra é dividida em três partes, primeira parte é explorada a evolução da sociedade brasileira, em um segundo momento a evolução das raças no Brasil e por fim a evolução das instituições políticas brasileiras.

Com uma obra marcada por saudosismo, elitismo e racismo, Oliveira Vianna nos proporciona a construção de uma representação extremamente pejorativa no que

diz respeito aos povos indígenas brasileiros, construindo estereótipos referentes a esses povos e existentes até o hoje no imaginário popular.

Já no prefácio da obra, como salientamos antes, Oliveira Vianna defende-se dos seus críticos, para ele muitos utilizaram de má fé, ao pegar suas teses sobre os bandeirantes, quando este diz que são os bandeirantes descendentes de arianos, por isso sua índole conquistadora e superior. Má fé porque sabiam ser apenas uma “hipótese inocente” e mesmo assim deitaram-se em profundas críticas. Apesar de ser apenas uma hipótese, Oliveira Vianna a mantém no texto, enfatizando que não queria defender a superioridade ariana.

É bastante significativo Oliveira Vianna dar início a segunda edição de sua obra reafirmando as ideias racistas, mesmo que fazendo um adendo e dizendo que são “hipóteses inocentes”, porém são essas hipóteses fundadoras de um pensamento racista e exterminador de negros e índios.

Oliveira Vianna defende sua obra como um caminho para conhecermos a nossa própria história, principalmente por sermos um povo de raças exóticas, negro e índio, e termos que conhecer como os elementos naturais da América agiram sobre as raças superiores, brancos portugueses:

Há, por exemplo, para nós, povo de transplantação, em cujo solo confluem tantas raças exóticas, um formidável problema prático, que interessa fundamentalmente a orientação dos nossos destinos. É o conhecimento das reações do nosso meio cósmico sobre o ádvena, aquilo que Huntington chama "o conhecimento de como adaptar o homem à natureza, ou de como adaptar a natureza ao homem" é um problema central, de que está dependendo o futuro e a grandeza da civilização do ocidente — flor delicada dos climas frios — nestes climas tropicais. Ora, este problema não pode ser inteiramente resolvido com fórmulas feitas fora daqui, mas sim com o estudo local e particular do nosso meio e da gente que o habita. Entretanto, eis aí um problema fundamental, que está na raiz de todos os outros — dos problemas econômicos aos problemas de educação, dos problemas de educação aos problemas políticos e administrativos. (VIANNA. 1938,p45 e 46)

Conhecer a história do Brasil era um desafio necessário para pensar o futuro da nação e da civilização, pois essa construção europeia, “flor delicada dos climas frios”, encontrou em terras brasileiras clima e gentes diferentes daquilo que fundamenta sua existência no velho continente. A civilização é algo construído pelo homem branco, portanto como fazer para construir seus alicerces com um povo formado por raças não brancas? Eis o grande questionamento de Oliveira Vianna, propulsor de todos os seus esforços para entender a sociedade brasileira.

São as mais diferentes raças, para Vianna, fatores preponderantes na formação de um povo. O encontro étnico do qual o Brasil foi palco, é um grande recorte

da obra *evolução do povo brasileiro*, com uma explícita predileção do seu autor pela raça branca, segundo ele a única portadora de civilidade.

Mas os portugueses ao chegarem no Brasil encontram uma população vivendo ainda na idade da pedra, um povo de cultura primitiva, contrastando com aqueles tipos que vinham até aqui em busca de riqueza. Logo se formam dois polos de colonização, um na costa, com os canaviais, e outro no interior com a criação de gado. Cada um desses dois polos terá suas particularidades, mas serão os portugueses os responsáveis por estes empreendimentos, e por lutarem contra os povos selvagens que aqui viviam e não estavam aptos aos moldes civilizacionais a serem implantados:

Forma-se, assim, nesses remotos e vagos "borders" pastoris do período colonial, uma classe de homens enérgicos, cheios de intrepidez e audácia, que representam as qualidades superiores de coragem e força da nova raça em formação. Eles é que resistem ao primeiro ímpeto das vagas da selvageria amotinada: — e são como o quebra-mar, que protege, contra a irrupção do gentio, o trabalho pacífico dos engenhos e das lavouras da costa. (VIANNA. 1938, p 82 e 83)

Para o interior afluirá o tipo superior do português, Vianna tenta desconstruir a visão de que os primeiros portugueses que aqui vieram para colonizar o Brasil eram degradados, para ele esses portugueses também eram representados por uma nobreza, que se estava em decadência na península ibérica, arriscaram tudo com seu alto espírito de aventura e coragem para desbravarem novas terras.

Os indígenas aparecem, assim como ocorre com os outros autores, como sendo hordas de grupos selvagens que tornam-se um empecilho a colonização portuguesa, os invasores são vistos como conquistadores, em uma guerra justificada contra os povos que já viviam no Brasil, por serem superiores, seja culturalmente, seja racialmente, então teriam prevalência sobre o novo território invadido.

No litoral também era necessário a proteção dos engenhos, pois a todo mundo esses indígenas poderiam invadir as terras e colocar em risco os projetos dos senhores lusitanos. Por essa necessidade logo se faz a formação de núcleos de defesa, formados principalmente por mestiços.

Nesse ponto Vianna começa a sinalizar seu projeto de branqueamento do Brasil; eram os mestiços superiores ao índio e ao negro puros. Tanto o negro quanto o índio, raças exóticas para Vianna, não teriam a capacidade de compreender a grandiosidade do que faziam os portugueses, porém os primeiros mestiços que nasciam entre portugueses e índios/negros, por terem também o sangue branco, mesmo não sendo puros, mas tinham uma possibilidade maior de auxiliarem na colonização.

Os aliados dos portugueses eram mestiços, e se os próprios portugueses viraram mestiços em terras brasileiras, o tempo tenderia a resolver esse problema étnico, e o constante “cruzamento” faria com que todos voltassem a ser brancos um dia.

Nesse encontro entre raças, Vianna irá dividir, assim como outros historiadores, os índios que eram submissos, portanto amigos e bons servos dos portugueses, daqueles rebeldes que deveriam ser exterminados:

O índio domesticado, filho da terra e conhecedor dos seus segredos, das suas singularidades, dos seus meandros, dos seus acidentes topográficos, é um auxiliar incomparável dos colonizadores. É seguindo as suas indicações, palmilhando as suas trilhas e utilizando, para a passagem dos rios, as suas “igaras” e “ubás”, que eles penetram o interior do sertão e se orientam no meio da sua imensidade florestosa, seguidos dos seus temíveis exércitos de mamelucos e cabras.

O grande obstáculo, porém, é o índio insubmisso. Este, pugnaz e recalcitrante à expropriação, de que é vítima, tem que ser afastado e repellido e dizimado a tiros de mosquete, a ponta de espada ou a golpes de flecha. Para esta proeza, já o vimos, os colonizadores estão magnificamente preparados. (VIANNA.1938,p.96)

Mesmo com a inferioridade racial, se fosse esse índio submisso, ele poderia ser importante aos portugueses, bem como facilitaria o processo de miscigenação e seu desaparecimento de forma “pacífica”. Mas se ao contrário, o índio se ressurgisse contra os lusitanos, estava justificada a ação violenta, estava justificado o seu extermínio através das armas, o que para Vianna era uma ação magnífica.

A tomada do território ganha ares de uma guerra santa, guerra entre um povo superior, que no fio das suas espadas esbanjas os mais altos valores da civilização, contra povos que são naturalmente inferiores, sem capacidade de construir uma sociedade desenvolvida, e sem a capacidade de sujeitar-se na sua maioria a esse povo que chega para conquistar a terra.

No extremo norte a ação dos jesuítas é de grande importância para pacificar o índio e os portugueses não precisarem da ajuda do mameluco, mestiço de português com indígena, Vianna pouco fala dos padres em sua obra e dos seus processos de catequização, mas quando os cita, reverencia sua ajuda na colonização da terra.

De norte a sul vão os portugueses ganhando território, matando, “domesticando”, fazendo daqueles humanos, que são descritos quase como animais, uma possibilidade de construir uma nova história e um novo povo em terra que estava fadada ao fracasso.

Vianna lamenta que em terra tão fecunda, existisse um povo infecundo, mas vibra com a ideia de que tudo estava mudando. Os bandeirantes, elemento mameluco,

por isso tão relevante, pois em seus sangues corriam genes arianos, invadiam as terras e limpavam-nas dos selvagens, foram os grandes desbravadores do Brasil, os responsáveis pela conquista dos sertões e que abriram espaço para a construção de uma nova civilização.

A segunda parte da obra é dedicada a um estudo detalhado das raças formadoras da sociedade brasileira e seus desenvolvimentos, nesse momento Vianna fundamentará suas ideias de superioridade natural do Branco, frente ao negro e principalmente aos indígenas.

O Brasil era um caso particular no mundo, formado por três raças diferentes e com um grande agravante, duas dessas raças eram exóticas e inferiores, incapazes de evoluírem para tipos mais desenvolvidos. Essa marca multicolor acompanharia o Brasil desde a colonização e lançaria os principais desafios do novo país.

Além das três raças, existiam variantes entre elas, os portugueses dividiam-se em dois grupos, um superior, grupo ariano e outro inferior a esses arianos, por terem se miscigenados com outras raças, mas mesmo assim superiores as raças exóticas. Os índios e os africanos também dividiam-se em sub-raças, umas mais superiores que as outras, porém todas inferiores se comparadas aos europeus.

As pesquisas etnográficas no Brasil recaem em dificuldade de serem realizadas, segundo Vianna, justamente por essa variedade étnica presente entre os “aborígenes”, o que os leva também a terem comportamentos variados durante a colonização, e relacionarem-se de forma distinta com os portugueses. Talvez por isso alguns grupos indígenas tenham se tornado “amigos” e outros não?

O fato é que; segundo as páginas de *evolução do povo brasileiro*, desse encontro entre portugueses e índios, resultou um profundo caos étnico no Brasil:

Esses selvícolas, assim tão diferentes nos seus atributos de ordem física, como nos de ordem psíquica, cruzam-se, nos princípios da colonização, intensamente com os diversos tipos da raça branca dominadora: dólico brunos, traíndo a sua origem ibérica, braquibrunos, denunciando o sangue celta, ou dólico-louros, da poderosa prosápia germânica. por aí já se vê como é revoltoso e confuso o caos étnico, donde vai sair o nosso tipo antropológico e racial. (VIANNA. 1938,p155)

A miscigenação é para Oliveira Vianna um grande mal ao Brasil, mal este pois o branco puro, perde as suas características principais, perde aquilo que o diferencia das outras raças, o lançando a um grau de inferioridade junto aos europeus e fazendo com que o tipo comum brasileiro fosse também um tipo inferior entre as raças.

A dispersão das raças no Brasil, seguirá as vontades do português, branco superior este saberá como melhor aproveitar as características de cada uma das raças existentes aqui no período colonial, tornando mais produtiva as suas possibilidades.

Os indígenas aos poucos vão se tornando raros no litoral, a atividade econômica das lavouras de açúcar exigia um trabalho metódico, quase impossível de ser realizado por índios, as regiões litorâneas vão tornando-se cada vez mais habitadas por negros trazidos da África na condição de escravos, com maiores aptidões para o trabalho agrícola.

Já os sertões, onde as atividades eram em sua maioria de extração ou criação de animais, atividades de caráter nômade e não rotineiro, passam a ser povoados por índios, todos sob o comando dos portugueses, sabendo aproveitar ao máximo aquilo que cada raça lhe proporcionasse.

Para Vianna, toda raça tinha seus tipos eugênicos, puros, o grande problema é que algumas raças eram superiores a outras, então mesmo o elemento mais puro de uma raça inferior nunca chegaria perto de um elemento puro de uma raça superior, por isso negros e índios nunca produziram nada que contribuísse para a formação do Brasil:

Esta é obra exclusiva do homem branco. o negro e o índio, durante o longo processo da nossa formação social, não dão, como se vê, às classes superiores e dirigentes, que realizam a obra de civilização e construção, nenhum elemento de valor. Um e outro formam uma massa passiva e improgressiva, sobre que trabalha, nem sempre com êxito feliz, a ação modeladora do homem de raça branca (VIANNA. 1938,p178)

Mas era Vianna um otimista, afinal sua obra tem como um dos objetivos a redenção do brasileiro junto ao que para ele seria a civilização. Então através da miscigenação, tão mal no início do Brasil, geradora de profundo caos étnico, com o passar do tempo, faria com que os brancos se tornassem vitoriosos, prevalecendo seu sangue sobre o sangue de negros e índios; o Brasil se tornaria branco, todos os problemas da nação seriam resolvidos.

A preocupação inicial do caos étnico, que tanto perturba nosso historiador racista, vai aos poucos diluindo-se, vão tornando-se vaga com o deslumbramento de um Brasil branco no futuro, e para “provar” o que tá sendo dito, são lançadas as suas armas estatísticas:

Grupos étnicos — natalidade % — mortalidade %

Branco — 4,04 — 2,83

Mulatos — 3,67 — 2,75

Índios — 4,04 — 3,70

Pretos — 4,76 — 5,38

Observa-se aí a pequena fecundidade dos mulatos livres e a alta fecundidade dos negros livres. Estes, embora mais fecundos, são mais trabalhados pelas seleções patológicas, que elevam o seu índice de mortalidade acima dos de todas as outras raças. Em confronto com o branco e o mulato, o índio, posto em meio civilizado, é inferior, como se vê, em resistência biológica. Isto nos faz compreender o porquê da rápida destruição daquela parte da população indígena, que, nos primeiros tempos coloniais, estava adstrita ao trabalho agrícola nos latifúndios: sujeito à disciplina de uma civilização superior, o índio sucumbe rapidamente, não tão rapidamente quanto o negro, mas muito mais do que o mulato e o branco. (VIANNA. 1938,p.203)

Segundo Vianna, esses dados seriam de 1821, o que para ele simbolizaria de forma muito clara positiva o processo de branqueamento do Brasil. Quanto aos índios eram estes os mais inferiores das raças existentes aqui, portanto os que tinham um menor grau de fecundidade e aqueles que desapareceriam primeiro, aliás já estavam quase extintos.

Mas nem tudo eram lindas e cheirosas flores nesse jardim genético brasileiro, Oliveira Vianna ressentia-se dos “cruzamentos” entre os seres humanos serem irracionais, para ele tudo seria mais simples, se as pessoas cruzassem em um laboratório, como se fossem gados, para Oliveira Vianna o problema das relações sexuais entre as pessoas, que ele insiste em chamar de cruzamento, era um problema de zootecnia, que colocava em risco as raças superiores:

O cruzamento das raças humanas é um problema de zootécnica, como o cruzamento das raças animais, a bovina, a ovina, a cavalariça, ou qualquer outra; as leis que regem este aplicam-se inteiramente ao cruzamento humano. Simplesmente, o cruzamento humano se faz sob o regime da panmixia; ao passo que o cruzamento das raças domésticas se faz, em regra, sob o regime da seleção, racionalmente conduzida e disciplinada. Ora, nos cruzamentos animais, sabe-se como se pode "enxertar" numa raça inferior, pouco a pouco, os característicos e as qualidades de uma outra raça superior, de maneira a formar, por seleções sucessivas, um novo tipo étnico, que, embora de origem espúria, possua os atributos mais excelentes da raça superior. Há, por isso, na classe dos animais puros, a dupla categoria dos "puros por pedigree" e "puros por seleção". Estes, é claro, não são puros realmente, porque é uma regra, em zoologia como em antropologia, que "sangue cruzado não se torna puro"; de modo que quaisquer descuidos ou erros de seleção podem abrir ensanchas aos retornos atávicos, capazes de reconstruir o tipo da raça inferior.

Nos cruzamentos humanos, esses retornos atávicos são muito comuns, porque o cruzamento entre os homens não obedece a nenhum critério racional. daí um perpétuo fieri no seio da nossa massa mestiça, onde os tipos que propendem para as raças bárbaras renascem (VIANNA. 1938,p.207)

Tudo seria mais simples pra Oliveira Viana, se a escolha dos parceiros sexuais entre humanos, ocorresse da mesma forma que um cientista coloca boi e vaca pra cruzar em um curral, os Brancos superiores deveriam cruzar com as raças inferiores e as subjugar e exterminar através da genética.

Mas como sempre, nem tudo estava perdido para Oliveira Vianna, como em toda obra ele vai se mostrar otimista, pois mesmo com as raças inferiores “cruzando” entre si e fazendo com que as suas características prevalecessem em alguns indivíduos, os brancos acertadamente ao tomarem como parceiros elementos dessas raças mais baixas, tomariam aqueles que tinham as melhores características, fazendo com que com o branqueamento não fosse de todo interrompido, apenas um pouco mais demorado:

Para essa preponderância dos caracteres arianos nos tipos mestiços, as seleções sexuais concorrem também como uma ação inestimável. Tendo de cruzar-se com raças bárbaras, que absolutamente não primam pela beleza, os brancos procuram os exemplares menos repulsivos e que mais se aproximam do seu tipo físico. Daí, no seu cruzamento com índias e negras, darem eles preferência àquelas cujos característicos antropológicos estão mais em consonância com o seu ideal de beleza. Em relação ao tipo negro, por exemplo, já vimos que os colonos brancos têm particular atração pelas negras de raça "mina", porque estas, como as "fulas", as "felanins", as "achantis", estão entre as mais bem dotadas no ponto de vista da beleza plástica: a cor não tem o negro retinto de certas tribos, mas um matiz agradável, tirando mais para o azeitona ou o bronze; os traços da fisionomia são mais harmoniosos e puros. Por outro lado, quando eles têm que escolher entre a negra e a mulata, escolhem esta última, porque está mais próxima do seu tipo, o que faz o austero Antonil dizer que o Brasil "é o inferno dos negros, o purgatório dos brancos e o paraíso dos mulatos e mulatas". Esta predileção dos colonos brancos pelas mulatas e caboclas, durante o período colonial e mesmo na atualidade, tem uma função superior na evolução da nossa raça, porque opera como um agente incomparável de aceleração no processo de clarificação do nosso tipo nacional. (VIANNA. 1938, p210 e 211)

A história escrita Por Oliveira Vianna, é uma história essencialmente racista, com um estilo que em nada explora fatos e acontecimentos relacionados a presença indígena na formação do Brasil, mas sim apenas a sua inferioridade racial, junto aos negros.

Das representações por nós identificadas nessa pesquisa, a que traz de forma mais explícita uma negatividade acerca dos indígenas, é a construída por Oliveira Vianna, inclusive trazendo no seu bojo um projeto de extermínio desses povos, e regozijando-se em acreditar que esse processo já estava em curso e logo se completaria, com os brancos arianos dominando o Brasil.

#### 4 ESPECTROS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E OS DIREITOS HUMANOS INDÍGENAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

*Depois da Guerra vão nascer lírios nas pedras, grandes lírios cor de sangue, belas rosas desmaiadas. Depois da Guerra vai haver fertilidade, vai haver natalidade, vai haver felicidade. Depois da Guerra, ah meu Deus, depois da Guerra, como eu vou tirar a forra de um jejum longo de farra!*

*Vinícius de Moraes*

Ao analisarmos as representações construídas por alguns clássicos da nossa historiografia, no que diz respeito aos povos indígenas do Brasil, chegamos a conclusão que de uma maneira geral, essas representações não correspondem aos anseios contemporâneos desses povos. Aquilo que hoje é reivindicado pode correr risco enquanto essas representações existirem, sejam em produções científicas, sejam no senso comum.

Essas representações não ficaram restritas as obras clássicas, pois até pouco tempo essas obras serviram como referência a livros didáticos, além de produções artísticas e de entretenimento, sendo diretamente construtores do imaginário popular e reproduzidas por representantes oficiais do governo brasileiro.

As falas do presidente eleito em 2018, Jair Messias Bolsonaro, em desrespeito as lutas e conquistas indígenas, coloca em risco o que até hoje foi garantido por lei. No dia 12 de dezembro de 2018, em seu canal no youtube, o presidente recentemente eleito fala que os índios são seres humanos iguais a nós, e que estes índios não podem ficar restritos a reservas florestais, tratados como homens pré-históricos, o presidente diz abertamente que quer ver os índios integrados a sociedade, e ainda diz que conhece alguns índios de verdade que querem essa integração ao invés de estarem atrapalhando o desenvolvimento da nação.

Para Jair Bolsonaro, as reservas indígenas podem ser espaços ideais para construção de hidroelétricas, que as reservas indígenas devem ter suas riquezas exploradas, segundo ele exploradas pelos próprios índios para que estes gerem riquezas a nação, e deixem de ser apenas um peso morto utilizando dinheiro público.

As licenças ambientais e os índios, são um grande problema para o país, destaca o presidente, problema porque impedem o desenvolvimento da nação, o seu projeto é um projeto de integração dos índios a uma pretensa comunidade nacional, o que coloca em risco algumas das principais reivindicações indígenas, que já foram por nós pontuadas; direito a terra, autodeterminação e valorização da cultura indígena.

A nova postura do governo federal, fere a constituição brasileira, que em seu artigo 231, traz os direitos aos povos indígenas sobre as suas terras, direitos econômicos e religiosos, já que essas terras tem além do valor material um forte valor simbólico.

A partir do momento que o governo passa a ter como fim a utilização dessas terras com objetivos unicamente econômicos, o sentido religioso a elas empregado pelos povos indígenas, perde significado e deixa de ser considerado por parte de representantes do governo.

As falas do novo presidente, se na segunda década do século XXI, soam como estapafúrdias, ao olharmos alguns clássicos da nossa historiografia, veremos que até o início do século XX, seriam estas declarações facilmente aceitas, o que faz com que nossa ideia seja confirmada, quanto ao pensamento clássico por nós aqui analisado não ter ficado restrito a uma determinada temporalidade e ter ainda fortes ressonâncias em nossos dias, encontrando eco inclusive no presidente da república.

Uma política indigenista perpetrada pelo novo governo, a partir da fala do presidente, coloca em risco total a autodeterminação das nações indígenas. A partir do momento que o governo busca explorar as riquezas existentes em suas terras, em desacordo com os interesses expressos por estes povos.

A autodeterminação dos povos, como vimos no primeiro capítulo, é um direito assegurado não apenas pela constituição federal de 1988, mas também por documentos resultantes de convenções internacionais, como a convenção 169 da OIT e a própria declaração universal dos direitos humanos.

Entretanto, esse risco a autodeterminação, é o mesmo que se encontra em *história geral do Brasil*, quando Varnhagen defende que os índios poderiam tornarem-se civilizados, poderiam se integrar a vida nacional, que para ele, assim como para Bolsonaro, a vida nacional resume-se a um padrão europeu de convivência e exploração da terra.

Se para Varnhagen foi o português o grande redentor dos índios durante o período colonial, o presidente brasileiro eleito em 2018, coloca o próprio estado

brasileiro como sendo esse redentor, o que irá fazer com que os índios saiam da idade da pedra, palavras de Bolsonaro, para serem integrados a sociedade brasileira.

O que não é levado em consideração, é o princípio tão defendido por todas as nações indígenas da autodeterminação dos povos, do direito que cada povo deve ter em tomar as decisões mais importantes com relação a sua comunidade e ao espaço territorial no qual habitam.

A inaptidão do índio a civilização moderna, ponto comum entre todos os historiadores por nós analisados, fica também explícito nas falas do novo chefe do executivo nacional. Por si só estes povos são anti-modernos, são a antítese de uma civilização capitalista que tem como fim a exploração das riquezas para produzir mais riquezas.

Por isso, para Jair Bolsonaro, a importância do estado enquanto garantidor dessa integração a comunidade nacional, garantidor das possibilidades dos povos indígenas superarem seus modos de vida tradicional e tornarem-se índios aptos a civilização, índios que convivem e apoiam a exploração mineral dentro das suas reservas ou o desmatamento das florestas, por exemplo.

As falas do presidente, também reatualizam a dicotomia de índios amigos x índios inimigos, mas desta vez como índios de verdade x índios de mentira. Seriam os índios de verdade apenas aqueles que estão presos a um estereótipo construído historicamente, e com forte participação dos autores por nós estudados nessa construção.

Os índios de verdade seriam os índios mais próximos da natureza, tal qual como Capistrano os apresenta, aproximando-se de um acidente geográfico do Brasil ou espécie rara da fauna e da flora. Os índios que não se enquadram nesse estereótipo, seriam os índios inimigos.

A negação dessa identidade indígena, é utilizada desde o século XIX, como uma estratégia para que a expansão agrícola no Brasil, tomasse os territórios pertencentes aos índios, pois se a mão de obra indígena foi durante o período colonial a principal forma de explorar esses povos, desde a independência do Brasil e principalmente com o fim da escravidão, a cobiça pelas terras tornaram-se a principal ameaça aos indígenas brasileiros (Silva, 2016)

Se durante a colônia e o império, ser índio inimigo era lutar contra os interesses dos portugueses ou do estado imperial brasileiro, em pleno século XXI o índio inimigo é aquele que não se apresenta mais como uma espécie natural e mesmo assim luta

por direitos específicos, porque se autoreconhece diferente da comunidade padrão, ao mesmo tempo que tem também os mesmos direitos dessa comunidade, por ser também pertencente a ela.

O índio de verdade, é o que vive nas matas, mas aceita de bom grado que suas terras sejam invadidas, que suas riquezas sejam saqueadas, o índio de verdade para o governo brasileiro é aquele que deseja a chegada de um “salvador”, o estado nacional, para que tornem-se aliados e possam juntos produzir riqueza dentro de uma lógica capitalista. Qualquer projeto indígena que fuja disso, é um projeto de falsos índios, portanto índios inimigos.

O direito à terra, uma das principais reivindicações contemporânea dos nossos índios, por tudo que dissemos anteriormente fica totalmente em risco. Da mesma forma que os clássicos da nossa historiografia veem como sendo normal a invasão portuguesa e o massacre dos povos indígenas do período colonial junto com sua expulsão dos territórios, a fala do presidente também normaliza a invasão as reservas indígenas atuais.

Uma grande perda para os povos indígenas, foi a retirada do direito da FUNAI em demarcação de terras, passando para o ministério da agricultura, comandado pela ruralista Teresa Cristina. Com as atribuições sob responsabilidade dos ruralistas, que tem interesse direto nas terras indígenas, os jogos políticos e de poder, fazem com que a constituição seja negada, no que diz respeito a garantir aos povos indígenas a posse das terras por eles habitadas.

Ao dizer que os índios vivem confinados, como se estivessem na idade da pedra, passa a ser legitimado um processo de neocolonização, onde a princípio não é negado que os índios possam viver em seus territórios, mas desde que a lógica de ocupação destes territórios passe a ser uma outra lógica que não a ocupação desejada pela maior parte dos seus habitantes.

Esse lamento também é visto em *evolução do povo brasileiro*, quando nos diz Oliveira Vianna, que habitando terras extremamente fecundas, os índios não conseguiam produzir nenhuma riqueza que fosse compatível com a civilização construída pelos europeus.

Assim também, o direito à terra passa a ser desrespeitado, quando os princípios que guiam a sua ocupação deixam de ser os princípios construídos através da tradição indígena, passando a ser princípios exteriores aos seus. Ora, os senhores de engenho não quiseram a priori expulsar os índios do território, mas sim utilizar sua

mão de obra para interesses lusitanos, o mesmo podemos dizer quando o presidente defende que os índios podem continuar nas suas terras, mas desde que estejam dispostos a desmata-las e vender as suas riquezas, dentro de uma lógica de produção que não seja a sua.

Assistimos também a uma negação da pluralidade cultural indígena, quando tomamos critérios únicos para reconhecer quem é índio ou não, como estar mais próximo de uma “vida natural”, ou quando os projetos do governo tratam todos os povos a partir de uma mesma referência, não levando em consideração as idiosincrasias de cada povo.

Outra preocupação atual, com relação ao direito dos povos indígenas em manterem suas culturas, são as falas e postura da Ministra Damares Alvares, responsável pelo ministério da mulher, família e Direitos Humanos. Pautado em um pensamento religioso fundamentalista, das igrejas evangélicas, movimentos indígenas enxergam com receio as ações da ministra, inclusive pela acusação de uma criança indígena, uma menina da aldeia Kamayura, situada no Xingu, ter sido por ela raptada. (Revista fórum, 2019)

Em matéria da revista fórum, de 09 de janeiro de 2019, é vinculada a fala de um representante indígena, Karai Popygua, liderança Guarani da Terra Indígena Jaraguá, em protesto contra o novo governo, pedindo auxílio de grupos nacionais e internacionais na luta por seus direitos:

Pedimos apoio de toda a comunidade internacional, de pessoas ligadas aos Direitos Humanos, que possam ajudar a barrar essa medida de entregar a Funai para os evangélicos, para os ruralistas e causar um verdadeiro massacre, um etnocídio nos territórios indígenas do Brasil”, diz Karai Popygua, liderança Guarani da Terra Indígena Jaraguá. (REVISTA FÓRUM, 2019)

Ou seja, o ministério responsável pelos Direitos humanos, que deveria ter como uma de suas prioridades a promoção da dignidade aos povos indígenas, transformou-se em um trincheira de violências contra esses povos, e em um órgão federal que desrespeita os direitos conquistados historicamente pelas nações indígenas brasileiras.

Em matéria da folha de São Paulo, de 15 de dezembro de 2018, o jornal traz a tona denúncias contra a ONG Atini, fundada justamente pela ministra por nós citada. As denúncias dizem respeito a exploração sexual de crianças e sequestros.

Para ter acesso as aldeias indígenas e apoio da população, a ONG se utiliza de um discurso referenciado em supostas práticas de infanticídio, colocando em curso uma agenda evangelizadora e de desrespeito as tradições indígenas.

O infanticídio que por ventura ainda possa ocorrer entre um minoria de povos indígenas é um tema bastante polêmico, que não pode ser generalizado. Entretanto denúncias mostram que se tornou apenas um pretexto para que outros elementos pertencentes a diversidade de várias nações indígenas, fossem colocados em risco.

Essa pluralidade também é negada nos clássicos por nós analisados, pois podemos ver que o índio quase sempre é tratado de forma genérica, no máximo divididos entre “tupis” e “Tapuias”, mas quase nunca sendo levado em consideração questões particulares.

Nas mais variadas linguagens atuais, ao se referirem aos índios, identificamos essa mesma generalização, seja em produções para televisão, cinema, teatro, artes plásticas, etc. a representação que fica para quem frui dessas linguagens é a de que todas as nações indígenas são iguais, reforçando os preconceitos e estereótipos.

Com isso temos uma desvalorização das culturas indígenas na sua total complexidade, nos limitando a crer que apenas um certo tipo de índio, aquele que povoa o imaginário nacional, é que deve ser considerado enquanto condição básica para o reconhecimento do indígena enquanto tal.

A APIB (Associação dos povos indígenas do Brasil), protocolou uma carta, após tentar audiência com a equipe de transição do governo no final de 2018, classificando as declarações do presidente eleito de “preconceituosas, racistas e integracionistas”. (Revista Globo Rural, 2018)

Isso apenas confirma o clima de preocupação que ronda os povos indígenas brasileiros, ao verem os seus direitos conquistados, entrarem em uma fase de riscos, sendo necessário o fortalecimento contínuo de suas lutas.

A reportagem segue com o seguinte texto:

Na carta, a APIB afirma que as atitudes do governo colocam em risco os indígenas, como “abrir nossos territórios tradicionais aos interesses do agronegócio, da mineração da construção civil e de outros empreendimentos de impacto socioambiental. E acusa o novo governo de “pretender impor, autoritariamente e sem ouvir nossa voz, outro modelo de vida aos povos indígenas, destinado a suprimir nosso direito fundamental a uma identidade étnica e cultural diferenciada. Valéria Paye, da coordenação da entidade indígena, diz que no Ministério dos Direitos Humanos o processo de demarcação de terras indígenas deve ser prejudicado. Ela teme também a forte influência que as igrejas evangélicas deverão ter nas aldeias indígenas com a nomeação da pastora Damares Alves como ministra dos Direitos Humanos, Família e Direitos da Mulher. (REVISTA GLOBO RURAL, 2018)

Os pontos por nós destacados nessa pesquisa, ficam bastante claros com a fala da liderança indígena na reportagem anterior, fazendo referência ao risco que esses povos correm de terem suas culturas e territórios preservados e o direito a diferenciação étnica, ao serem questionados por membros do novo governo e uma parcela da população nacional.

Outra representação bastante presente nos clássicos por nós estudados, é a do índio que não consegue trabalhar. Pra Freyre o índio falhou, para Varnhagen o índio ainda um ser primitivo precisaria evoluir para o trabalho moderno, Capistrano ver o índio como indolente, Sérgio Buarque ver o índio, assim como o português, com um perfil psicológico inapto ao trabalho metódico, e Oliveira Vianna, a partir de teorias racistas, como sendo os indígenas pertencentes a uma raça inferior, incapaz de viver a lógica impetrada pela civilização.

O vice presidente da república, general Hamilton Mourão, ainda na condição de candidato, em uma das suas primeiras agendas de campanha, ao falar sobre o subdesenvolvimento dos países da América Latina, disse que o Brasil herdou a cultura de privilégios dos ibéricos, a indolência dos índios e a malandragem dos africanos. Analisando essa fala a partir do que trouxemos até agora, o que foi dito pelo general Hamilton Mourão, encontraria ressonância em clássicos da nossa historiografia. (Estadão, 2018)

A visão do índio preguiçoso, representação corriqueira em nosso senso comum, é construída também por nossa historiografia. O índio não estava disposto, segundo alguns historiadores, a trabalhar, a produzir, a fazer com que as suas terras pudessem ser o local de elaboração de atividades que levassem a uma riqueza do tipo capitalista. Por isso para Freyre, os índios brasileiros eram a população mais rasteira do continente americano, pois comparada a outras população, nada de maior requinte havia sido aqui produzido.

Quando um representante do poder público brasileiro, em algum momento reproduz esses estereótipos, fica claro o quanto as representações historiográficas, saem dos seus espaços primeiros e tomam a sociedade, contribuindo diretamente pra forma como as pessoas enxergam o objeto representado.

A representação mais forte que nos fica, e age diretamente sob as políticas indigenistas, a forma como os brasileiros enxergam os índios e a defesa dos seus direitos, é a de que estariam todos esses povos em processo de desaparecimento.

Seja por serem raças inferiores, ou por terem uma cultura inferior, os índios não poderiam sobreviver aos avanços históricos. Os clássicos levam em consideração apenas um caminho possível a ser tomado pela civilização, caminho este que destinaria as nações indígenas ao desaparecimento, seja pelo extermínio ou pela integração, o Brasil não poderia proporcionar as condições para que os mais diferentes povos continuassem a existir quando se completasse seu processo de modernização.

Essa visão persiste, quando a população tem dificuldade em reconhecer a luta dos povos indígenas por direitos específicos, crente de que estes povos não existem mais, pois no senso comum busca-se ainda o índio circunscritos as matas, portanto qualquer comunidade indígena que tenha seguido seus próprios caminhos de desenvolvimento em contato com culturas não indígenas, penam para serem reconhecidos como índios pela maior parte da população brasileira.

Essa historiografia clássica precisa ser rompida pelos povos indígenas contemporâneos, os direitos humanos ficam em risco, quando uma ampla produção de conhecimento, legitimada por espaços científicos, colabora para o desrespeito e a violação de direitos de comunidade específicas, principalmente por todo poder de construção do imaginário popular que resulta dessas representações.

Ou seja, a importância de romper com essa historiografia clássica, não resulta unicamente de uma preocupação epistemológica, mas como estamos salientando, também por negar a humanidade aos povos indígenas, por ferirem seus direitos básicos.

Todas essas falas e arbitrariedades podem encontrar eco em uma literatura historiográfica, considerada até hoje referência para professores e estudantes. Se em Varnhagen há um elogio a evangelização dos índios e o histórico da ministra Damares Alves é de defender esses processos de evangelização, corremos o risco de ver o conhecimento histórico tornando-se base para políticas contrárias aos direitos humanos.

No Brasil já temos um forte histórico de negação da importância dos direitos humanos, alimentado por um senso comum que relaciona direitos humanos a direitos de bandidos, não sendo capaz de enxergar os avanços civilizatórios resultantes da declaração de 1948.

Cada vez mais é necessário que haja um fortalecimento da luta indígena em nosso país, para que as conquistas tidas até hoje sejam ao menos preservadas, e que

outras possam vir a acontecer. As novas pesquisas históricas, que rompem as visões dos clássicos, são de suma importância nesse sentido, pois possibilitam a desconstrução de representações pejorativas, trazendo novos elementos ao imaginário popular.

#### 4.1 AS NOVAS VERTENTES DA HISTORIOGRAFIA INDÍGENA E OS DIREITOS HUMANOS

As mudanças paradigmáticas pelas quais a história passou a partir da década de 1960, possibilitaram que um novo olhar fosse lançado sobre as temporalidades históricas dos indígenas brasileiros, contribuindo para que muitas das antigas visões começassem a ser paulatinamente superadas.

Essas novas epistemologias historiográficas, influenciadas por pensadores como Michel Foucault, Edward Thompson, e escolas historiográficas como a *nouvelle-histoire*, fizeram com que historiadores retornassem a antigos temas, buscando novas formas de os compreender, com um olhar menos eurocêntrico e uma história vista não apenas a partir dos vencedores. (Aranha, 1998/1999)

Também intensificou-se um maior diálogo entre a história e a antropologia, com forte predileção de pesquisas dentro da seara da história cultural, passando a serem ouvidos atores e processos históricos até então relegados a um segundo plano, o que será importante para a elaboração de uma nova história indígena.

Paralelo a tudo isso o movimento indígena foi cada vez mais tornando-se um movimento mais organizado a nível nacional, possibilitando melhores estratégias de luta para os mais diferentes povos, o que vai culminar na luta e conquistas de direitos presentes na constituição de 1988:

O movimento em prol dos direitos históricos dos índios tem avançado muito. De fato, tem-se assistido nos últimos anos uma proliferação de novas organizações indígenas e indigenistas no Brasil. São novas não apenas em termos de sua formação recente, mas antes em função de suas novas características políticas, refletindo o movimento mais geral da organização da sociedade civil, porém representando igualmente uma ruptura especialmente forte com um longo passado de dependência no estado, que remonta aos primórdios da colonização portuguesa na América (MONTEIRO, 1993, p223)

Todo esse movimento promissor ao povos indígenas, foram proporcionando caminhos para que povos antes vistos como primitivos, passassem a ser vistos dentro de um movimento histórico específico, do qual seguiram seus próprios caminhos, para além dos caminhos tidos como os ideais de uma cultura eurocêntrica.

Sendo assim os índios passaram a ser vistos também na condição de agentes históricos, e não apenas como vítimas passivas da história. Na construção do Brasil enquanto nação, foram também os índios partícipes diretos, exercendo protagonismo e não apenas coadjuvantes da ação colonizadora europeia:

Por má consciência e boas intenções, imperou durante muito tempo a noção de que os índios foram apenas vítimas do sistema mundial, vítimas de uma política e de práticas que lhes eram externas e que os destruíam. Essa visão, além de movida pela metrópole, pelo capital, só teria nexos em seu epicentro. A periferia do capital era também o lixo da história. O resultado paradoxal dessa postura “politicamente correta” foi somar a eliminação física e étnica dos índios sua eliminação como sujeitos históricos. (CUNHA, 2012 p22)

Para Manuela Carneiro da Cunha, essa visão dos índios serem apenas vítimas da história, por mais que tivesse boas intenções, por parte de alguns, retiravam todo o protagonismo que estes povos tiveram, levando a crer que de fato suas culturas eram inferiores, ao ponto de não conseguirem não sequer resistir.

Essa ideia dos indígenas enquanto vítimas da história, não é necessariamente a presente nos clássicos por nós estudados, já que para alguns como Oliveira Vianna e Varnhagen, o processo de desaparecimento dos índios era algo inevitável, e se os portugueses para eles não eram algozes, então os índios não eram vítimas.

Mas para outros pesquisadores, como Darcy Ribeiro, que não chegamos a analisar, os índios foram vítimas de um povo conquistador, que os dizimou quase que por completo. Quando se defende a tese de que não foram os índios vítimas, com isso não se quer dizer que o processo de colonização não tenha sido violento, mas sim que os próprios índios não se enxergam na condição de vítima e sim na condução de um povo que sofreu com as suas próprias escolhas:

A gênese do homem branco nas mitologias indígenas difere em geral da gênese de outros “estrangeiros” ou inimigos porque introduz, além da simples alteridade, o tema da desigualdade no poder e na tecnologia. O homem branco é muitas vezes, no mito, um mutante indígena, alguém que surgiu do grupo. Frequentemente também, a desigualdade tecnológica, o monopólio de machados, espingardas e objetos manufaturados em geral, que foi dado aos brancos, deriva, no mito, de uma escolha que foi dada aos índios. Eles poderiam ter escolhido ou se apropriado desses recursos, mas fizeram uma escolha equivocada. (CUNHA, 2012, 24)

Portanto uma nova historiografia, que escuta os mitos indígenas e os considera fontes tão importantes quanto as fontes escritas, graças em muito aos diálogos com a antropologia, pode construir interpretações nas quais são exploradas as próprias visões que os índios tem de si, sendo em muitos casos visões nas quais eles não se colocam como vítimas do processo de colonização.

O espaço reservado aos índios em uma historiografia contemporânea, deve ter por base a interdisciplinaridade, onde historiadores em diálogo com outras disciplinas como a antropologia, pode debruçar-se sobre novas formas de enxergar os processos históricos desses povos e suas autonomia nesse processo.

Ou seja, uma história indígena que busque romper com os estereótipos clássicos, não pode ser uma história na qual os índios apareçam apenas quando ocorrer o contato com os europeus e sob a visão desses europeus, mas sim a partir das suas próprias sociabilidades internas.

Outro fator relevante nessas novas abordagens historiográficas, resulta do não desaparecimento dos povos indígenas, ocorrendo justamente o inverso o aumento da população indígena no Brasil, o que contraria as principais teses do historiadores do século XIX e século XX.

Esses novos dados levam a pensar quais os critérios para se estabelecer quem de fato é ou não índio. Buscando-se saídas para a visão de que a definição de índio resultava em uma determinada expressão cultural específica, muitas vezes expressão cultural essa tomada por critérios estáticos no tempo, sem levar em consideração a dinâmica presente nas sociedade humanas:

Com base nos trabalhos de Max Weber e, mais recentemente, de Frederick Barth, os estudos atuais sobre etnicidade já não consideram a cultura como elemento definidor de grupo étnico. Ao invés disso, priorizam suas dimensões políticas e históricas. (ALMEIDA, 2010. p24)

As questões políticas e históricas, passaram a ter um peso maior em determinar a identidade indígena, ou seja, ser índio não é ostentar determinados símbolos culturais, mas sim compartilhar de uma mesma experiência social e política, como no caso dos índios do Brasil a luta pela terra, que tem início desde o período colonial estendendo-se até hoje.

Essas novas pesquisas, em diálogo com os movimentos indígena e indigenistas, trazem à tona uma revisão da historiografia clássica, contribuindo para a luta dos povos e possibilitando a escrita de uma história também a partir dos anseios das mais variadas nações indígenas.

Cada vez mais é importante que novas pesquisas ganhem corpo no Brasil, pois como vimos, a levar em conta a fala do presidente e vice presidente da república, o pensamento ainda presente no senso comum e nos órgãos oficiais do atual governo, é um pensamento totalmente em desacordo com o que dizem a maior parte dos

historiadores contemporâneos, bem como em desacordo com os projetos dos movimentos indígenas.

Algumas pesquisas que podemos citar nessa nova produção acerca do passado indígena, são as contribuições de John Monteiro, um dos mais importantes historiadores da nova história indígena, ao lado de Maria Regina Celestino de Almeida, Edson Silva, nos estudos sobre os povos indígenas do Nordeste e da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha. Outros trabalhos como o do jornalista Rubens Valente, que pesquisa sobre a resistência indígena durante a ditadura militar, também são importantes, ao trazer para um grande público momentos referentes a luta dos índios em períodos recentes da nossa história, mostrando que esses povos não ficaram circunscritos ao período colonial.

Os debates legais sobre as questões indígenas no Brasil, passam sempre pela questão da identidade indígena, forçando muitas vezes os indígenas a terem um comportamento a partir dos estereótipos que se esperam deles, ou então na invocação de fazendeiros alegando que determinados povos não são indígenas, por não se encaixarem nesses estereótipos. (Cunha, 2012)

O conhecimento do passado, passa a ser nas condições atuais, um mecanismo de luta e garantia dos direitos humanos, tanto para os índios, que passam a se reconhecer em uma nova história, da qual podem ser protagonistas, como também para que o restante da sociedade, os não índios, possam reconhecer o lugar ocupado por esses povos na história do Brasil e os seus direitos, muitos inclusive já garantidos na constituição federal, mas ainda em partes negados.

Podemos dizer que essas novas formas de contar a história indígena, faz parte de um embate narrativo, onde outras visões distintas das narrativas clássicas, podem proporcionar espaços de luta e emancipação para povos que foram historicamente explorados:

O poder de narrar, ou de impedir que se formem e surjam outras narrativas, é muito importante para a cultura e o imperialismo, e constitui uma das principais conexões entre ambos. Mais importante, as grandiosas narrativas de emancipação e esclarecimento mobilizaram povos do mundo colonial para que se erguessem e acabassem com a sujeição imperial; nesse processo, muitos europeus e americanos também foram instigados por essas histórias e seus respectivos protagonistas, e também eles lutaram por novas narrativas de igualdade e solidariedade humana. (SAID, 1995, p80)

Dentro dessa lógica, um conceito chave para entendermos a emergência de uma nova narrativa sobre os povos indígenas, e mesmo o surgimento de novos povos que até pouco tempo não eram considerados indígenas, fenômeno esse ocorrido

principalmente na região nordeste, é o conceito de etnogênese, que caracteriza a nascimento de uma nova etnia, mantendo uma certa continuidade com povos do passado, mas ao mesmo tempo surgindo com novas idiossincrasias:

No plano qualitativo, o central é o fenômeno do surgimento de novas identidades indígenas, produto da instância política, calcada em fatores históricos e não em consequência de diferenças culturais prévias. A maioria dos 23 atuais povos indígenas do Nordeste resulta de processos caracterizados como “etnogêneses” iniciados nesse século, não apresentando com isso continuidade com antigos relatos de viajantes e missionários, e, muitas vezes nem mesmo com a literatura antropológica das primeiras décadas do século XX. (ARRUTI, 1995, p86.)

Portanto a ênfase desloca-se da perspectiva de continuidade, para reinvenção étnica, possibilitando o surgimento de vários povos que foram silenciados durante anos das produções acadêmicas.

Nessa perspectiva de pesquisas históricas baseadas em novos paradigmas epistemológicos, é de grande importância pensarmos o ensino de história indígena no Brasil, pois a escola é um dos principais espaços onde essas novas pesquisas entram em contato com a população.

A lei 11.465/08, sancionada por Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente da república, torna obrigatório o ensino da história e cultura indígena em escolas do Brasil. A lei é importante para que as novas gerações sejam educadas em um espaço de respeito a diversidade indígena, garantidor dos direitos já conquistados e fortalecendo as lutas atuais.

A lei de 2008 não é resultante de uma reivindicação recente dos povos indígenas brasileiros, desde muito que grupos étnicos indígenas e negros, lutam para que as escolas se tornem um espaço de combate ao racismo, trabalhando esses temas com toda a sociedade:

Uma das grandes preocupações dos movimentos sociais negros e indígenas na atualidade é a inclusão dos assuntos africanos, afro-brasileiros e indígenas no currículo escolar e, diferentemente do que nos é mostrado, não se constitui enquanto uma mobilização recente. Para exemplificar Grupioni (2004) assinala que, já em 1989, professores indígenas concluíram no documento final do I encontro estadual de educação indígena do Mato Grosso que, “a sociedade envolvente deve ser educada no sentido de abolir a discriminação histórica manifestada constantemente nas relações com os povos indígenas (SILVA, 2016, p46)

Para que essa lei tenha de fato os seus objetivos realizados, é preciso que pensemos também a formação dos professores de história, pois as licenciaturas precisam dar uma estrutura básica de currículo para que os novos professores que venham a exercer a docência, estejam fundamentados nas novas pesquisas acerca dos povos indígenas do Brasil:

É imprescindível a inclusão de uma história indígena nos currículos das licenciaturas em História, já que esta discussão passa longe de boa parte dos conteúdos dos nossos cursos, limitando-se na maioria das vezes, em tratar da presença indígena apenas no âmbito da conquista para depois desaparecer nos contextos seguintes contribuindo para o entendimento de que essas populações foram “exterminadas” no processo de conquista e colonização “assimiladas” nos séculos posteriores via mestiçagem. Só a título de breves exemplos, toda a discussão que envolve a formação do estado nacional, o governo Getúlio Vargas e a chamada “marcha para o oeste”, bem como o contexto da ditadura militar, para ficar apenas em conteúdos tradicionalmente trabalhados nos cursos de História, são feitas via de regra, sem sequer mencionar a questão indígena. (JESUS, 2016, p 49)

A lei 11.645/2008, se insere em um grande debate de direitos humanos, resultante do final da segunda guerra mundial, marcada por grandes crimes contra determinadas etnias. (Silva, 2016) Portanto a lei leva em consideração o conhecimento do passado, como uma forma de promover uma cultura de paz entre os mais diferentes povos, promovendo dignidade humana e possibilitando que atrocidades ocorridas no passado não venham a se repetir.

A lei por nós citada, age justamente enquanto uma política valorativa, que busca construir nas novas gerações o respeito as diversidades culturais existentes no país, construindo uma nação de respeito as pluralidades etnicorraciais.

Com a postura do novo governo federal, por nós já discutida, esperamos que o ensino da história indígena também não entre em risco, visto que projetos como o escola sem partido, que busca censurar a atividade docente no Brasil, coloca em xeque um ensino que promova igualdade étnica e políticas de Direitos Humanos a povos que historicamente sofrem perseguição.

Como já dissemos antes, a importância dessas novas pesquisas historiográficas, não ficam restritas as demandas acadêmicas, mas sim enquanto defesa dos direitos humanos, defesa da dignidade de povos que historicamente foram explorados, expulsos de suas terras, e marginalizados na sociedade brasileira.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho por nós percorrido, buscou identificar quais as representações construídas a partir de alguns clássicos da historiografia brasileira, acerca dos nossos povos indígenas. Partindo da ideia de que o conhecimento histórico, é por si só uma representação, já que o objeto de estudo do historiador é um objeto ausente, ou seja, atingido apenas a partir de vestígios do passado, aquilo que os historiadores produzem não vem a ser necessariamente uma verdade absoluta, mas sim uma representação dos fatos.

Essa representação no entanto, acaba por se tornar a forma pela qual o objeto descrito passa a ser visto, então quando os historiadores clássicos constroem uma representação dos povos indígenas, que nega suas autonomias, que não valoriza suas culturas, que ver esses povos na condição de povos estáticos no tempo e em vias de desaparecimento, a forma pela qual a sociedade os enxergará, tende a ser essa.

De acordo com o que foi exposto, as representações clássicas, pouco ajudam ou até mesmo operam no sentido contrário daquilo que os povos indígenas reivindicam para si atualmente, sendo necessário uma ruptura com essas representações, para que seja possível a construção de novas, fortalecendo os movimentos indígenas e possibilitando o amplo apoio da sociedade as suas causas.

Não são as representações algo estático no tempo, elas mesmas participam de um movimento de construção e desconstrução contínuas, sendo muitas vezes produtos de pesquisas científicas, que vão servindo como fundamento para o senso comum.

Portanto, novas pesquisas amparadas em novos métodos e teorias, passam a criar condições propícias para construção dessas novas representações, entretanto ainda se torna necessário uma maior produção, e além disso formas de diálogo com a sociedade para desconstrução das representações anteriores, que em muitos casos ainda vigoram com bastante fôlego no senso comum.

O papel da história é de extrema importância na luta por direitos humanos, desde o fato de ser o direito a memória um direito humano, enquanto livre expressão e produção do saber, até o fato de ser o conhecimento do passado um caminho de extrema valia para fortalecimento das lutas contemporâneas, possibilitando que uma nova história seja escrita por aqueles grupos que sofreram violência no passado.

No Brasil contemporâneo, os povos indígenas precisam lutar cotidianamente para que direitos por eles já conquistados possam ser garantidos, além da garantia das suas reivindicações que o poder público ainda não as reconhece.

Como foi visto, reivindicações dos povos indígenas; direito a terra, autodeterminação e valorização da cultura indígena, correm sérios riscos no país atualmente, seja por medidas tomadas pelo governo, ou mesmo por não ter respaldo em grandes partes da sociedade brasileira.

Enquanto nação, o não reconhecimento da importância cultural indígena e de seus direitos básicos como política de Direitos Humanos, significa um não reconhecimento da sociedade brasileira com suas origens e desenvolvimento histórico-social.

Os povos indígenas, invisibilizados em boa parte da nossa historiografia, ou então vistos de uma forma pejorativa, foram e são de grande importância na história de nosso país, bem como a matriz étnica africana, pois muito da nossa cultura e costumes tiveram como fundamento as sociabilidades desses povos. Mas não apenas por isso, também por ser necessário dar dignidade a grupos historicamente marginalizados.

Uma política nacional de Direitos Humanos, que vise de fato melhorar as condições sociais do país, não pode furtar-se da responsabilidade com os povos indígenas, trazendo dignidade a esses povos, com a melhora das suas condições de vida, promovendo equidade étnica e social, bem como respeitando as diferenças culturais, ressaltando que cada povo segue caminhos históricos diferentes, e índios e não índios, apesar dessas diferenças, pertencem a um mesmo país, o que não significa que essa pertença venha a acarretar uma prática integracionista, pois dentro da pertença a uma mesma comunidade nacional, é direito de povos de uma etnia não hegemônica nesse território, terem total condição de se desenvolverem a partir dos caminhos que escolherem para si próprios.

Como diz Boaventura de Souza Santos, “Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza.” (Santos, 2013) Sendo assim, uma pretensa igualdade, entre os povos indígenas e os não indígenas, que não venha a ser construída a partir desses povos, pode resultar em uma descaracterização e violação de seus direitos, sendo essa postura algo que fica explícito nos pronunciamentos dos governos vistos anteriormente.

Um política de Direitos Humanos que vise a defesa dos povos indígenas, também nos mostra o quanto plural são os direitos humanos, não sendo unicamente destinados a um único tema, como pejorativamente é visto no Brasil, como “direitos de bandidos”, ao levantar a defesa do estado de direito, mas sim a importância dos direitos humanos para debates de gênero, igualdade étnica, direitos da criança e do adolescente, liberdade de expressão, etc.

É preciso que reconheçamos enquanto comunidade nacional, a importância dos povos indígenas em nossa formação, e mais do que isso, reconheçamos que muitos desses povos não fazem apenas parte dos livros de história, mas ainda existem, espalhados em todo território brasileiro, cada um com uma cultura própria e relações sociais específicas, podendo contribuir muito ainda para o nosso país.

No dizer da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha:

*As culturas, constituem para a humanidade um patrimônio de diversidade, no sentido de apresentarem soluções de organização do pensamento e de exploração de um meio que é, ao mesmo tempo, social e natural. Como fez notar Lévi-Strauss em uma conferência feita no Japão, nesse sentido a sociodiversidade é tão preciosa quanto a biodiversidade. Creio, com efeito, que ela constitui essa reserva de achados na qual as futuras gerações poderão encontrar exemplos – e quem sabe novos pontos de partida – de processos e sínteses sociais já postos a prova. (CUNHA, 2012, p22)*

Esperamos ter contribuído de alguma forma com essa pesquisa, tanto para os estudos acadêmicos, possibilitando um diálogo entre a historiografia e os direitos humanos, bem como na tentativa de problematização de um conhecimento histórico que condiz com os anseios dos movimentos indígenas contemporâneos.

## REFERÊNCIAS

ABREU, **Capistrano de. Capítulos de História Colonial.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1988.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes.** São Paulo: Cortez. 2011.

ALMEIDA, Maria Celestino de. **Os Índios na história do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo.** Revista História Hoje, v.1, nº 2, p. 21-39 – 2012.

\_\_\_\_\_. **O lugar dos índios na história: A contribuição de John Monteiro. Fronteiras e debates.** Macapá, v.2, N.1, Jan/Jun. 2015. [acesso, 07 de setembro de 2016] disponível em: < <https://periodicos.unifap.br/index.php/fronteiras> > ISSN 2446-8215

ARANHA, Gervacio Batista. **A História renovada: A emergência dos novos paradigmas.** Saeculum, p 41-73 – 1998/1999.

ARRUTI, José Maurício Andion. **Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional.** Rio de Janeiro. Estudos Históricos, v. 8, n 15. 1995.

BALLOUSSIER, Anna Virgínia. LINHARES, Carolina. **ONG de ministra é acusada de incitar ódio a indígenas e tirar criança de mãe.** Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/ong-de-ministra-e-acusada-de-incitar-odio-a-indigenas-e-tirar-crianca-de-mae.shtml>> acesso em: 03 de janeiro de 2019.

BARDIN, Laurence Bardin. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, José D'Assunção. **Duas fases de Capistrano de Abreu: Notas em torno de uma produção historiográfica.** São Paulo: História, historiadores e historiografia, Revista do programa de estudos pós graduados de História. V.41.2010.

BLECHER, Bruno. **Líder indígena teme influência dos evangélicos nas aldeias.** Revista Globo Rural. Disponível em: <[https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Politica/noticia/2018/12/comdamar\\_s-lider-indigena-teme-influencia-dos-evangelicos-nas-aldeias.html](https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Politica/noticia/2018/12/comdamar_s-lider-indigena-teme-influencia-dos-evangelicos-nas-aldeias.html)> acesso em 05 de janeiro de 2019.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro. Elsevier, 2004.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil.** Brasília: 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) acesso em: 15 de janeiro de 2018.

BURKE, Peter. **O que é história cultural.** Rio de Janeiro: Zahar. 2008.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação.** Estudos avançados. 1991.

CUNHA, Manuela Carneiro. **Índios no Brasil, história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma. 2012

FÓRUM, Revista. **Vaza Capa de época com suposto relato de sequestro de criança indígena por Damares Alves**. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/vaza-capa-de-epoca-com-suposto-relato-de-sequestro-de-indigena-por-damares-alves/>> Acesso em 31 de janeiro de 2019.

FREYRE, Gilberto, **Casa Grande e senzala**. São Paulo: Global, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo. PIÑÓN, Ana. **A temática indígena na escola**. São Paulo: Contexto. 2016.

GONTIJO, Rebeca. **Capistrano de Abreu, viajante**. São Paulo: Revista brasileira de História. V.30, n59, p15-36. 2010.

HILÁRIO, Gloriete Marques Alves. GUARANY, Vilmar Martins Moura. (org) **Coletânea de direitos humanos dos povos indígenas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

IBGE, estudos especiais: **O Brasil indígena**. Disponível em <<https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena.html>> Acesso em 23 de março de 2018.

JESUS, Zeneide Rios de, **As universidades e o ensino de História indígena**. In: SILVA, Edson. Silva, Maria da Penha da Silva (org) Recife: Ed dos organizadores, 2016.

MEGA CANAIS, **Urgente Bolsonaro faz live, prestação de contas**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=piwZ6Ju5uos>> acesso em; 27 de Dezembro de 2018.

MONDAINE, Marco. **Direitos Humanos**. In. Pinsky, Carla Bassanezi (org) Novos temas nas aulas de História. São Paulo. Contexto, 2013.

MONTEIRO, John Manuel. **História indígena: repensando o passado, olhando para o futuro**. São Paulo. Revista temporais, n. 4. 1993.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: Investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOTA. Carlos Guilherme. **Viagem Incompleta: A experiência Brasileira/Formação, Histórias**. São Paulo: Editora Senac, 1999.

\_\_\_\_\_. **Viagem Incompleta: A experiência Brasileira/A grande transação**. São Paulo: Editora Senac, 2013.

OIT, **Convenção 169 sobre povos indígenas e tribais**. Genebra: 1989. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20042006/2004/decreto/d5051.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2004/decreto/d5051.htm) acesso em 20 de janeiro de 2018.

ONU, **Declaração universal dos Direitos Humanos**. Paris: 1948. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>> acesso em 11 de janeiro de 2018.

\_\_\_\_\_, **Declaração da nações unidas sobre os direitos dos povos indígenas**. Genebra. 2007. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/DireitodosPovosInd%C3%ADgenas/declaracao-das-nacoes-unidas-sobre-os-direitosdospovosindigenas.html> acesso em: 20 de janeiro de 2018.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo. Contexto. 2015.

PREZIA, Benedito. **História da resistência indígena**. São Paulo: Expressão popular. 2017.

RAATZ, Luiz. STRAZZER, Filipe. **Mourão liga índio a “indolência” e negro a malandragem**. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,mourao-liga-indio-aindolencia-e-negro-a-malandragem,70002434689>> acesso em 05 de janeiro de 2018.

RAMALHO, Zé. **Orquídea negra**. Rio de Janeiro. CBS. 1983

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 1: De Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. **As identidades do Brasil 2: De Calmon a Bomfim**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O povo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

SAMARA, Eni de Mesquita. TUPY, Ismênia S. Silveira. **História e documento, metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2010

SANTOS, Boaventura de Souza. CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez. 2013.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das letras. 1995.

SILVA, Edson. SILVA, Maria da Penha. (org) **A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da lei 11.645/2008**. Recife: Ed dos organizadores. 2016.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas: História de sangue e resistência indígena na ditadura**. São Paulo: Companhia das letras. 2017.

VARNHAGEN, Adolfo. **História Geral do Brasil, Tomo 1.** Brasileira. 1877.

\_\_\_\_\_ **História Geral do Brasil, Tomo 2.** São Paulo: Brasileira. 1877.

VIANA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro.** São Paulo: Brasileira. 1938.

WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999.